GIOCONDO DIAS · OS OBJETIVOS DOS COMUNISTAS

Artigos, entrevistas
e um depoimento político

Edições NR

Uma vida de lutas

Giocondo Gerbasi Alves Dias nasceu em Salvador, Bahia, a 18 de novembro de 1913. Aos 7 anos de idade falece-lhe o pai e ele permanece como o mais velho de 5 irmãos. Começa a trabalhar no comércio da cidade em 1925. Dois anos após, ao entrar em contato com o poeta Alberto Campos, membro do **PCB** e candidato a deputado federal pelo **Bloco Operário e Camponês**, adere às idéias marxistas.

Desempregado em conseqüência da profunda recessão que atingiu o país no bojo da crise de 29, alista-se como voluntário no Recife, engajando-se no 21.º Batalhão de Caçadores, em março de 1932. Em seguida, participa das tropas legais que enfrentaram a "Revolução Constitucionalista" de julho, em São Paulo. Com o término desta, é deslocado, juntamente com seu batalhão, para Natal. Nesta cidade, em 1935, participa como cabo do levante da **Aliança Nacional Libertadora**, movimento no qual é ferido e preso.

Libertado da prisão, é condenado à revelia pelo Tribunal de Segurança a 8 anos e 6 meses de prisão. Na dura clandestinidade do Estado Novo, deixa de alistar-se como voluntário para combater ao lado das forças republicanas contra o fascismo na Guerra Civil Espanhola por motivos de saúde.

De 1939 a 1945 participa da reorganização do PCB na Bahia e do movimento patriótico em apoio à **Força Expedicionária Brasileira.** Anistiado, é eleito para compor o **Comitê Estadual do PCB na Bahia.** Em 1946 elege-se **deputado à Assembléia Constituinte baiana** e membro do **Comitê Central** do PCB. Com a cassação do registro do partido e a perda do seu mandato parlamentar, sai de Salvador e fixa-se na cidade do Rio de Janeiro.

De 1949 a 1957 — entre outras atividades — torna-se responsável pela se-

Edições NR

OS OBJETIVOS DOS COMUNISTAS

GIOCONDO DIAS

Direitos: GIOCONDO DIAS

Produção: VALMIR NEME

Editora Novos Rumos Ltda.
Pça. Dom José Gaspar, 30 - 21º and.
Tel. (011) 231.25.83 - São Paulo - SP.
Cep. 0147

OS OBJETIVOS DOS COMUNISTAS

artigos, entrevistas e um depoimento político

GIOCONDO DIAS

São Paulo, 1983

Aos companheiros que tombaram

ÍNDICE

— *APRESENTAÇÃO* (José Paulo Netto) 9

— *ESCLARECIMENTO DO AUTOR* 13

— *INTRODUÇÃO*

Os objetivos dos comunistas 17

— *ALGUNS PROBLEMAS TEÓRICO-POLÍTICOS*

A questão da social-democracia 23

As camadas médias 33

Partido, minorias e movimentos sociais 39

Comunistas e católicos: do confronto ao diálogo 43

Revolução técnico-científica e países "periféricos" 47

— *TEMAS DE POLÍTICA E ORGANIZAÇÃO*

Estratégia e tática dos comunistas 53

Centralismo democrático e direção coletiva 59

A luta ideológica e os desvios 63

O trabalho entre as mulheres 69

— *QUESTÕES ATUAIS*

Os comunistas, a abertura e a democracia 75

A democracia vista pelos comunistas 79

Por que defendemos a aliança com os liberais 83

Questão democrática, questão nacional 87

A questão militar 91

— *ENTREVISTAS POLÍTICAS*

"O golpismo só nos afasta das grandes massas" 97

A legalidade do Partido Comunista Brasileiro 105

Contra o arbítrio e a política de confronto 109

A ausência de Figueiredo 115

Uma alternativa para a crise 119

Queremos a legalidade 125

— *UM DEPOIMENTO POLÍTICO*

1935, novembro: o levante de Natal 141

APRESENTAÇÃO

José Paulo Netto

Não há dúvidas de que à iniciativa da *Editora Novos Rumos,* reunindo em volume estes escritos de Giocondo Dias, é oportuna: quando no Brasil se põe, à luz do dia, a *questão comunista,* com os comunistas defendendo os direitos da cidadania na reivindicação da legalidade para o PCB, nada melhor que oferecer à sociedade elementos que lhe permitam avaliar e polemizar as propostas comunistas.

É evidente que estes textos configuram uma entre as várias angulações existentes hoje no seio do espectro comunista brasileiro. Muito felizmente — e creio que esta é uma das *conquistas* daqueles que se inserem na histórica tradição que remonta a 1922, a Astrojildo Pereira e Cristiano Cordeiro —, o discurso comunista liberou-se do seu traço de excludência. Já não fala mais um oráculo: expressam-se atores que desenvolvem reflexões diferenciadas sobre a vida brasileira e alternativas de intervenção nos processos que a constituem. Neste sentido, Giocondo Dias é um entre muitos e distintos interlocutores.

Mas é igualmente claro que se trata de textos cuja representatividade, no interior daquele espectro ideológico, não pode ser subestimada. O autor tem uma longa trajetória de militância revolucionária e décadas de responsabilidade dirigente, consensualmente reconhecidas e merecedoras de largo crédito. Por isto, ele se coloca (inclusive

independentemente da sua vontade pessoal), no debate político e ideológico, com um destaque que seria tolice ignorar.

Não penso que estas observações laterais sejam despropositadas: elas servem para delimitar o terreno em que o leitor deve situar a intervenção de Giocondo Dias — um terreno polêmico, necessariamente pluralista e que requer uma postura efetivamente crítica. Os materiais oferecidos neste volume, se tomados como definitivos ou conclusos, seriam bem mal utilizados; enquadrados como contribuição para o debate e o confronto de idéias, seguramente se revelam fecundos e sugestivos.

Um dos aspectos mais salientes deste livro, e que certamente atrairá a atenção do leitor avisado, é a coexistência, no pensamento do autor, de um esforço consciente para agarrar inovadoramente as questões mais atuais com um empenho, igualmente consciente, em conservar os parâmetros do que considera o marxismo-leninismo. Em que medida esta pretensão se realiza é problema que cabe ao leitor decidir. A mim, parece-me que esta coexistência responde pela contiguidade de passagens extremamente logradas (por exemplo, a maior parte dos textos da seção "Alguns Problemas Teórico-Políticos") e de segmentos onde se manifesta a tradicional impostação que é o legado da III Internacional (vejam-se os três primeiros artigos da seção "Temas de Política e Organização"). A incidência de uma perspectivação meridianamente nova, porém, é dominante no referencial que subjaz ao escrito que dá título ao volume.

Na seção "Questões Atuais", o leitor encontra, numa exposição sintética, as linhas mais amplas que esclarecem o posicionamento dos comunistas em face de alguns temas altamente problemáticos. Aqui, salta à vista que Giocondo Dias não ladeia questões e nem escamoteia propostas que, dado o seu conteúdo altamente propício a enfrentamentos, são geralmente eludidas.

Sobre os momentos mais conjunturais dos trabalhos de Giocondo Dias — coligidos na seção "Entrevistas Políticas" —, cabe notar que são, talvez, os mais úteis para julgar da pertinência das reflexões do autor. Reações a quente, no calor da hora, atestam a potencialidade e as fronteiras da sua análise política.

No que toca ao depoimento político que encerra o volume, suponho que se trata de peça das mais significativas: ilumina muito da

auto-avaliação que os comunistas mais responsáveis fazem do evento de 1935 e, sobretudo, reconstrói o que ocorreu em Natal. Creio que, nesta entrevista, há preciosas indicações para abordar alternativamente o levante de novembro (em especial, as pistas sobre a deterioração hierárquica na corporação armada da época).

Qualquer que seja o juízo formulado pelo leitor, acredito que, ao final deste volume, concordaremos em dois pontos: os textos de Giocondo Dias são instigantes e podem fornecer focos muito valiosos para a abordagem de situações e problemas que dizem respeito a todos nós, comunistas e não comunistas; e que estas páginas contribuem decisivamente para iluminar nódulos incontornáveis da *questão comunista* brasileira.

E o saldo positivo da leitura d'*Os Objetivos dos Comunistas* apenas acrescerá o débito que todos temos para com este revolucionário modesto que, com mais de 40 anos de dedicação à causa socialista, exibe, quase septuagenário, uma otimista convicção de que toda a sua luta valeu — e vale — a pena.

ESCLARECIMENTO DO AUTOR

Uma coletânea de textos dificilmente oferece uma visão orgânica das concepções do autor — em especial quando se trata de materiais redigidos na pressa do dia a dia político e destinados ao veículo que é um jornal.

Não espere o leitor, portanto, ter em mãos um *livro* no sentido estrito: os artigos aqui coligidos o foram tão somente para atender ao reclamo de companheiros, seguramente interessados em dar às minhas intervenções na imprensa uma perenidade que talvez seja ambiciosa, tendo em vista a despretensão com que foram elaboradas.

No entanto, examinando os originais — preparados em diferentes ocasiões ao longo destes últimos anos de vida pública, fortemente datados (o que implica uma leitura que leve em conta o contexto imediato de que emergiram) e nos quais fiz apenas alterações estilísticas —, convenci-me da utilidade desta publicação. É minha esperança que, através dela, possa revelar-se não só a tentativa de acompanhar coerentemente alguns dos processos políticos protagonizados pelos comunistas brasileiros, como, ainda, a forma pela qual um velho militante procura tematizar questões que, na maioria dos casos, lhe parecem espinhosas. Dar-me-ei por satisfeito se este pequeno volume chegar a tanto.

Duas palavras sobre os textos que reuni. A divisão entre eles é pouco mais que formal — e, com certeza, não é rigorosa. Os artigos foram selecionados dentre um largo elenco do que publiquei desde 1979, privilegiando aqueles que, de um modo ou de outro, foram

objeto de polêmicas. No que toca às entrevistas, a escolha foi aleatória — e, da última, um depoimento inédito, vazado em tom coloquial, só tomei os trechos que extrapolam uma experiência nitidamente pessoal.

Giocondo Dias

Rio de Janeiro, julho de 1983.

INTRODUÇÃO

Os objetivos dos comunistas

OS OBJETIVOS DOS COMUNISTAS (*)

O *Partido Comunista Brasileiro* acaba de completar 59 anos de existência (25 de março), com mais de meio século de involuntária clandestinidade. Forçado ao subterrâneo, o partido — que, de fato, só se beneficiou de dois anos de legalidade plena, durante os quais cresceu, galvanizando amplas camadas da população — foi situado num limbo de duplicidade: de um lado, a sua vida real; de outro, a imagem que dele forjaram as forças políticas da reação e seus sócios alienígenas.

Aos comunistas brasileiros não interessa esta condição. Interessa, bem ao contrário, a legalidade: somente ela pode demonstrar, na prática, à totalidade da Nação, os valores, os métodos e os objetivos do PCB. Precisamente porque não temem o julgamento das massas trabalhadoras e dos setores progressistas da sociedade brasileira, os comunistas querem atuar à luz do dia. A ilegalidade do PCB é uma vergonha cívica que não nos atinge exclusivamente: enquanto ela subsistir, todos os brasileiros serão cidadãos pela metade.

No momento em que se vislumbra a "luz no final do túnel" (graças à pressão do movimento democrático), muitos segmentos da sociedade civil se indagam pelos objetivos do PCB. Recusando a imagem estupidamente falsa que a reação divulga do partido, tais segmentos buscam informações verazes. Ora, os objetivos do PCB são claros,

(*) **Folha de S. Paulo, São Paulo, 11 de abril de 1981.**

nítidos e inequívocos: lutar para que estabeleça no Brasil, pela via da transição socialista, a sociedade sem classes, em que esteja superada a exploração do trabalho humano. Como marxistas, sabemos que não há "modelos" desta sociedade: as nossas peculiaridades nacionais, os nossos traços culturais, a nossa história é que determinará os contornos da sociedade justa e humanizada que queremos e vamos construir.

Todavia, quando se põe a questão dos objetivos do PCB, frequentemente o que se pergunta é: que garantias possuem as propostas dos comunistas? Com efeito, cansados do jogo político vigente — onde os princípios, na maior parte dos casos, só existem como retórica — muitos grupos sociais exigem algo mais que belos projetos para o futuro.

Ora, a resposta que temos a dar, aqui, é um exame da história efetiva do PCB. Basta observar o percurso do partido, a sua longa trajetória, para avaliar das garantias requeridas. Na esmagadora maioria dos movimentos sócio-políticos decisivos do último século brasileiro, o PCB esteve defendendo os interesses globais da classe operária, da democracia e da Nação. Nunca patrocinamos nenhum regime de força. Nunca conciliamos com qualquer tipo de restrição aos direitos públicos e cívicos. E sempre que as instituições democráticas foram golpeadas, nós fomos os primeiros a ser sacrificados — é isto um mero acaso?

Ademais, antecipamos sempre as bandeiras que a prática social comprovou serem as mais conformes às aspirações populares. Foi assim quando defendemos, nos anos 20 e 30, as perspectivas de industrialização. Foi assim quando nos mobilizamos pelo monopólio estatal do petróleo. Foi assim quando nos envolvemos nas campanhas pelo combate ao nazi-fascismo, pela sindicalização, pela universalidade da previdência social, pela reforma agrária. Foi assim, recentemente, quando lançamos a exigência da anistia e a proposta de uma Constituinte.

É claro que, ao largo de quase sessenta anos de intervenção política, cometemos erros. Não foram poucos. Mas, mesmo em nossos equívocos, jamais deixamos de ser representativos dos componentes mais dinâmicos da sociedade brasileira. Realmente, a nossa diretriz de solidarismo internacionalista nunca colidiu com o nosso perfil absolutamente nacional. Este é o traço pertinente do PCB: o seu radical compromisso com o que é nacional e popular.

Na etapa atual do processo sócio-político brasileiro, prosseguindo com os lineamentos gerais traçados pelo VI Congresso, implementamos uma política de alianças em torno de um programa mínimo, cujo eixo é a reconquista dos estatutos democráticos elementares (a convocação de uma autêntica Constituinte, neste quadro, é indispensável). Mas não temos da democracia uma concepção estreita ou tática: consideramo-la uma via privilegiada à nova sociedade, que pretendemos pluralista. E não nos cremos portadores de verdades acabadas ou monopolizadoras da vontade popular.

Estamos convencidos, porém, de que a única alternativa viável para o Brasil é a transição socialista, cuja forma dependerá do comportamento efetivo dos atores políticos no drama das lutas de classes. Para colimar esta meta, já agora propugnamos pela liberdade de expressão mais ampla, pelo diálogo com todas as forças interessadas na democratização da cena brasileira — e, naturalmente, por um ordenamento da economia que contemple as necessidades reais das massas trabalhadoras. Também não temos, por outro lado, ilusões de qualquer espécie: a tarefa que nos propomos é de largo prazo e não está livre de acidentes. Aliás, o nosso próximo *Encontro Nacional*, para o qual estamos nos preparando, debaterá exaustivamente todos esses problemas.

A partir da nossa perspectiva de classe, não desejamos privilégios na dinâmica do processo revolucionário brasileiro. Temos a experiência de que qualquer hegemonia deve ser conquistada a cada instante, na prática cotidiana. Mas aquilo a que não renunciamos é ao nosso papel, à nossa posição e à nossa responsabilidade na vanguarda do processo social. Partido revolucionário, queremos e vamos ser um grande partido de massas. Sem exclusivismos, ágeis, com uma identidade cristalina, vamos continuar o combate para extirpar do Brasil a exploração, a miséria, a dominação, a dependência. Vamos continuar contribuindo para fazer da felicidade mais que uma idéia nova — uma realidade acessível a todo homem que trabalha.

ALGUNS PROBLEMAS TEÓRICO-POLÍTICOS

A questão da social-democracia
As camadas médias
Partido, minorias e movimentos sociais
Comunistas e católicos: do confronto ao diálogo
Revolução técnico-científica e países "periféricos"

A QUESTÃO DA SOCIAL-DEMOCRACIA (*)

Está na ordem do dia o debate em torno da *social-democracia*. Nesta série de artigos, pretendemos oferecer aos companheiros algumas reflexões que consideramos importantes para a discussão deste complexo debate.

Inicialmente, é preciso esclarecer o aspecto terminológico. Até 1914, o termo *social-democracia* designava o conjunto do movimento operário revolucionário; nas obras de Engels e dos teóricos marxistas até então, *social-democracia* era sinônimo de "política operária revolucionária" ou "socialismo". Entre 1914 a 1919, porém, a expressão política do movimento operário divide-se na prática. A Segunda Internacional, fundada em 1889, fraciona-se em face da primeira guerra imperialista e os seus grupos hegemônicos capitulam frente às tendências nacionalistas e chovinistas. A Revolução de Outubro acentua a linha divisória: de um lado, os partidos e correntes que apoiam decididamente o poder dos sovietes; de outro, aqueles partidos e tendências socialistas que, embora afirmando-se inspirados em Marx, recusam o projeto revolucionário autêntico. Os primeiros, em 1919, constituem a Internacional Comunista (ou Terceira Internacional, que existirá até 1943), passando, na sua maioria, a denominar-se partidos *comunistas*. Os segundos, aglutinam-se na Internacional Socialista, criada em Frankfurt, em 1951. Precisamente estes partidos e tendências compõem a social-democracia contemporânea, ora denominando-se partidos *socialistas, operários, trabalhistas e/ou*

(*) **Voz da Unidade**, S. Paulo, n.ºs 99/102, 2 de abril a 5 de maio de 1982.

social-democratas. Desde os anos vinte, *esta* social-democracia vem procurando construir-se como a principal alternativa ao movimento operário revolucionário marxista-leninista.

Salvo poucas exceções, a social-democracia, apesar dos seus esforços, não conseguiu articular forças políticas significativas fora da Europa Ocidental e Setentrional. Entretanto, no ocidente europeu, os partidos social-democratas impuseram-se em muitos países, como a força dirigente do movimento operário.

É de fundamental importância observar que se, originalmente, os partidos social-democratas apresentavam um amplo denominador comum, com o passar dos anos as diferenças entre eles acentuaram-se visivelmente. Hoje, há estudiosos que chegam a estabelecer uma verdadeira polaridade entre partidos socialistas e partidos social-democratas. Na verdade, a social-democracia contemporânea não constitui, como nunca constituiu, um movimento homogêneo em qualquer terreno. As diferenças que distinguem os seus adeptos são marcantes e substanciais quando se focalizam problemas concretos, como os da atitude em face do sistema capitalista vigente, os da transformação social, do desenvolvimento econômico e político-social, as relações internacionais. As divisões parecem bem claras entre os social-democratas do norte da Europa e os da Europa Meridional, embora não seja muito clara a "linha política" de ambos.

Por outro lado, na maioria dos partidos social-democratas e/ou socialistas, não existe, também, verdadeira unidade interna, doutrinária e política. De fato, muitos desses partidos são sobretudo coalizões de correntes variadas (as suas "esquerda", "direita" e "centro"), fragilmente ligadas por vínculos orgânicos. A coexistência de correntes diferentes se mantém graças a acordos e compromissos e, a isto, se devem as cisões e a criação de novos partidos (foi o que ocorreu com o Partido Socialista Italiano no segundo pós-guerra e, mais recentemente, com o Partido Trabalhista Inglês).

Por tudo isto, compreende-se que também a Internacional Socialista não se tenha constituído, jamais, como uma instituição sólida, com organizações firmemente unidas. Realmente, ela nunca funcionou como força política e ideológica orientadora e diretiva. No entanto, nos anos mais recentes, surgiram tendências visando a fortalecê-la organicamente e procurando ampliar a sua influência, criando vínculos com partidos e movimentos dos chamados países em

vias de desenvolvimento. Mas a própria adesão destes últimos à Internacional Socialista introduziu nela uma maior variedade de matizes políticos e ideológicos.

Na evolução da social-democracia podemos detectar uma continuidade, que reside no fato de ela se propor como alternativa à proposta revolucionária marxista-leninista. Contudo, experimentou dois períodos de efervescência interna, marcados por debates e reexames das suas bases gerais programáticas e doutrinárias. Sem nos deter na complexidade destes debates e reexames, vamos referí-los sumariamente.

Embora a social-democracia contemporânea tenha se articulado a partir de 1914/1919, as suas bases teóricas e doutrinárias remontam ao final do século, encontram, de fato, a sua origem na obra de E. Bernstein, que abre, no interior do marxismo, a corrente *revisionista.* Paralela e subsequentemente, as obras de Webb, Kautsky e Bauer, entre muitos, vieram adensar a elaboração de Bernstein e, em grande linha, foi este acervo ideológico que guiou a intervenção dos social-democratas até a Segunda Guerra Mundial.

Entre esta e os anos cinqüenta, o movimento social-democrata praticamente se estancou. Na década de cinqüenta, porém, ocorre o primeiro reexame das bases doutrinárias da social-democracia. Este processo, que é simultâneo a uma retomada do crescimento da influência social-democrata (a que não é estranha a onda de expansão econômica capitalista que marca a reconstrução do pós-guerra), vai determinar a renovação e a alteração dos programas de quase todos os partidos social-democratas. A finalidade do reexame em causa, segundo os próprios social-democratas, era atualizar a sua teoria — aquela que vinha de Bernstein — aos novos tempos. Tratava-se de libertar a doutrina de "conceitos obsoletos", que já não respondiam às realidades da estrutura social-euro-ocidental. Em poucas palavras: a social-democracia procurava substituir o velho reformismo por uma nova doutrina, que vai receber posteriormente a designação de *socialismo democrático.*

Até esta época, nos programas dos partidos social-democratas se conservava a idéia de que, socialização dos meios de produção era uma das condições prévias, essenciais para edificação da sociedade socialista e para a realização dos objetivos da classe operária. Os social-democratas suecos, desde 1897, afirmavam que "a tarefa mais

importante do partido consiste em organizar politicamente a classe operária, com a finalidade de tomar o poder e transferir gradualmente à propriedade pública todos os meios de produção". Já os trabalhistas britânicos, em 1918, asseguravam que seria necessário "facilitar aos trabalhadores manuais e intelectuais a plena compensação do seu trabalho social, dos meios de produção, distribuição e a troca". Diga-se de passagem que foi exatamente entre os trabalhista britânicos, graças à vigorosa resistência da esquerda e dos sindicatos, que o reexame de que estamos tratando causou menos estragos à tradição operária.

Nos anos cinqüenta, a libertação da doutrina dos "conceitos obsoletos" — que toma forma na *Declaração de Frankfurt* (1951) — varreu com estas colocações. Introduziu-se o novo enfoque da chamada "economia mista": ao invés da socialização dos meios de produção, defende-se a existência da propriedade pública somente onde "o capital privado não cumpre com a sua função social", "ali onde não seja possível criar a máxima liberdade com outros meios e controles" (programa dos social-democratas alemães). Estas posições se generalizaram entre a maioria dos partidos social-democratas; assim, para o austríaco, "a socialização será possível restrita às grandes empresas, cujas atitudes são uma ameaça aos interesses gerais".

Nesta ordem de raciocínio, a "modernização" da social-democracia considera que a socialização da economia, ao provocar forte resistência por parte dos capitalistas, deveria ser limitada. A alternativa estaria em utilizar meios mais flexíveis e variados, sobretudo através de mecanismos de controle e fiscalização estatais. O *estatismo* aparece como instrumento da mudança social, em contraposição à movimentação revolucionária das massas.

A atenção dos social-democratas, todavia, dirige-se então mais para a forma política de organização da sociedade. O *socialismo democrático* vai privilegiar a democracia parlamentar pluripartidária. Anteriormente, a social-democracia admitia outras formas de intervenção política institucional. A partir dos anos cinqüenta, os social-democratas atribuem *valor universal* ao sistema parlamentar pluripartidário: "A democracia parlamentar será forma universal do Estado, já que somente ela assegura o respeito da dignidade humana" (programa dos social-democratas alemães). "A democracia parlamentar, com plenas garantias para a oposição, é o único marco político no interior do qual poderá florescer uma sociedade livre" (documento programático dos trabalhistas britânicos). Mais ainda: esta forma de organização política passa a ser apresentada como o objetivo da luta da classe operária.

Evidentemente, a nova posição dos social-democratas diante da questão da socialização dos meios de produção conduz à redefinição dos objetivos fundamentais do movimento operário. O "superado" objetivo fundamental — a implantação da sociedade sem classes, baseada na propriedade pública dos meios de produção — é substituído por formulações "modernas", muito genéricas: supressão de privilégios, justiça social, eqüidade, "igualdade de oportunidade para todos" (trabalhistas britânicos), "livre desenvolvimento da pessoa humana" (socialistas austríacos).

Resumidamente, o *socialismo democrático* emergente nos anos cinqüenta se caracteriza por:

a) consideração de que a socialização dos meios de produção não é a condição prévia para a transformação socialista das relações sociais;

b) defesa da idéia segundo a qual transformação progressiva e gradual das relações sociais deve ter no intervencionismo estatal (políticas monetária, fiscal, creditícia, etc.) o seu instrumento privilegiado e mais adequado;

c) elevação da democracia parlamentar pluripartidária à condição de única forma possível e eficaz de intervenção política institucional.

Não é preciso grande esforço para compreender que este primeiro reexame da social-democracia significou um enorme retrocesso, mesmo em relação ao reformismo "clássico" de Bernstein. O *socialismo democrático* acaba por diluir e retira dos partidos que o adotam qualquer chance de se tornarem forças dirigentes no processo de transformação socialista. O *socialismo democrático* aprisiona à social-democracia, compelindo-a a atuar exclusivamente dentro dos marcos da ordem estabelecida.

A partir de finais dos anos sessenta, o movimento social-democrata é levado a experimentar um novo período de reexame. Trata-se de um processo ainda em curso, muito complexo e contraditório, mas

que, no essencial, coloca em xeque a plataforma do *socialismo democrático* da década anterior.

Este novo processo, muito mais agudamente que o anterior, realiza-se com polarizações e fraturas, cindindo a social-democracia e estabelecendo cortes significativos no interior deste já heterogêneo movimento.

A gênese do processo está ligada ao fim de uma longa etapa de expansão capitalista, com as suas transitórias prosperidade e paz social. Esta fase de expansão declina nos inícios dos anos sessenta e, a partir de então, surgem com clareza de contornos de uma fase crítica: queda nos investimentos, desemprego massivo e agitação social. O otimismo social-democrata, vigente desde a década anterior, entra em colapso. O "Estado do bem-estar social" (pleno emprego, segurança social e aumento constante do nível de vida material) mostra-se outra ilusão, também na Europa Ocidental.

É no bojo deste quadro que a social-democracia sofre uma nova inflexão, cujos principais resultados, naturalmente reversíveis, podem ser esquematicamente assinalados:

a) cresce nos partidos social-democratas o peso e a influência dos agrupamentos de esquerda. Em alguns desses partidos, representantes da esqüerda chegam a assumir postos hierárquicos importantes;

b) toma corpo uma atitude muito crítica em face do sistema capitalista (o que significa, no fundo, uma *autocrítica* dos social-democratas, já que muitos deles, ocupando espaços governamentais, contribuíram para o desenvolvimento e a consolidação do sistema);

c) estes dois resultados, em meio a polêmicas e debates (com fortes polarizações entre partidos/sindicatos, partidos/movimentos juvenis), estão fazendo ressurgir a exigência de retorno não ao *socialismo-democrático*, mas ao "socialismo de sempre", aos princípios e objetivos que, em 1950/1960, foram considerados "obsoletos".

O processo a que nos referimos refletiu-se profundamente na social-democracia francesa. O velho partido SFIO, com a sua orientação direitista, decompôs-se: a criação do Partido Socialista Francês se deu agrupando correntes de esquerda que conquistaram sólidas posições. O programa deste partido diferencia-se nitidamente do *socialismo democrático* dos anos cinqüenta. Além da ultrapassagem da noção *estatista* de transformação social, a base doutrinária do PSF contempla a luta de classes, a supressão da exploração capitalista, a socialização de todos os meios de produção importantes e define a auto-gestão como meta final.

Elementos doutrinários semelhantes também ganharam força no Partido Socialista Italiano, no Partido Socialista Operário Espanhol e, parcialmente, no Partido Social-Democrata Finlandês: o retorno às "fontes socialistas" faz-se sentir, ainda, entre os partidos do norte europeu. A exigência explícita da socialização da propriedade privada foi retomada pelo Partido Operário da Noruega em 1971. Os social-democratas suecos, por sua vez, destacam atualmente que "a social-democracia é mais que um partido encarregado de administrar a sociedade; nossa missão é transformá-la". Até mesmo os social-democratas austríacos (que, com os alemães, continuam os mais vinculados ao *socialismo democrático*) reconhecem que é necessário avançar reformas sociais mais amplas.

Os efeitos de conjunto deste processo de repensamento são ponderáveis. Está em curso uma revisão gradual do dogmatismo social-democrata. Por exemplo: já não se afirma mais que o *socialismo democrático*, o socialismo social-democrata (via intermédia entre o capitalismo e o comunismo) é o único modelo válido. No Congresso Internacional Socialista de 1980, em Madri, destacou-se explicitamente que — dadas as diversidades políticas, econômicas e culturais — "não existe um modelo social-democrata único aplicável ao mundo inteiro".

Deve-se ressaltar que esta *desdogmatização* da social-democracia está muito relacionada ao seu empenho em ganhar influência fora da Europa, especialmente nos chamados países em vias de desenvolvimento. A adesão recente de movimentos desses países à Internacional Socialista obrigou-a a uma maior flexibilidade, quer no tocante à sua própria concepção de transformação social, quer no que tange à política internacional. É notável, neste sentido, o fato de já não se absolutizar mais (como nos áureos tempos do *socialismo democrático*) o sistema parlamentar pluripartidário como valor universal excludente.

As polarizações existentes entre os próprios social-democratas europeus, mais os fatores novos introduzidos pela presença de movimentos políticos de filiação mais recente, colocaram à Internacional Socialista o problema de procurar uma "identidade comum" para os

seus associados. A exigência de revisão da *Declaração de Frankfurt* (que, em 1951, assinalou a constituição do organismo), já parcialmente modificada no Congresso de Oslo (1962), entrou na ordem do dia no Congresso de Vancouver (1978).

Este último congresso tomou a decisão de criar um grupo de trabalho para elaborar, para o Congresso de Madri (1980), uma nova *Declaração de Princípios*. A tarefa não pôde ser levada a cabo: estudando os programas dos partidos da Internacional Socialista, o grupo de trabalho constatou diferenças tão substanciais num elenco de questões fundamentais (as fontes ideológicas, os objetivos, o conteúdo programático, os conceitos de partido e socialismo, as propostas políticas, econômicas e sociais, etc.) que não pôde reduzí-las a um denominador comum. Assim, decidiu-se que o Birô Internacional Socialista deve prosseguir em estudos para elaborar um novo documento programático geral. O fato é significativo da heterogeneidade de interesses e tendências que se aglutinam na Internacional Socialista.

Nas partes anteriores, esboçamos, de maneira sumária, o panorama da social-democracia contemporânea — mencionamos a sua evolução, o período do *socialismo democrático* e as polêmicas atuais.

Cabe, agora, indagar qual o papel efetivo desempenhado até hoje pelo movimento social-democrata — levando em conta as suas experiências significativas, que são as européias.

O fato fundamental que devemos destacar é que em todos os países onde, nas últimas quatro décadas, os partidos socialistas e social-democratas ocuparam o poder (às vezes, por períodos prolongados), *não ocorreram transformações essenciais das relações sócio-econômicas*. Foram realizadas reformas que, de fato e até certo ponto, contribuíram para estabilizar as relações próprias do sistema capitalista. É inegável que muitas destas reformas ajudaram a amenizar as formas mais extremas de exploração da classe operária, a redistribuir de alguma maneira a riqueza nacional e a instaurar sistemas menos ineficazes de segurança social. Numa palavra: *a social-democracia no poder jamais abriu a via à revolução socialista* — nunca socializou os meios de produção, nunca superou as estratificações sociais, nunca preparou o caminho para a supressão das classes, nunca aboliu a exploração dos trabalhadores, nunca socializou o poder político.

Optando por uma via muito precisa de transformação social — aquela de reformas no marco da legalidade existente —, a social-democracia colocou a si mesma, necessariamente, os limites da sua ação. Os seus objetivos não podem levar, e não levaram, à substituição do sistema capitalista. De um modo mais ou menos conseqüente, sempre que estava no poder (e se deve lembrar que, em muitos casos, ele aí se manteve por largos períodos), a social-democracia dedicou-se a aperfeiçoar o funcionamento do capitalismo.

Este é o ponto de fratura mais decisivo entre os comunistas e a prática da social-democracia: a transigência e a conciliação com o capitalismo. O reformismo, até hoje, tem sido a característica marcante da social-democracia. Ora, para os comunistas, esta postura é inaceitável: a característica essencial do movimento comunista consiste precisamente no intransigente combate ao capitalismo, na luta pela transformação revolucionária da sociedade capitalista — considerando que dois são os passos prévios necessários para isto: a apropriação do poder político pelo proletariado organizado e a socialização dos meios de produção.

Clarificada a fratura intransponível entre comunistas e social-democratas, é preciso salientar, com igual ênfase, que comunistas e social-democratas podem e devem dialogar, podem e devem estabelecer um fecundo diálogo que, sem omitir as divergências, conduza à união de forças para colimação de objetivos determinados e comuns (o desarmamento, a paz, a defesa das instituições democráticas contra as regressões autoritárias e o perigo fascista, a luta contra os preconceitos de toda a espécie, o combate por melhores condições de vida das massas trabalhadoras, a preservação do equilíbrio ecológico, etc.). Diferenças essenciais não podem impedir que comunistas e social-democratas somem esforços para a resolução de problemas que interessem às grandes massas.

A possibilidade do diálogo que defendemos é tanto maior quanto mais se aprofundem, no seio da social-democracia, as tendências que pugnam pelo retorno à inspiração do socialismo que se quis diluir no *socialismo democrático*. Especialmente, em países como o nosso, a unidade de esforços com setores de esquerda e populares, afins à social-democracia, é uma possibilidade que os comunistas devem explorar intensivamente.

AS CAMADAS MÉDIAS (*)

Por ocasião de mais um aniversário da morte de Lênin, os comunistas do mundo evocam o gênio imortal da nossa época revolucionária.

É inegável que o nome de Lênin simboliza a vitória da Grande Revolução Socialista de Outubro e as maiores realizações revolucionárias que mudaram pela raiz a face social do mundo, conduzindo a humanidade à viragem para o socialismo e o comunismo.

Lênin, insigne pensador, desenvolveu nos mais diversos aspectos a ciência criada por Marx e Engels: o materialismo dialético, a economia política, a teoria da revolução socialista e da edificação da sociedade comunista.

Ele fundamentou de modo convincente a necessidade de sólidas alianças da classe operária com classes e camadas trabalhadoras na luta contra as forças do regime de exploração capitalista. E não se limitou, naturalmente, ao terreno da teoria. Toda a sua atividade à frente do Partido Bolchevique, na qual se revelou um mestre da arte da direção política, está impregnada dessa verdade, que a vida se encarregou de comprovar.

Temos hoje, a esse respeito, o exemplo da Revolução de Outubro, mas também, o exemplo de todas as demais revoluções que levaram a classe operária ao poder. A prática reforça, assim, nossa

(*) **Voz da Unidade**, S. Paulo, n.º 90, 22/28 de janeiro de 1982.

convicção de que o proletariado não pode triunfar contando unicamente com suas forças, devendo, portanto, aliar-se a outras classes.

A importância decisiva do problema reside em que, para os marxistas, são as massas populares que desempenham o papel determinante no desenvolvimento social. Entendemos por massas populares, antes de tudo, as classes e as camadas sociais que participam da produção e vivem do seu próprio trabalho, isto é, as massas trabalhadoras. São elas que criam a história. São elas que fazem a Revolução. Elas constituem, em conjunto, a maioria da sociedade. Conquistar para o lado da classe operária a maioria da população é, por conseguinte, a nossa tarefa principal, é o caminho para alcançar nossos objetivos. A aliança com outras classes e camadas trabalhadoras potencia as forças do proletariado e torna possível o seu triunfo.

Foi, sem dúvida, por essas razões que já se afirmou que a essência da estratégia e da tática científica da revolução socialista consistem precisamente, entre outras coisas, em encontrar os caminhos e os métodos reais para o estabelecimento da aliança do proletariado com outras forças de classe num país dado e numa época concreta, tendo por base a luta conjunta pela realização das tarefas comuns, luta que, no final das contas, conduz ao triunfo do socialismo.

Isto significa, que o problema dos aliados da classe operária deve sempre ser resolvido de um ponto de vista histórico, partindo das condições concretas do desenvolvimento das relações sociais, da luta de classes, etc.

Daí porque este problema adquire, atualmente, um sentido especial, em conseqüência das mudanças que ocorrem na estrutura social do nosso país.

É nosso hábito classificar as forças de classes intermediárias numa só categoria: pequena-burguesia. Entretanto, a base econômica, a composição, a situação e a ideologia das forças intermediárias não são imutáveis.

Sabemos que o pequeno-burguês possui sua propriedade privada, inclusive a dos meios de produção, e que ele próprio trabalha. É, ao mesmo tempo, proprietário e trabalhador, patrão e operário.

Mas a pequena-burguesia não é somente uma categoria histórica. Na marcha do desenvolvimento histórico, nela se operam mudanças

internas e reagrupamentos de seus componentes. Nos diversos períodos e em países diferentes, a pequena-burguesia não pode ser a mesma.

Lênin — e isto há mais de setenta anos — depois de analisar o processo de empobrecimento da velha pequena-burguesia, previu o surgimento das "novas camadas médias", quando afirmou: " E paralelamente a esta postergação da pequena-burguesia na agricultura e na indústria, decorre o nascimento e o desenvolvimento de uma nova classe média, de uma nova camada da pequena-burguesia, da intelectualidade, para a qual se torna cada vez mais difícil viver na sociedade capitalista e que se situa em massa ante essa sociedade do do ponto de vista do pequeno produtor" (Obras Completas — Editorial Cartago, T. VI, p. 431).

Qual é essa nova camada? Qual é a sua situação? Lênin responde a essas perguntas nos seguintes termos: "Em todos os domínios do trabalho nacional, o capitalismo aumenta com particular rapidez o número de *empregados,* manifesta uma procura crescente da inteligência. Esta ocupa uma posição peculiar entre as outras classes, pertencendo em parte à burguesia por suas relações, por suas opiniões, etc., e em parte aos trabalhadores assalariados, já que o capitalismo, à medida que vai privando os membros da ***intelligentzia*** de sua posição independente, os transforma em assalariados dependentes, ameaça com o rebaixamento do seu nível de vida" (Obras Completas, Editorial Cartago, T. IV, p. 200).

No período da crise geral do capitalismo, não é casual que o crescimento do papel da intelectualidade tenha coincidido com a moderna revolução técnico-científica. O tipo intelectual do século XIX e das três primeiras décadas do século XX — o advogado, o médico particular, o engenheiro, o jornalista — vai extinguindo-se e cedendo lugar ao profissional assalariado. Surge, deste modo, e se desenvolve, o problema das chamadas *novas camadas médias.*

No desenvolvimento das novas camadas médias, tem havido mudanças essenciais em comparação com o século XIX e a primeira metade do século XX. Tais mudanças estão diretamente relacionadas ao *desenvolvimento da produção social,* com o crescimento da divisão social do trabalhador e as transformações de seu caráter.

Aí se coloca uma questão importante: o crescimento das novas camadas médias equivale a um aumento correlato de novas camadas

da pequena-burguesia? A resposta deve ser negativa. O surgimento das novas camadas médias significa que se produziram mudanças e deslocamentos nas três classes fundamentais da sociedade brasileira e, principalmente, o aumento numérico dos assalariados.

O sociólogo C. W. Mills comparou os "colarinhos brancos" a uma pirâmide. Efetivamente, sua parte superior é composta por um novo elemento da burguesia; a "camada média" integra a pequena-burguesia; e a maior parte, a fundamental, passa para a fileira dos assalariados. Qualitativamente, a pirâmide é heterogênea, polifacética do ponto de vista da classe, e, por conseguinte, simples metáfora.

Para a pequena-burguesia propriamente dita, o rápido amadurecimento das novas camadas médias tem significado contraditório, dual. Não se trata, como dizia Lênin, unicamente de que uma parte dessas camadas venha a colidir com ela; trata-se de que seu crescimento não constitui somente uma forma de sobrevivência e, às vezes, inclusive de aumento numérico de uma importante camada da pequena-burguesia, mas também, uma forma da sua desintegração interna, com o desenvolvimento de divergências e procedimentos conflitantes.

Com efeito, uma parte da pequena-burguesia fica privada do seu "corpo", se "desmaterializa", quer dizer, perde a propriedade. Observemos precisamente os profissionais "liberais": o médico se vê obrigado a trabalhar numa clínica que não lhe pertence, o advogado em um escritório que não é seu, etc.... Em lugar do exercício privado da profissão, com seus próprios instrumentos, aparecem clínicas empresas, escritórios, os serviços da previdência social, etc., que possibilitam, a cada dia que passa, uma maior exploração destes profissionais, que agora recebem um salário e produzem lucros para outro (para um capitalista individual ou coletivo). E, além do mais, cresce a organização capitalista dos trabalhos de investigação, pesquisa, publicidade, planejamento e o número de pessoas nelas ocupadas. No que se refere aos engenheiros e cientistas ocupados diretamente na produção, faz muito tempo que formam parte do operário produtor coletivo.

Hoje se apresentam, de um modo novo, muitas questões, principalmente no que toca à parte que é assalariada e é explorada cada vez mais. Difundem-se mais as profissões que exigem trabalho intelectual. A intelectualidade, hoje, forma-se não só com representantes da burguesia, mas também das camadas médias e com representantes dos

trabalhadores. Tudo isso muda num grau considerável a atitude da intelectualidade para com o regime capitalista e aproxima os seus interesses aos da classe operária.

A Resolução aprovada pelo VI Congresso dos comunistas brasileiros (1967)(**) formulou o encaminhamento do problema das novas camadas médias. Mostrou as mudanças qualitativas que vinham e vêm se desenvolvendo na composição e no comportamento da pequena-burguesia urbana no Brasil. As *Teses*(***) ora em discussão colocam a questão de forma mais atualizada, procurando aprofundar os nossos conhecimentos desse aspecto da realidade política e social, viabilizando, sem dúvida, as condições para que possamos formular uma política mais correta e justa em relação às novas camadas médias. Pois é este um dos requisitos para que haja firmeza e conseqüência nas ações em favor da paz, da democracia e do socialismo.

(**) Neste livro, sempre que se mencionem **Teses**, trata-se do opúsculo **Teses para um Debate Nacional de Comunistas pela Legalidade do PCB**, São Paulo, 1981.

(***) A "Resolução Política" citada é hoje acessível no livro **PCB Vinte Anos de Política: 1958/1979, São Paulo, 1980.**

PARTIDO, MINORIAS E MOVIMENTOS SOCIAIS (*)

Uma das características da transição por que passa a sociedade brasileira é a emergência de movimentos sociais que, sem possuírem a marca de movimentos de massa, inserem-se no bojo de uma ampla contestação cultural e/ou social dos padrões ideológicos vigentes. Os comunistas devem refletir largamente sobre estes movimentos, com a atenção que requerem — em si mesmos —; eles são fenômenos que, quase sempre, acompanham processos de mudanças políticas rápidas e, de alguma maneira, indicam mutações sociais mais profundas.

Esta observação é tanto mais válida quanto, neste momento, os comunistas debatem as suas *Teses*, nas quais as proposições básicas implicam numa estratégia que exige, entre outras coisas, uma dupla adequação. De um lado, uma nova articulação entre o partido e os movimentos sociais, sejam de massa ou não. De outro, uma ponderável transformação no funcionamento e na prática de nosso partido. Não é preciso acrescentar que a transformação da dinâmica do partido está intimamente vinculada à articulação que mencionamos.

Em face dos movimentos sociais, parece não haver dúvidas de que a mobilização das massas jamais resulta da mera espontaneidade delas ou apenas da ação das vanguardas em presença. Mas é preciso reconhecer, também, que em conjunturas como as que atravessamos, na gênese dos movimentos sociais certas manifestações de "vanguardismo", "espontaneismo" e até "basismo" são quase inevitáveis.

(*) **Voz da Unidade**, S. Paulo, n.º 80, 30 de outubro a 6 de novembro de 1981.

Ora, os comunistas não devem temer ou mesmo discriminar movimentos marcados por esses traços. É verdade que forças minoritárias ativas, estimulando aqueles "ismos", podem deflagar práticas radicalizantes que, numa situação delicada como a brasileira, arriscam-se a configurar perigos de desestabilização que só favorecem aos pescadores de águas turvas. Não se trata, porém, apenas de práticas que permitem provocações passíveis de serem instrumentalizadas pela direita e pela reação. Trata-se de algo mais complexo: na medida em que tais minorias ativas geralmente não apresentam propostas efetivas e consensuais para os problemas específicos a que se remetem, seus movimentos tendem a elitizar-se. Habitualmente, elas exprimem de forma imediata e confusa a afirmação de novos valores (mais exatamente: de antivalores) que estão muito além do nível da consciência social e acabam por gerar reações conservadoras das massas, prejudicando, assim, os avanços da ação política da esquerda.

Os comunistas, contudo, que devem ser a vanguarda revolucionária mais conseqüente, não podem se opor à inovação cultural e/ou social nem, muito menos, à livre expressão das minorias que a advogam. Logo, o enfrentamento das questões que estas minorias colocam põe aos comunistas algo de problemático. Não podem aceitar acriticamente a sua prática, uma vez que esta pode conter graves ameaças à política de unidade que defendem as forças democráticas e populares. E também, não podem omitir-se no debate que, imperiosamente, as posturas dos movimentos sociais minoritários instauram.

É precisamente isto o que reclama transformações na dinâmica do partido e na sua compreensão do processo social.

Em primeiro lugar, há que levar em conta que, na conjuntura brasileira, agora e não só, a direção política dos movimentos sociais será efetivada por uma pluralidade de forças. A movimentação, no interior deste compulsório pluralismo, exige agilidade na determinação dos problemas centrais e inteligência na indicação das soluções viáveis.

Em segundo lugar, é preciso considerar que, justamente em função desta direção política plural, os movimentos sociais manifestam tendências para a atomização. Compete ao partido desenvolver uma flexibilidade tal que — sem perder a perspectiva ditada pelos seus princípios e seus objetivos — possa catalizar estes movimentos.

Em terceiro lugar — e isto é fundamental — é necessário que o partido se prepare para responder às questões colocadas pelas minorias, enquadrando-as na sua angulação global da sociedade brasileira e, simultaneamente, preservando a sua eventual especificidade.

É evidente que esta adequação do partido no trato de novos problemas e processos sociais não ocorre sem tensões ou conflitos. O partido deve estar preparado para aceitá-los e conviver com eles no seu próprio interior. Mas é igualmente evidente que esta convivência, para conformar uma democracia interna estável, conducente a uma linha política unitária e a decisões concretas coerentes (ou seja: para ultrapassar tentações anarcóides e divisionistas e a geléia geral do liberalismo), deve pautar-se estritamente segundo as normas de funcionamento orgânico do partido.

Ninguém duvida que as minorias que ativam movimentos sociais parciais e específicos constituem um desafio para o partido. Mas há que tomá-las como um desafio estimulante. Parece-nos que, em face delas e das questões que agitam, a posição mais correta é uma atitude de compreensão crítica e sensível, que vise ao resgate da sua positividade, para inseri-la no conjunto de reivindicações pertinentes à massa da população — e na perspectiva do próprio desenvolvimento dessas reivindicações.

Parece-nos, também, que há que refletir cuidadosamente sobre os movimentos sociais emergentes — que não devem ser confundidos com movimentos minoritários. Aqueles são o produto das transformações experimentadas nos últimos anos pela sociedade brasileira e, particularmente, nas expressões mais incisivas, relacionam-se ao papel social das camadas médias urbanas.

Estes movimentos, centrados freqüentemente sobre reivindicações setoriais determinadas, mas que afetam grupos maiores — e que vão desde questões sobre serviços prestados à população até propostas de intervir em instâncias imediatas do poder público —, devem receber um tratamento especial dos comunistas.

Aliás, a experiência do nosso partido, neste plano, é das mais fecundas: historicamente, promovemos a dinamização de associações de moradores, sociedades de bairro, entidades culturais e de lazer, etc. Entretanto, na recuperação desta rica experiência, não podemos transferir mecanicamente o comportamento do passado para a problemática presente.

Estes novos movimentos sociais, mesmo ressalvadas as suas especificidades (inclusive sociais), podem ser integrados pelos comunistas numa estratégia que contemple uma participação social ampliada. No caso, tratar-se-ia de conduzir as reivindicações destes movimentos na perspectiva de situa-los na ordenação do poder social. Ou seja: assumir as reivindicações deles e, respeitando a sua autonomia, inserir-lhes a dimensão da intervenção política concreta e organizada no nível da atuação dos seus agentes — o bairro, o distrito, o município. Numa palavra: direcionar as suas preocupações para a questão do poder, com a viabilização de propostas para os seus planos mais próximos. Não é preciso dizer que, neste âmbito, é necessário um enorme cuidado para não diluir as questões substanciais do poder político nas questões adjetivas da administração.

Ainda aqui, o que os comunistas têm pela frente é um desafio de proporções muito significativas. Da resposta que formos capazes de oferecer dependerá, também, muito da nossa influência real na sociedade brasileira.

COMUNISTAS E CATÓLICOS: DO CONFRONTO AO DIÁLOGO (*)

Historicamente as relações entre comunistas e católicos revestiram-se de um caráter tenso em extremo: na prática social, uma larga coincidência de reivindicações era obscurecida por mútuo sectarismo e dogmatizada por questões de princípios invocadas indevidamente.

A convergência de requisições de grande significado — fraternidade, justiça social, solidarismo — desaparecia em face de inoportunos apelos ao passado histórico da Igreja Católica, por parte dos comunistas, e de um falso dimensionamento dos erros destes em conjunturas particulares, do lado dos católicos. E a real *incompatibilidade filosófica* entre marxismo e qualquer gênero de teísmo era transformada em *antagonismo político-social* entre os dois interlocutores.

A problemática do mundo contemporâneo acabou por revelar tanto o equívoco quanto o anacronismo deste confronto. Às dramáticas questões postas pelo curso do desenvolvimento histórico no período posterior à Segunda Guerra Mundial somaram-se, da parte comunista, o renascimento do marxismo (após o XX Congresso do PCUS e seus desdobramentos) e, do lado católico, a emergência de interpretações teológicas comprometidas com processos de mudança social. Este duplo movimento alcançou um estágio qualitativamente novo nos anos sessenta: as relações entre comunistas e católicos elevaram-se do confronto para o nível do diálogo.

(*) **Voz da Unidade, S. Paulo, n.º 58, 29 de maio a 4 de junho de 1981.**

No plano teórico, parece-nos que o diálogo — aliás atual no Brasil dos dias correntes — deve ser construído à base de mútuo respeito por posições que se sabem *diferentes*: o objetivo de cada interlocutor não pode ser a "conversão" do outro, mas extrair das posições contrárias elementos para enriquecer e aprofundar as suas próprias, numa lúcida atitude de questionamento e autocrítica.

No plano prático, sem escamotear divergências quanto a projetos sociais de maior amplitude histórica, a intervenção conjunta de comunistas e católicos está na ordem do dia. A experiência da vida política brasileira, nos últimos anos, provou cabalmente que esta ação comum não só é possível como desejável: combater o terrorismo social do capitalismo dependente, expresso politicamente na ditadura e no fascismo, e o seu terrorismo econômico, manifesto na miséria e na marginalização das massas, exige a unidade de esforços.

A prática da resistência democrática foi fecunda para os comunistas, libertos dos dogmas, e para os católicos, empenhados em alterar a condição dos pobres e oprimidos. Os primeiros compreenderam definitivamente que o engajamento dos católicos no combate pela democracia amplia o arco de forças que luta pela justiça e pelo progresso social. Os católicos reconheceram, no dia a dia, que há uma indiscutível congruência entre a nossa perspectiva socialista e os anseios evangélicos de justiça, fraternidade e plenitude espiritual.

É preciso, resgatando o legado desta prática, recuperá-la e aprofundá-la. É necessário explicitar que esta exigência é colocada pela própria realidade: o Brasil justo e democrático que pretendemos construir, na transição socialista, pertence e será obra de todos — comunistas e católicos (e não só dos católicos progressistas: urge estabelecer um diálogo honesto com todas as diferenciadas tendências da comunidade católica). O que é fundamental, todavia, é deixar claro que as relações entre os comunistas e católicos não podem ser *instrumentais*. Devem, têm que passar pelo profundo respeito pela *identidade* de cada um dos intervenientes.

O partido comunista não é uma igreja, assim como a igreja não é um partido político. Um católico, sem romper com a sua comunidade religiosa, deve encontrar no partido um clima de liberdade: um comunista atuando junto de organizações católicas, não deve ser discriminado.

O trabalho conjunto de comunistas e católicos, no Brasil, hoje, não é uma petição de princípio, abstrata ou idealista. É uma exigência do processo histórico. E que, felizmente, já conta com o respaldo da experiência dos anos recentes. Sem se confundir institucionalmente, partido e comunidade religiosa têm um amplo espaço comum a ser explorado. E da exploração deste espaço depende, em larga medida, o perfil do Brasil do futuro.

REVOLUÇÃO TÉCNICO-CIENTÍFICA E PAÍSES "PERIFÉRICOS" (*)

As implicações da revolução técnico-científica nos países dependentes, "periféricos", ainda não foram suficientemente estudadas. Todavia, a questão está na ordem do dia e não podemos deixar de tecer alguns comentários sobre ela, necessariamente breves em razão do espaço de que dispomos.

O assombroso desenvolvimento — uma verdadeira "revolução" — das ciências relativas à natureza, engendrou um volume de conhecimentos (a "massa crítica" de que falam os especialistas) que possibilitou, nos meados do século, a denominada revolução *técnico-científica* — ou científica e técnica, como querem alguns.

Trata-se, basicamente, da inserção da ciência e sua implementação técnico-prática ao nível da produção. É verdade que, desde o século XVIII, a evolução da ciência, então nascente, liga-se intimamente à produção. No entanto, o que ocorreu de novo, em nosso tempo, é que esta ligação ganhou uma qualidade nova: agora, a ciência integra-se no ciclo da produção como um componente elementar. A conjunção, em meados do nosso século, de um alto desenvolvimento das forças produtivas e de um complexo de conhecimentos científicos muito amplo (e que cresce exponencialmente) determinou uma nova função da ciência na produção: ela não é mais subsidiária da produção, uma espécie de sua resultante. Agora, a relação entre a ciência e a produção é de outro tipo: mediatizada pela

(*) **Voz da Unidade, S. Paulo, n.º 104, 13/19 de maio de 1982.**

tecnologia, a ciência passa a constituir, crescentemente, com a produção, um circuito cada vez mais integrado, com a primeira assumindo, pouco a pouco, um papel hegemônico no interior das forças produtivas.

Por isto mesmo, as tendências da revolução técnico-científica sobre a produção são muito diversas daquela que, anteriormente, foram registradas na relação ciência-produção. No período da Revolução Industrial, analisado por Marx e Engels, aquelas incidências afetaram especialmente a indústria e os transportes; no limite, o que se alcançou foi a modalidade técnica de produção fabril mecanizada. Com a revolução técnico-científica, inaugura-se o trânsito a uma outra modalidade de produção: a automatizada e dirigida cientificamente.

Ela não envolve apenas uma esfera particular da produção (no século XIX, a indústria): atinge todas as esferas da reprodução social. Representa um salto qualitativo no desenvolvimento das forças produtivas: com ela está dado um novo patamar para a produção — que, por outra parte, confere à intervenção do homem no conjunto das forças produtivas uma ponderação imensa — e que apenas se inicia. Atualmente, esta nova etapa se põe mais como uma tendência do que como uma realidade.

Com efeito, mesmo nos países capitalistas mais desenvolvidos, a mutação na produção que é viabilizada pela revolução técnico-científica apresenta-se de forma incipiente. Processos produtivos integralmente automatizados, por exemplo, só se verificam numa parte insignificante do aparelho produtivo. Entre as possibilidades abertas para a produção pela revolução técnico-científica e as realidades efetivas, há ainda um largo espaço. Por isto, é prematura a afirmação segundo a qual a ciência "está impregnando, transformando e regulando" os mecanismos produtivos e reprodutivos.

Realmente, a revolução técnico-científica cria as bases para uma inteira mutação na produção. Mas, isto não quer dizer que a mutação se realizará automaticamente. É que, ao contrário do que asseguram muitos estudiosos e especialistas (como o falecido Radovan Richta), a ciência *não* é uma força produtiva *real*: é uma força produtiva *potencial* no capitalismo, somente quando ela pode ser instrumentalizada no interesse do capital é que se torna produtiva real. Na medida em que se mantém o império do capital, as possibilidades científicas sempre são limitadas pela sua lógica de acumulação e reprodução.

Um dos traços distintivos da revolução técnico-científica é o seu caráter universal. Desenvolvendo-se quando o processo produtivo já se encontrava num elevadíssimo grau de socialização e quando o sistema capitalista atingira alto nível de integração funcional e mundial, a revolução técnico-científica ultrapassa quaisquer marcos nacionais e geopolíticos: ela se desenrola no contexto de uma internacionalização da vida econômica e cultural, que acompanha a internacionalização do capital.

Em conseqüência, as mudanças que ela provocou e provoca no mecanismo produtivo dos países "cêntricos" repercutem necessariamente no sistema econômico dos países "periféricos". Assim, também nestes países o desenvolvimento das forças produtivas tende a contar, cada vez mais, com a incidência da revolução técnico-científica.

É preciso considerar, porém, que a relação dos países "periféricos" com os "cêntricos" é uma relação de exploração, sujeição e dependência — são as vinculações que o imperialismo engendra. A revolução técnico-científica teve as suas bases lançadas nos países "cêntricos" (ou seja: nos países imperialistas). Ocorreu, pois, um processo de marginalização dos países "periféricos": eles não participaram da revolução técnico-científica, que acabou por ser monopolizada pelas metrópoles capitalistas.

Os países "periféricos", portanto, não tiveram e não têm acesso à revolução técnico-científica; recebem apenas os influxos dos seus resultados — a "tecnologia" —, sem controlar todo o circuito que os produz. Daí deriva uma nova forma de dependência: a *dependência tecnológica*.

Na verdade, os mecanismos de exploração imperialista (que, evidentemente, não são simples mecanismos "externos" à vida dos países "periféricos", uma vez que estes estão *integrados* no sistema capitalista) instrumentalizam os frutos da revolução técnico-científica para espoliar e dominar mais profundamente os países "periféricos" em benefício das nações capitalistas avançadas.

Através desses mecanismos, os países "periféricos" de economia mais complexa — como o Brasil — passam a valer-se indiretamente, medianamente, dos efeitos da revolução técnico-científica. Mas de uma maneira problemática: a *transferência de tecnologia*, que lhes

custa tão caro, acaba por ser uma simples *transferência de técnica*. Isto é: estes países têm acesso aos novos métodos de produção, mas permanecem desconhecendo os meios que levaram à sua elaboração (é interessante consultar, sobre este ponto, inteligente artigo de Matheus Schnaider, publicado no *Jornal do Brasil*, de 22/4/82). Deste modo, os países capitalistas avançados exercem, sobre os outros, uma forma inédita de colonialismo cultural.

Isto não significa, todavia, que a transferência de técnica não seja importante. Mas ela termina por atrelar o desenvolvimento dos países "periféricos" aos interesses do imperialismo: à base desta transferência, os esforços nacionais de investigação e pesquisa são reduzidos ao aperfeiçoamento das técnicas importadas, raramente (ou quase nunca) conduzindo a soluções novas e adequadas às reais necessidades dos países "periféricos".

É claro que a revolução técnico-científica reposicionou a ciência, a investigação e a pesquisa no interior do processo produtivo, colocando questões estritamente específicas — a alocação de recursos, o estabelecimento de prioridades, a qualificação dos quadros científicos e técnicos, a programação educacional, etc.

No entanto, faz-se necessário enquadrar estas questões no plano geral que as condiciona — o plano *político*. De fato, a questão política, sem dissolver as especificidades dos problemas atuais da ciência e da técnica em sua relação com a produção, é que permite perspectivá-las globalmente.

Superar a dependência tecnológica não é simples problema de alocação de recursos para a investigação e a pesquisa, objetivando uma "tecnologia nacional" ou "alternativa". A dependência tecnológica é *um* componente do sistema maior e totalizante da dependência engendrada pelo imperialismo.

Naturalmente, não basta liquidar com a dominação imperialista para solucionar o atraso científico e tecnológico. A luta é multifacética, dá-se em todos os níveis da sociedade.

Mas é indispensável evitar e combater qualquer *fetichização* da ciência: sem a *libertação política*, os esforços para romper com a dependência científica e tecnológica permanecerão impotentes.

TEMAS DE POLÍTICA E ORGANIZAÇÃO

Estratégia e tática dos comunistas
Centralismo democrático e direção coletiva
A luta ideológica e os desvios
O trabalho entre as mulheres

ESTRATÉGIA E TÁTICA DOS COMUNISTAS (*)

Existem formulações teóricas e políticas que inspiram interpretações conflitantes — isto acontece em todos os meios e os comunistas não são exceção. Freqüentemente, ocorrem mal-entendidos que derivam, não de concepções ideológicas de fundo, mas de equívocos que podem ser superados através de uma discussão sem preconceitos.

Entre nós, por exemplo, é generalizado um debate sem fim sobre estratégia e tática. Os dois termos são envolvidos por significados misteriosos e o militante comum acaba se perdendo num labirinto que parece interminável.

É interessante observar que, na obra dos grandes mestres do socialismo científico, até Outubro de 1917, a noção de estratégia é quase inexistente. Até então, o movimento operário compreendia toda sua política como tática. O próprio Lênin, aliás, adotava este procedimento: n'*As Duas Táticas da Social-Democracia na Revolução Democrática,* ele fala de *tática* referindo-se à linha geral do partido traçada para todo o período de preparação e realização da revolução democrática-burguesa na Rússia.

Depois de Outubro de 1917, o movimento operário começou a valer-se do termo *estratégia*. Atualmente, os dois termos são muito

---

(*) Voz da Unidade, S. Paulo, n.º 194, 19 de fevereiro a 4 de março de 1982.

empregados, ambos referindo-se à *linha política* dos partidos revolucionários. A *tática* relaciona-se à aplicação desta linha em função de situações particulares e num prazo curto de tempo, ao passo que a *estratégia* aponta para o conjunto de procedimentos que devem ser efetivados, ao longo de toda uma etapa histórica, para que a aplicação da linha política conduza aos resultados desejados.

Cabem agora duas observações importantes. A primeira é que a chave, tanto da tática quanto da estratégia, é a *linha política* de um partido (construída a partir da análise da realidade e da determinação dos objetivos). A tática e a estratégia decorrem da linha política: é esta que condiciona a ambas. Por outro lado, tática e estratégia não são coisas separadas: extraídas da linha política, estão reciprocamente vinculadas. Não se pode pensar em uma estratégia desligada das ações práticas e cotidianas; é a tática que, em cada momento e em cada situação, concretiza a estratégia. Há distinção no tempo (a estratégia compreendendo prazos mais largos), mas também de finalidade (a tática, orientada pela estratégia que coloca objetivos para ações globais de toda uma etapa histórica, aponta para objetivos particulares e setoriais). Na prática cotidiana da vida social e das lutas de classe, a tática e a estratégia estão intimamente relacionadas. A estratégia se realiza no conjunto de ações que se efetivam em função de situações bem delimitadas.

Em segundo lugar, é preciso levar em consideração que o termo *estratégia*, embora oriundo do vocabulário militar, possui, em política, um significado diferente. Se o comandante de um exército em luta pode dispor de suas forças e reservas de um modo relativamente livre, ordenando-as conforme as leis da logística, o dirigente político trabalha com elementos que pouco se assemelham à realidade militar. As massas e as forças políticas não se movem de acordo com diretrizes militares, mas conforme as suas necessidades e o seu grau de consciência e, por isto, o papel do dirigente político é mais complicado que o do comandante do exército em guerra.

Linhas acima, utilizamos outra palavra em torno da qual se polemiza muito — a palavra *etapa*. Entendemos por etapa um período histórico determinado e definido pelos problemas centrais que uma classe social (e seus aliados) deve resolver para expressar a sua vontade política e a sua missão histórica. Mas é importante dizer que a história não é uma *soma* das etapas, que se vão encaixando umas ao

lado das outras. Os marxistas-leninistas não têm nada a ver com esta concepção *etapista* da história: para nós, a história é um *processo*, uma continuidade dialética e contraditória que obedece a leis objetivas. E este processo não é abstrato nem homogêneo: no seu desenvolvimento, há estágios diferentes, que se limitam, se prolongam, se superpõem; individualizados pela realidade daqueles problemas centrais, eles constituem as *etapas* históricas.

A nossa preocupação, ao expor de forma intencionalmente simples estas idéias, vai no sentido de reduzir os mal-entendidos que, no momento, se manifestam na discussão realizada pelos comunistas brasileiros. É, por isto, que julgamos que vale a pena estender ainda mais um pouco este artigo.

A *linha política* que está proposta nas *Teses* debatidas hoje pelos comunistas brasileiros aponta como objetivo da nossa luta o *socialismo*. Não precisamos nos alongar: se o objetivo final da nossa luta é o *comunismo*, e se só se chega a este pelo período de transição entre ele e o capitalismo, é claro que a nossa linha política deve apontar este período de transição como a necessária conquista da classe operária brasileira. O nosso objetivo é o socialismo para edificar a sociedade comunista.

A análise, que fundamenta a linha política proposta, assinala que a etapa atual do processo revolucionário brasileiro, orientado para o socialismo, possui caráter democrático e nacional. Esta formulação é justa: situa o processo brasileiro no contexto universal da passagem do capitalismo ao comunismo, pela via da transição socialista e, ao mesmo tempo, define a natureza das tarefas centrais que individualizam o estágio por que passa o nosso processo. Em outras palavras: o processo revolucionário brasileiro integra-se no processo universal da revolução socialista e as suas tarefas hoje essenciais são de natureza democrática (conquista e ampliação das liberdades políticas, substancial alteração da composição de classe do Estado, luta antilatifundiária e antimonopolista) e nacional (antiimperialista).

Gostaríamos de deixar bem claras as questões que estão envolvidas aqui, já que, em nosso entender, está neste ponto o coração mesmo na linha política proposta nas *Teses* (especialmente no seu capítulo terceiro). Isto é: este ponto é o que decide sobre a estratégia e a tática a serem adotadas pelos comunistas brasileiros. Também gostaríamos de dizer que, nesta questão, os mal-entendidos não são

simples problemas de interpretação: em muitos casos, decorrem de posições políticas e ideológicas erradas.

Realmente, vários companheiros têm criticado a estratégia e a tática indicadas pela linha política das *Teses*. É curioso notar que, nesta crítica, dão-se as mãos aqueles para os quais as nossas tarefas imediatas são tarefas socialistas e aqueles para os quais o socialismo deve ser adiado para um futuro distante. Os argumentos são diferentes, mas a preocupação é a mesma: recusar a estratégia e a tática propostas nas *Teses* (o que significa recusar, de fato, a linha política).

Nós consideramos que as *tarefas* democráticas e nacionais (luta pelas liberdades políticas, luta antilatifundiária, luta antimonopolista e luta antiimperialista) estão organicamente integradas e têm um *sentido* socialista — porque o seu cumprimento abre a via para o socialismo. Pensamos que a natureza de classe do Estado do regime inaugurado com o golpe de 1964, ao liquidar com as liberdades políticas, assegurou que um pequeno grupo, associado ao imperialismo, pudesse impor à nossa sociedade os seus projetos antipopulares. A conquista de amplas liberdades políticas permite isolar este grupo, substituir o regime e retirar das mãos dos monopólios (nacionais e estrangeiros) as rédeas da economia brasileira. A luta pela democracia tem, portanto, uma estreita relação com a luta antimonopolista e antiimperialista.

Mas é preciso dizer mais: neste processo — que só será conseqüente se o leque de forças democráticas e antimonopolistas for hegemonizado pela classe operária — se forjará um novo bloco histórico *anticapitalista*. É que a contradição capital/trabalho só se colocará como determinante para a *consciência das massas*, na medida em que, avançarem as suas lutas cotidianas contra os representantes mais decisivos da opressão capitalista, os monopolistas. Por outro lado, a classe operária só poderá ganhar a hegemonia do processo político se for capaz de estabelecer alianças largas, que mobilizem setores diferenciados num projeto político de longa duração.

Como se vê, não se trata nem de lutar pelo "socialismo agora", propondo tarefas desligadas das concretas condições da sociedade brasileira, nem de adiar indefinidamente a luta por ele, limitando as ações operárias às bandeiras de outros setores. Trata-se mesmo é de colar-se ao movimento real da sociedade brasileira, das suas contradições mais vivas e imediatas e, atuando sobre elas, criar os requisitos

para que a solução das tarefas democráticas e nacionais desemboque na fronteira do socialismo.

A linha política proposta, colocando o objetivo socialista, atende às questões que referimos e define a estratégia a ser desenvolvida nesta etapa: uma estratégia democrática, apoiada na luta por uma ampla frente de forças sociais, em cujo bojo a classe operária deve lutar desde já pela hegemonia — sem o que o objetivo socialista não se pode alcançar. Estratégia que esclarece o conteúdo das lutas mais decisivas e aponta para o resultado a conquistar. Ao mesmo tempo, da linha política decorre a tática que lhe é compatível: uma flexível política de alianças em torno dos obstáculos particulares e concretos que entravam a participação ativa das massas trabalhadoras na vida política nacional.

A nosso ver, é só a partir destes pontos, colocados de maneira direta e clara, que os comunistas brasileiros podem evitar dois tipos de *desvios* na concepção, interpretação e aplicação da sua linha política: o *desvio de direita*, que consiste em subordinar as lutas da classe operária ao conteúdo aceito pelas forças hoje hegemônicas na frente democrática brasileira e o *desvio de esquerda*, que pretende "queimar etapas" e impor à realidade esquemas supostamente "revolucionários".

CENTRALISMO DEMOCRÁTICO E DIREÇÃO COLETIVA (*)

Há cerca de 14 anos, em dezembro de 1967, os comunistas brasileiros realizavam os trabalhos finais de seu VI Congresso. Efetivado sob duras condições de clandestinidade e repressão, e no calor de uma ardorosa luta ideológica contra as formas com que, à época, se apresentava o "esquerdismo", o VI Congresso do PCB marcou um indiscutível momento de avanço nas concepções dos comunistas brasileiros.

Na *resolução política* daquele congresso(**), entre outras tematizações, deu-se especial importância à questão orgânica; em certa passagem, afirma-se explicitamente a necessidade de "assegurar o pleno funcionamento da democracia e da disciplina partidárias, com base no centralismo democrático e na prática da direção coletiva". Temos a mais firme convicção de que esta proposta, legítima ao tempo do seu enunciado, é hoje tanto mais válida. E temos mesmo a certeza de que a mais radical democracia partidária só pode ser garantida se se mantém os pressupostos leninistas do *partido novo:* o centralismo democrático e a direção coletiva.

O centralismo democrático tem sido objeto de inúmeras críticas. Se é verdade que nem todas são derivadas de oportunismos variados, é inconteste que a sua maioria resulta de um claro desconhecimento da teoria e da prática leninistas. A pretexto de combater as deforma-

(*) **Voz da Unidade**, S. Paulo, n.º 83, 20/27 de novembro de 1981.
(**) Cfr. o volume já citado **PCB Vinte Anos de Política, 1958/1979.**

ções engendradas no período de vigência do "culto à personalidade", deformações que liquidaram com a democracia em favor do burocratismo, passa-se a combater o próprio princípio de Lênin.

Em relação à teoria de Lênin, não são cabíveis as reservas que se generalizaram nos mais diferentes meios e círculos políticos. Nos termos leninistas, o centralismo democrático tem um conteúdo muito claro: liberdade de discussão com disciplina rigorosa e unidade de ação. Não há contradição entre centralismo e democracia: há uma relação dialética. A prática correta do centralismo cria as melhores condições para o florescimento da democraria interna e o desenvolvimento desta, por sua vez, fortalece o centralismo.

É esta relação dialética que viabiliza o partido dos comunistas como vanguarda revolucionária. A democracia sem direção centralizada converteria o partido num clube de discussões. O centralismo sem democracia, por seu turno, engendra o culto das personalidades, as mistificações e o caudilhismo. E o centralismo, combinado apenas com uma democratização atrofiada e subdesenvolvida, deságua no burocratismo adubado pela "compreensão" deste ou daquele dirigente, que acaba por se tornar "um juiz", um "árbitro" de polêmicas.

É preciso reafirmar novamente: somente a justa relação entre democracia e centralismo pode criar as condições para que militantes e dirigentes tenham iniciativas, dinamizem suas intervenções e atividades e as compatibilizem com uma direção firme, sem a qual a condução da luta é impensável.

Dizíamos que a concepção leninista do centralismo democrático é inequívoca. De fato, a perspectiva de Lênin não admite dúvidas: o centralismo significa que o partido tem um *só* programa e um *só* estatuto, obrigatório para *todos* os membros e *todas* as organizações; que sua direção é *única*, devendo os órgãos e *organizações* cumprirem incondicionalmente as decisões centrais; que só existe *uma* disciplina, válida para *todos* os membros; que a minoria se *subordina* à maioria.

A democracia significa que o programa e os estatutos, assim como as decisões mais importantes, só são aprovados depois de discutidos pela totalidade dos membros do partido; que todos os membros são igualmente eleitores e elegíveis; que todos os órgãos dirigentes têm caráter eletivo, sendo renovados periodicamente e obrigados a periódicas prestações de contas; em suma: que todos os membros participam, direta e indiretamente, da vida partidária.

O centralismo e a observância incondicional da disciplina são necessários para que o partido articule uma *vontade política comum* capaz de expressar-se numa *prática coerente e unitária*. Mas estas vontade e prática só se alcançam pela democracia: a discussão coletiva das questões fundamentais e a determinação de resoluções que envolvam compulsoriamente *todos* os membros. A garantia única de uma *prática democrática sistemática* reside na disciplina; sem a disciplina mais rigorosa, a democracia passa a ser uma eventualidade tática. Por isto mesmo, Lênin sempre foi incisivo: sem a subordinação à maioria, desaparecem os mecanismos que dão estabilidade e coesão à vida partidária. Consequentemente, quem se nega a cumprir as decisões da direção central está renunciando a sua condição de membro do partido.

Entretanto, o centralismo democrático, tal como Lênin o formulou, só adquire uma eficiência plena quando a vida partidária está submetida a uma organização de tal ordem que a direção se realize sob forma coletiva (aliás, a prática de Lênin como dirigente sempre se apoiou no trabalho coletivo, como sabem todos aqueles que conhecem a história dos bolcheviques).

A própria vida social, cada vez mais complexa e diferenciada, impõe a direção coletiva. A magnitude dos problemas sócio-políticos, a estrutura das questões que o desenvolvimento histórico apresenta, a diversidade das variáveis concorrentes nas conjunturas políticas — tudo isto requer uma direção agilizada pela especialização, pela reflexão plural, pela assessoria profissional e qualificada.

Foram-se os tempos da prática artesanal e improvisada do dirigente monopolizador de respostas e soluções.

Ademais, é na direção coletiva que pode ser estimulado o espírito crítico e criativo. Neste contexto, o exame de todos os prismas de uma questão, a tolerância e a ponderação nada têm a ver com a vacilação: passam a ser o requisito para superar a ligeireza e a superficialidade no trato dos problemas.

O corolário natural da direção coletiva é que a tomada de decisões importantes cabe ao coletivo correspondente e não a indivíduos isolados. O que fortalece a responsabilidade pessoal: a decisão cole-

tiva não exclui o controle das ações, antes o revigora na perspectiva das atividades solidárias.

Estas reflexões não nos parecem um exercício de especulação. A história política dos comunistas brasileiros é pródiga no exemplário de equívocos resultantes da incompreensão dos princípios de organização leninistas. Entretanto, elas nos parecem essenciais para esclarecer o futuro imediato dos comunistas brasileiros.

Uma correta definição da estrutura orgânica do partido legal que queremos construir será decisiva para o perfil da revolução brasileira. De fato, sem ela corremos o risco de ressuscitar velhas fórmulas golpistas, estimuladas pelos benefícios com que uma tradição de clandestinidade favorece os sectarismos. Ao mesmo tempo, podemos escorregar na tentação fácil de projetar um partido eleitoreiro, com um grande contingente de aderentes.

Centralismo democrático com direção coletiva, tal como sumariamente os caracterizamos aqui, parece-nos ser a alternativa superadora do blanquismo e do populismo. A partir dela, poderemos edificar, na conquista da legalidade, um partido revolucionário de massas, situado igualmente além do saudosismo conspirativo e da degenerescência social-democratizante.

A LUTA IDEOLÓGICA E OS DESVIOS (*)

O movimento comunista continua vivendo uma intensa luta ideológica, e o combate se desenvolve em duas frentes: de um lado, as tendências "esquerdistas", que combinam elementos oriundos das posições defendidas até recentemente pelo Partido Comunista da China, com revivescência do anarquismo e com novas manifestações de aparência libertária; de outro, as tendências "direitistas", que se alimentam de uma mescla de liberalismo e socialismo evolucionista e desenham um processo de social-democratização para o movimento operário revolucionário.

Na transição vivida hoje pela sociedade brasileira, a pressão destas tendências gerais sobre os comunistas é evidente. Entre eles, a luta ideológica se agudiza, inclusive porque ela se insere na seqüência de combates inconclusos que se desenrolaram faz pouco mais de uma década. Mas a luta ideológica é potenciada, agora, pela própria particularidade no momento histórico que vivemos: a renovada intervenção da classe operária no processo político brasileiro repõe na ordem do dia a questão da sua orientação política ideológica. A luta pela hegemonia política e ideológica da classe operária na sociedade é, agora, também uma luta pela hegemonia no seio da classe mesma. É evidente, pois, que a correta condução desta luta pode decidir, em larga escala, do papel de vanguarda assumido pelos comunistas.

Creio que sempre devemos partir da premissa de que, na vida do partido dos comunistas, a luta ideológica é uma constante. Ela

(*) **Voz da Unidade**, S. Paulo, n.º 82, 13/20 de novembro de 1981.

constitui um elemento permanente do processo da sua formação e do seu desenvolvimento. É claro que a sua intensidade varia no tempo. Mas seria um equívoco considerar a luta interna, o confronto de opiniões, a crítica e a autocrítica como algo que ocorre de tempos em tempos, quando alguns acontecimentos, de uma maneira ou outra, positiva ou negativamente, "abalam" a vida partidária. É um erro grave situar a luta interna fora do processo de formação e da atividade do partido. Igualmente, não se justifica que um militante — particularmente um quadro dirigente —, participando da luta interna, se coloque na posição de quem nada tem a ver com o que aconteceu até o momento, como se se tratasse de debater problemas absolutamente novos, a respeito dos quais só agora cada um teria de se manifestar.

Também é de salientar que, a luta ideológica se realiza e se concretiza de modo benéfico no combate a todas as tendências errôneas ou nocivas, aos desvios oportunistas de esquerda e de direita, às posições indefinidas, "equidistantes", ecléticas ou conciliadoras e que, na prática, são nuances de um ou outro desvio.

As tendências direitistas e esquerdistas são, na realidade, pólos complementares. São irmãs gêmeas: ambas correspondem a uma posição oportunista, embora encobrindo seu conteúdo de forma diferenciada (o esquerdismo, quase sempre, fá-lo através de uma fraseologia revolucionária). Tanto as posições de direita quanto as de esquerda, quando não combatidas, levam à postergação das múltiplas tarefas partidárias. Tanto umas como outras conduzem quer à expectativa, à passividade, à conciliação, quer, sob as mais variadas formas, à aventura, à omissão e à falta de ímpeto revolucionário, à precipitação e à acomodação. O denominador comum das tendências direitistas e das esquerdistas é a ignorância do papel real da classe operária e das massas trabalhadoras, que fazem a revolução; direitistas e esquerdistas não compreendem que o trabalho entre as massas é o princípio determinante de todas as particularidades da atividade partidária e que, pois, não pode ser considerado como recurso tático.

Ambos os desvios, o de direita e o de esquerda, são nocivos ao desenvolvimento do partido e ao movimento revolucionário. Mas o combate unilateral a qualquer deles não favorece soluções justas: como pólos complementares, direitismo e esquerdismo se alimentam mutuamente. Na luta ideológica, por isto, não podemos nos apoiar num desvio para combater o outro.

Mas o combate permanente e simultâneo a todas as manifestações de tendências e concepções erradas não quer dizer que as coloquemos sempre no mesmo pé de igualdade, indiscriminadamente, como se representassem idêntico perigo. A luta ideológica não se realiza no campo das abstrações, não se trava contra ameaças imaginárias ou perigos possíveis. Ela se desenvolve intimamente ligada à realidade, em face das concretas manifestações de tendências oportunistas de direita ou de esquerda e numa situação concreta. Assim, a luta ideológica deve ser desenvolvida priorizando-se a tendência oportunista mais nociva num momento dado — é sobre ela que se devem concentrar todos os esforços. E mesmo a direção do golpe principal pode estar subordinada não só às injunções do momento histórico; pode variar segundo particularidades políticas de uma região, de um estado, etc.

É de observar que, na luta ideológica, o partido procura aproximar-se o mais possível da verdade, formulando uma linha política congruente com a realidade. A luta ideológica não se pode restringir ao combate ao esquerdismo e ao direitismo, nem pode ser uma luta entre a direita e a esquerda. Isto seria simplificar indevidamente as coisas. A nossa premissa deve ser mais ampla: no partido comunista, há sempre uma luta constante entre idéias justas e idéias falsas, há sempre um confronto entre erros e acertos. E esta luta é um reflexo das lutas de classes e dos diferentes fenômenos sociais. Entretanto, ela também deita raízes no estágio de conhecimento em que nos encontramos.

Nesta linha de pensamento, seria simplismo ilegítimo reduzir a luta ideológica a mero reflexo da luta de classe. Tudo seria muito fácil se a solução viesse com a classificação mecânica de "oportunistas de direita" ou "de esquerda" aplicada aos camaradas que erram, falham ou discordam. É preciso avançar para além deste esquematismo, estimular o confronto de idéias, aplicar o método da persuasão, dinamizar o debate e aplicar a direção coletiva. Só deste modo poderemos captar as mediações e as nuances, evitando ligar mecanicamente os princípios gerais às exigências concretas da prática. Mais ainda, esta forma de comportamento impedirá a tomada de atitudes de acusação ou absolvição de camaradas em equívoco, ao mesmo tempo em que permitirá romper com a indefinição e o relativismo (biombos em torno dos quais gira a conciliação ideológica).

Feitas estas considerações, cremos que é de alguma valia indicar, muito sumariamente, nos limites deste artigo, os traços mais evidentes que os desvios direitista e esquerdista apresentam, dentro e fora das fileiras comunistas.

Os esquerdistas, freqüentemente partindo de um exame superficial da experiência de outras revoluções, procuram aplicar ao caso brasileiro, dogmaticamente, as conclusões que extraem daquele exame. No mais das vezes, sustentam que somente a luta armada é a única intervenção revolucionária. Apesar desta grandiloqüência, a sua prática em face do imperialismo e da reação é conivente. Não se interessam pelas lutas reais das massas trabalhadoras, por suas reivindicações, desprezam o aproveitamento das possibilidades legais e institucionais para o trabalho entre as massas. Vivem na expectativa do "grande dia": a ação transcendental que instaurará a revolução. Subestimam a ação de sujeito revolucionário das massas trabalhadoras e acabam por situar a pequena-burguesia como o agente vanguardeiro.

A fraseologia revolucionária dos esquerdistas coloca, imediatamente, tarefas decisivas para as massas trabalhadoras, requisitando as formas mais elevadas das lutas de classe. Ela decai, quase sempre, no romântico, com um excessivo gosto pelo que é violento e melodramático. É cara a confusão entre desejos subjetivos e o estado real da consciência efetiva das massas trabalhadoras.

A esses traços conhecidos do esquerdismo juntam-se, hodiernamente, outros mais refinados. Há tendências esquerdistas que absolutizam o papel das massas desorganizadas: num resgate de velhas vertentes anarcóides, supervalorizam o basismo e combatem toda forma de organização como "cupulismo". Instauram um culto à vontade imediata das massas e desenvolvem um obreirismo que é objetivamente reacionário.

Parece claro que o oportunismo de esquerda está muito vinculado a segmentos radicalizados da pequena-burguesia, cuja instabilidade ideológica é notória. O revolucionário pequeno-burguês alterna o otimismo ingênuo com a desesperação imobilista. A fraseologia revolucionária é, para ele, o sucedâneo da firmeza revolucionária. A sua inconsistência ideológica só pode resistir através da extremização das propostas que faz. O desejo de uma revolução total e imediata traduz a sua incapacidade para a luta prolongada.

No pólo oposto, mas complementar, situa-se o oportunismo de direita. O seu combate ao esquerdismo converte-se numa apologia da legalidade vigente, no desprezo pelo desenvolvimento da autodefesa das massas e pela exclusão de qualquer meio de intervenção política que viole a legalidade dada. O papel deletério do oportunismo de direita no interior do partido dos comunistas revela-se com clareza quando se observa que ele tende a desarmar o partido para quaisquer embates que ultrapassem as formas de ação eleitorais.

Uma das características do oportunismo de direita é sua ilusão quanto ao desenvolvimento das contradições políticas. Confundindo o essencial com o acessório, o oportunismo de direita tende a ver em querelas das classes dominantes autênticos antagonismos, capazes de fazer periclitar o sistema. O descontentamento de alguns segmentos dominantes adquire, para os oportunistas de direita, o significado de fraturas de classes.

Coerentemente, o oportunismo de direita abastarda a política da frente democrática. Confunde a unidade defendida pelos comunistas com o reboquismo: dissolve a identidade real dos comunistas numa adesão incondicional aos seus aliados. Na prática, diluí a atividade dos comunistas e acaba por ocultá-la no interior da frente democrática. A unidade em face de objetivos concretos e inimigos comuns acaba se resolvendo num congraçamento policlassista.

As tendências direitistas revelam-se, de modo marcante, na incompreensão do processo de auto-reforma que o regime emergente em abril de 1964 está implementando. Elas supõem que este processo pode redundar sem mais na afirmação de um Estado de direito e — dada a mecânica identidade que estabeleceu entre Estado de direito e democracia, conseqüência das suas concepções de fundo liberal — reduzem a luta revolucionária a objetivos que possam enquadrar-se nas formas institucionais de intervenção política.

Se a ambiência social tradicional onde vicejam as tendências esquerdistas é aquela da pequena-burguesia, todas as evidências sugerem que as tendências direitistas encontram estímulo entre as camadas médias urbanas. Estas, frutos do recente desenvolvimento capitalista no Brasil, são compelidas a apoiar a luta revolucionária do proletariado em razão da exploração econômica de que são vítimas; entretanto, trazem para as suas ações um referencial ideológico que, na prática faz uma leitura do marxismo-leninismo empobrecida e

eclética — uma leitura do marxismo-leninismo empobrecida e eclética — uma leitura que, no limite, exclui toda determinação de classe.

Estamos convencidos de que a luta ideológica que hoje se trava entre os comunistas brasileiros deve ser direcionada para que não se perca de vista o seu aspecto substantivo. Para tanto, o combate aos desvios de direita e de esquerda, para ser fecundo e evitar o pântano da conciliação ideológica, deve ser conjugado a um esforço de construção de um partido renovado, cuja prática esteja medularmente vinculada à vida das massas trabalhadoras, particularmente à vida do proletariado urbano mais moderno. Somente com esta ligação orgânica à vida das massas é que os comunistas poderão levar a cabo uma luta ideológica que não se esgote em si mesma, mas que incida sobre a intervenção política da classe operária de forma a não permitir que ela permaneça a reboque das iniciativas políticas (o que realiza o oportunismo de direita) e de forma a impedir que caia nos laços que o inimigo de classe lhe estende (freqüentemente encobertos pelo esquerdismo).

O TRABALHO ENTRE AS MULHERES (*)

As *Teses* ora em discussão dizem que nós, comunistas, "apoiamos e estimulamos o movimento específico e autônomo e a luta contra as desigualdades que penalizam a mulher em todos os terrenos". E, mais adiante, salientam: "Não se pode pensar em avançar na luta democrática sem que, paralelamente, avancem os direitos da mulher".

As afirmações acima mencionadas têm profundo sentido autocrítico, pois reconhecem a nossa subestimação do papel que a mulher deve desempenhar na sociedade, bem como as nossas deficiências na luta para aplicar a *Resolução* de maio de 1979. (**)

Desejo externar a minha opinião sobre assunto tão importante e tão sério. E, na medida das minhas possibilidades, procurar dar a minha modesta contribuição.

As mulheres sofrem uma opressão específica que as abrange em seu conjunto — ao lado da opressão de classe que atinge um grande setor —, que consiste numa situação de subordinação, discriminação e dependência perante os homens e frente à sociedade e ao Estado. Tal opressão se expressa na desigualdade que padecem — embora de maneira diferente segundo a classe a que pertencem, no aspecto político, econômico, cultural e social —, opressão esta que se vê reforçada na família pelo papel das mulheres na transmissão da ideologia. As trabalhadoras assalariadas realizam um duplo trabalho

(*) **Voz da Unidade**, S. Paulo, n.º 89, 15/21 de janeiro de 1982.
(**) Trata-se do texto "A Condição da Mulher e a Luta para Transformá-la: Visão e Política do PCB", acessível no Livro **PCB Vinte Anos de Política, 1958/1979**, S. Paulo, 1980.

e experimentam uma dupla opressão, a que se refere ao especificamente feminino e à exploração de classe.

A luta pela libertação das mulheres adquire um alto conteúdo revolucionário, porque delineia a necessidade de mudanças no conjunto da sociedade, que compreendem não somente o campo econômico como também o ideológico e o político-jurídico. Neste sentido, a discussão da questão da mulher adquire especial importância, porque permite definir nosso projeto de sociedade, não só no que se refere às relações de produção, mas também no que diz respeito às novas relações sociais.

É necessário empreender desde agora a luta a fim de resolver as seguintes questões: 1) a integração das mulheres ao trabalho social produtivo; 2) a socialização e tecnificação do trabalho doméstico, mediante a criação de serviços, como creches, restaurantes, lavanderias populares, etc., que tendam a eliminar a dupla jornada; 3) a promulgação de leis que as liberem de sua condição subordinada; e 4) enfrentar com êxito a moral dominante e os costumes ancestrais, que as confinam em situações de inferioridade do ponto de vista da cultura.

Devido às tarefas que deverão cumprir, os comunistas concebem a revolução socialista como produto da luta do proletariado e como resultado das lutas de vários setores e categorias sociais, entre eles as mulheres. Não obstante, para conquistar a superação desse estado secular de sujeição e subordinação, é necessária a mais ampla luta popular, especialmente da classe operária, que estimule a existência de vasto movimento organizado de mulheres, ligado ao movimento operário, capaz de exercer no plano político uma grande influência, e que tenha a força suficiente para impulsionar as mudanças.

É importante o avanço na organização das mulheres e a luta para que haja unidade de ação entre os diversos grupamentos feministas, os partidos, sindicatos, associações, bem como nas diversas batalhas que começam a ser empreendidas (como a que se refere à maternidade voluntária), porque abrem caminho à renovação dos costumes e a conquistas profundas. Devemos, contudo, reconhecer que o movimento de massas feminino é ainda incipiente e que só nos últimos tempos começa, com grandes dificuldades, a sua longa e árdua caminhada.

Por outro lado, o movimento feminino se ressente da falta de um movimento operário forte e autônomo, livre do controle do Estado; e do fato de vivermos e atuarmos numa situação de transição, onde não estão assegurados os elementos essenciais dos direitos humanos e a vida democrática é por demais limitada.

É de grande relevância a necessidade de se ampliar o número de forças sociais que se incorporem à luta; e, no que se refere às mulheres, a responsabilidade dos comunistas é a de trabalhar pelo fortalecimento das organizações e dos movimentos femininos, e para que se desenvolva um grande movimento autônomo e unitário, quer dizer: que não dependa do Estado, de nenhum partido político ou qualquer outra força, no qual sejam as mulheres que decidam democraticamente a conduta de sua organização, com a consciência de que a luta pela libertação feminina não é nem pode ser problema exclusivo de um só partido ou de um grupo. As mulheres devem lutar por sua libertação, não só como parte integrante dos partidos e organizações sociais, mas de forma autônoma, com tarefas e metas específicas, mesmo no interior desses partidos e organizações.

As responsabilidades dos comunistas no desenvolvimento do movimento das mulheres deve se expressar no impulso que se dê ao mesmo, desde as organizações de base, assim como na atividade de cada frente específica: sindical, camponesa, estudantil, etc., conferindo-se especial atenção à organização dos trabalhadores assalariados, valorizando, além do mais, o caráter múltiplo que tem a luta por sua emancipação.

Os comunistas sempre têm proclamado a necessidade da libertação das mulheres; no entanto, só nos últimos tempos é que o referido conceito vem ganhando plena compreensão e aceitação, convertendo-se em parte significativa da nossa luta. Da atitude que assumirmos em face dos seus movimentos dependerá, em grande medida, que se considere as mulheres como parte integrante do conjunto das forças revolucionárias, abandonando-se a mentalidade de que elas constituem um setor unicamente de apoio.

Não obstante, nós, comunistas, como constituintes da sociedade atual, não estamos isentos das formas de tratamento, costumes e avaliações que não concorrem para acabar com a opressão da mulher. Existem concepções atrasadas que se refletem, por um lado, na escassa importância que se dá ao trabalho com as mulheres e, por outro,

no tratamento que dificulta sua atividade em termos de qualidade. Por isso, devemos empreender uma luta ideológica, dentro e fora de nossas fileiras, que combata as velhas concepções que encaram o trabalho com as mulheres como secundário. E, além do mais, ter consciência de que a militância das mulheres exige medidas concretas que reduzam os efeitos das condições predominantes na sociedade, tendentes e encerrá-las na vida do lar.

Do mesmo modo, é necessário combater, no seio das nossas fileiras, as relações eivadas de elementos de discriminação e subordinação. Tais relações devem ceder espaço a uma participação das mulheres, de forma que a cooperação, o companheirismo e a solidariedade sejam os princípios sobre os quais se apoiem as relações entre os comunistas.

As militantes comunistas devem ser conscientes de sua condição de mulher e da especificidade de sua opressão, e de que as batalhas pela libertação requerem formas de lutas particulares. As comunistas estão chamadas a uma militância múltipla, como comunistas e como mulheres. Porém, isso requer que os comunistas criem os instrumentos que impulsionem e auxiliem em todos os escalões o desenvolvimento do trabalho feminino: as comissões de trabalho entre as mulheres, as quais devem contribuir para uma elaboração que objetive a atualização da nossa política sobre essa questão, partindo do entendimento de que todos os comunistas, não só as mulheres devem ser responsáveis pelo seu desenvolvimento.

Os comunistas devem compreender que um chamamento às mulheres para que se incorporem às tarefas revolucionárias não será escutado, ou o será pela metade, se não se adotarem como metas as demandas especificamente femininas, pelas quais hoje em dia tendem a se organizar as mulheres.

QUESTÕES ATUAIS

Os comunistas, a abertura e a democracia
A democracia vista pelos comunistas
Por que defendemos a aliança com os liberais
Questão democrática, questão nacional
A questão militar

OS COMUNISTAS, A ABERTURA E A DEMOCRACIA (*)

O processo político que se desenvolve em nosso país é um processo único, resultante das lutas e das convergências entre os diferentes setores da sociedade. Não há dois processos paralelos, estanques, um do governo e outro das oposições. Neste processo único, registram-se certamente tendências contrapostas; a predominante, no momento, é a que se convencionou chamar de *abertura.*

Mas há abertura e abertura. Seria um equívoco identificar mecanicamente o processo objetivo da abertura, que nos parece ser a tendência dominante, com o projeto de "abertura" tal como foi formulado e vem sendo posto em prática pelos setores dominantes do "sistema". A abertura que estamos vivendo resulta, em grande parte, da resistência ao arbítrio — desde abril de 1964 — pelas forças políticas e sociais derrotadas pelo golpe. E esta abertura é a expressão e o resultado da luta convergente de setores amplos e diversificados da sociedade brasileira, que vão desde a classe operária e suas organizações até empresários nacionais. Desta abertura, da luta para torná-la realidade, nós — comunistas — sempre procuramos participar.

Já o limitado projeto de "abertura" do regime, concebido como um conjunto de medidas impostas de cima para baixo, tem precisamente como meta conter aquele processo objetivo da abertura; pres-

(*) **Voz da Unidade,** S. Paulo, n.° 29, 17/23 de outubro de 1980.

sionadas pela ação de ponderáveis setores da sociedade e sob o impacto do fracasso da política econômica que impingiram à Nação, as forças do regime tentam canalizar a abertura para uma simples reformulação do autoritarismo, buscando emprestar-lhe gradualmente uma forma constitucional. O objetivo é "liberalizar", pouco a pouco, a ditadura; ou seja: reconhecer alguns espaços democráticos conquistados, mas evitar a todo custo qualquer enfraquecimento do seu monopólio do poder.

Desse modo, permitem em princípio o direito de livre manifestação da sociedade, mas impõem uma lei discriminatória para regular a vida dos partidos; conservam o Congresso, mas tudo fazem para impedir o restabelecimento de suas prerrogativas; dizem admitir o direito de greve e a liberdade sindical, mas continuam a reprimir movimentos grevistas e a intervir em sindicatos; programam eleições para 1982, mas tudo fizeram para suspender as que se realizariam em 1980. O general Figueiredo, sofismando, chegou a dizer em Minas: "Não há porque temer mudanças nas regras do jogo político em relação às eleições de 1982, porque quem as muda é o Congresso e não o presidente da República". Como se o Parlamento fosse efetivamente um poder soberano e tivesse autonomia e independência para legislar... Como se não fosse precisamente através desse Parlamento que se pretendem aprovar medidas casuísticas, voltadas contra a oposição, tais como a adoção do voto distrital, de sublegenda para governadores, do voto vinculado, etc.

O projeto da "abertura" do regime, em suma, exclui a alternância de poder e visa perpetuar, por meios "constitucionais", o condomínio no poder de um reduzido grupo. É um projeto elitista, que procura evitar a participação do povo, de suas organizações, da Igreja. Um projeto criado pelo "engenho e arte" dos que querem antecipando-se às mudanças que a sociedade exige, "reformar para não mudar". Em pleno fim do século XX, querem resolver nossos problemas de modo paternalista. E, mesmo assim, essa tímida "abertura" encontra resistência no seio do próprio sistema, nos chamados "bolsões" extremados, saudosos do emprego único e exclusivo da repressão.

É útil tomar conhecimento do que disse recentemente o "ideólogo do sistema", o general Golberi, tentando acalmar os "duros", os "puros", os seus extremistas. Para ele, a "abertura lente e gradual"

é a única opção legal que lhes resta para retirar o regime do beco sem saída ou do impasse em que está metido. E a maneira pela qual esperam enfrentar e resolver com sucesso a crescente pressão democrática da sociedade. Pensam ser essa a única saída para o fracasso da política econômico-financeira, em particular da política energética, que — por sua imprevidência — comprometeu profundamente a soberania e a segurança da Nação brasileira. Tentam assim se adaptar, entregando os anéis para não perder os dedos, a uma situação internacional bem diferente da que existia quando da "fase áurea" do regime.

A abertura propugnada pela maioria da Nação, naturalmente, visa a objetivos diversos: tem como meta o fim do arbítrio, a conquista de um regime de democracia política, a participação das forças vivas da Nação no processo de tomada de decisões. Exige uma luta constante contra as leis de exceção, contra os casuímos, defendendo a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte livremente eleita.

Para a realização deste projeto de abertura, é tarefa importante a luta pela consolidação das liberdades reconquistadas e por sua permanente ampliação. E, neste sentido, assume papel de destaque a batalha pela realização das eleições, contra qualquer aventura golpista e contra o terror. Condição para o êxito deste conjunto unitário de lutas é a mais ampla unidade de todas as forças democráticas. Não é casual, portanto, que os ideólogos do regime temam a frente única das oposições e tudo façam para dividí-la, procurando, assim, o aval de setores da oposição parlamentar para os seus planos de "constitucionalizar" o autoritarismo. Neste rumo, não podiam ser mais claros os termos da recente conferência do general Golberi na Escola Superior de Guerra.

Por outro lado, devemos compreender que a luta contra o arbítrio e pelas liberdades democráticas não é tarefa exclusiva dos partidos, mas de toda a sociedade. Foi a pressão da sociedade civil, em particular das forças populares, que levou o MDB de uma situação que parecia ter uma única saída, a autodissolução, para uma posição de combate e de afirmação. Foi a participação das forças populares no processo eleitoral que transformou as eleições de 1974 a 1978 num grande protesto nacional contra o fascismo. Foi a atuação das associações da sociedade civil, das instituições religiosas, dos sindi-

catos, que contribuiu de modo decisivo para que chegássemos ao processo objetivo de abertura que estamos vivendo.

Mas isso não significa, de modo algum, que minimizemos a importância dos partidos políticos, o seu papel na organização e agregação das forças populares e democráticas. Estamos convencidos, nessa ótica, de que a legalidade de todas as organizações partidárias, inclusive do Partido Comunista Brasileiro, é medida necessária para a conquista da democracia, para sua consolidação e aprofundamento. A nossa legalidade não é reivindicação exclusiva dos comunistas: é o reconhecimento do direito democrático de parcela considerável do eleitorado e, neste sentido, de um direito de todos os brasileiros. A luta pela legalidade do PCB é uma tarefa para todos os comunistas; ela deve ser travada tanto por meios jurídicos como através da mobilização da opinião pública e deve assumir o caráter de um movimento amplo, apoiado por todas as forças democráticas.

Como dissemos, há apenas um caminho — o da unidade — para que as forças democráticas isolem o regime autoritário e promovam a sua substituição. Desejamos dar nossa colaboração para a elaboração de uma plataforma comum, na luta pelas liberdades e pela Constituinte. E, além da defesa desta plataforma comum a todas as forças antiditatoriais, continuaremos nossa luta pela ampliação da democracia aos terrenos econômico e social, por mudanças profundas que levem nosso país ao socialismo.

A DEMOCRACIA VISTA PELOS COMUNISTAS (*)

A classe operária, as massas populares e as demais forças democráticas conquistaram espaços de atuação que lhes permitem começar a defender, de modo mais eficaz, seus interesses específicos e os interesses gerais da Nação. Dão, assim, prosseguimento à luta pela consolidação das liberdades democráticas e por sua permanente ampliação.

Neste sentido, não se deve poupar esforços para que a unidade das forças democráticas se mantenha e se consolide cada vez mais. Em primeiro lugar, cabe a nós, comunistas, lutar de forma constante e decidida pela nossa unidade, condição básica para que o processo unitário da classe operária e das demais forças que lutam pelas liberdades democráticas se desenvolva com êxito.

O surgimento da *VOZ DA UNIDADE* é uma conseqüência desta luta e será uma contribuição para o seu desenvolvimento. A *VOZ* procurará reforçar a unidade das forças oposicionistas através do esclarecimento e da informação de amplas massas, a fim de que suas lutas pelas liberdades democráticas sejam as mais amplas e profundas.

Nós defendemos as liberdades democráticas porque sabemos, por experiência própria, que o preço principal da ausência de democracia recai sempre sobre os ombros da classe operária. No seio da sociedade capitalista, a luta entre a tendência democrática e a tendência antidemocrática é constante e renhida. Já Lênin havia assina-

(*) Voz da Unidade, São Paulo, n.º 3, 17/23 de abril de 1980.

lado: "O capitalismo em geral e o imperialismo em particular convertem a democracia numa ilusão; ao mesmo tempo, o capitalismo engendra aspirações democráticas e aguça o antagonismo entre o imperialismo, que nega a democracia, e as massas, que a desejam" (V.I. Lênin, *Obras*, ed. russa, tomo XXIII, p. 13).

Temos consciência de que a democracia, tal como vem sendo estruturada ao longo do tempo, é um conjunto de fenômenos muito variados e heterogêneos. E, por muito que haja evoluído, os exploradores ainda têm suficiente força para valer-se freqüentemente dela como meio para conservar sua dominação de classe.

Mas nós, comunistas, sabemos também que a noção de democracia compreende todo o conjunto de direitos e liberdades fundamentais (de palavra, de imprensa, de reunião, de manifestação, de greve, assim como de organização de associações profissionais, políticas, etc.). É certo que tais liberdades e direitos, mesmo nos países capitalistas onde foram conquistados pela luta dos trabalhadores, são incompletos e limitados pela desigualdade econômica. Mas também é certo que eles permitem à classe operária desenvolver de modo mais eficaz a luta em defesa dos seus interesses, entre os quais está a ampliação e o aprofundamento da própria democracia.

Nada do que se refere à democracia é indiferente às massas trabalhadoras, e por conseguinte, aos comunistas. E isto principalmente num país como o nosso, de tradições fortemente autoritárias e e num momento como estamos vivendo: um momento em que a reação, após anos e anos de repressão fascista, agora busca — através de emendas constitucionais e de expedientes eleitorais — uma auto-reforma que leva à constitucionalização do arbítrio. O objetivo é manter a hipertrofia do Executivo, evitando que o Legislativo exerça suas funções de controle e reduzindo ao mínimo a participação e a representação das forças populares e democráticas nos organismos parlamentares.

A classe operária e os comunistas têm todo interesse em participar na defesa das poucas liberdades democráticas conquistadas e em desenvolver com inteligência e energia a luta pela ampliação dos direitos civis. Pois é nossa convicção que, em regime capitalista, é o que torna mais ampla a possibilidade de desenvolver a luta de classes, de defender por meios legais as reivindicações e os interesses

imediatos e de lutar com maiores possibilidades de êxito pelos objetivos mais gerais que, enquanto classe, os trabalhadores se propõem.

Assim sendo, é tarefa de fundamental importância o desenvolvimento da unidade de todas as forças que lutam contra a ditadura, pela convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte, pela formulação de um projeto político unificador de todas as forças antiditatoriais interessadas na formação de um governo que se comprometa efetivamente com a consolidação e a ampliação das liberdades democráticas conquistadas e a conquistar.

Tal como em todos os movimentos que visam ao progresso, também na luta pela democracia a classe operária está destinada a cumprir um papel de vanguarda. Entre todas as classes da sociedade burguesa, é o proletariado que — por sua própria natureza — aspira a uma democracia mais profunda e conseqüente; ao mesmo tempo, é a classe mais audaz e mais organizada. Dando às demais classes um exemplo de consequência e de fidelidade aos princípios na luta pela democracia, a classe operária conquistará a hegemonia no interior dessa luta, na qual está disposta a ir mais longe do que todas as outras camadas sociais.

"A hegemonia da classe operária — observou Lênin — é a sua influência política (dela e de seus representantes) sobre os demais elementos da população, no sentido de expurgar seu espírito democrático (quando existir tal espírito) das impurezas não democráticas" (V.I. Lênin, *Obras,* edi. cit., tomo XVII, p. 56).

Neste momento, manobras e ameaças estão sendo utilizadas para restringir os espaços democráticos conquistados, para impedir sua ampliação. Sabemos com que tenacidade e violência as classes e partidos no poder resistem ao progresso político e social. Por isso, devemos manter erguida a bandeira das liberdades democráticas, não só em nosso interesse, mas no interesse de todas as camadas do povo, de toda a sociedade brasileira.

POR QUE DEFENDEMOS A ALIANÇA COM OS LIBERAIS (*)

A corrente liberal-democrata, embora heterogênea em sua composição política, apresenta continuidade ideológica, certa estabilidade de quadros dirigentes e pertinácia ao longo dos anos de oposição ao regime instalado em abril de 1964.

É certo que sua ação é prudente. A corrente liberal-democrata mobiliza-se quase que exclusivamente em função dos períodos eleitorais e, nos intervalos, cinge sua participação à atividade parlamentar e a um e outro abaixo-assinado. Apesar dessas limitações, ela possui uma rede de ligações e influências que lhe permitem movimentar setores relativamente vastos da pequena e média burguesia e de intelectuais.

Não há dúvida de que, como força individualizada, a liberal-democracia é o mais influente dos sistemas burgueses de oposição. É incomparavelmente mais influente, por exemplo, do que qualquer dos agrupamentos da pequena burguesia radical.

Os comunistas não poderiam deixar de prestar homenagem ao espírito antifascista de homens que já eram dirigentes políticos quando a ditadura instalou-se no poder e que hoje, após 16 anos de opressão, continuam fiéis aos seus antigos ideais e à frente de um setor político importante de oposição. Os comunistas têm-se esforçado — e continuarão a fazê-lo — para fortalecer os laços de cooperação e entendimento com essa corrente, visando encontrar formas de ação comum.

(*) Voz da Unidade, São Paulo, n.º 23, 5/11 de setembro de 1980.

Ora, alguns esquerdistas, dentro e fora das fileiras comunistas, atacam violentamente esses esforços. Alguns exaltados "revolucionários" insultam os dirigentes da corrente liberal, dizem que nada representam e acusam os comunistas "de sacrificar a formação de uma frente das esquerdas". Não nos impressionamos com a violência das acusações. Não é por muito gritar que alguém tem razão.

Nós não temos poupado à crítica os nossos liberais. Criticamos as suas idéias programáticas, suas concepções formalistas, o seu receio do proletariado e da revolução. Criticamos a sua resistência a ações unitárias, os seus preconceitos anticomunistas, as suas hesitações e vacilações, as suas tendências para o compromisso com os monopólios, com o imperialismo, com o latifúndio. Criticamos, enfim, as suas pretensões a uma posição hegemônica no movimento democrático.

Mas, ao mesmo tempo em que os criticamos, reconhecemos na corrente liberal-democrata uma força política que luta pelas liberdades democráticas e, por isso, defendemos intransigentemente a unidade com ela. Esta compreensão da necessidade da aliança com os liberais resulta da análise da situação política, da definição da natureza de classe do atual regime, da especificação das classes que estão no poder e daquelas que o disputam.

Os esquerdistas acusam os comunistas de sacrificarem a unidade da classe operária, a aliança com o campesinato e a formação de uma frente das esquerdas no altar da aliança com os liberais. Mas tudo isso são frases ocas, que não respeitam a verdade e desconhecem os fatos. Pois o que tem sido o grosso do trabalho dos comunistas, ao longo de toda a sua vida, senão, a criação da unidade da classe operária e o esforço para a concretização da aliança com o campesinato? Em nenhum momento de nossa história abandonamos — em nome da unidade com os liberais — as lutas das classes trabalhadoras, e jamais colocamos de lado as palavras de ordem fundamentais da revolução nacional e democrática, da luta antiimperialista, antimonopolista e antilatifundiária.

Se alguma coisa tem caracterizado a atividade das organizações e dos militantes comunistas em relação aos liberais não tem sido o esforço — esforço flexível e político — para construir com eles a unidade, para atraí-los a formas de ação comum. Pelo contrário: uma posição sectária por parte dos comunistas, enquistados em soluções fechadas, tem dificultado a aproximação com os liberais e o desenvolvimento de formas de cooperação. O que há a retificar a esse respeito, não é a tese da necessária aliança com os liberais, mas sim as debilidades de nosso trabalho na efetivação prática dessa aliança.

Alguns esquerdistas vão ao ponto de afirmar que a política da ditadura serve indistintamente à burguesia no seu conjunto e que, portanto, camadas burguesas não monopolistas apoiam o atual governo. Concluem, naturalmente, que a classe operária não tem que procurar a aliança com a corrente liberal. Para os comunistas, ao contrário, que entendem como a política dos monopólios atinge diretamente os interesses da pequena burguesia e de setores das camadas médias, a aliança com a corrente liberal é uma importante tarefa política.

Em outros termos, a alternativa concretamente existente hoje não é entre capitalismo ou socialismo, mas entre fascismo e autoritarismo e submissão ao imperialismo ou democracia e independência nacional. A grande tarefa política imediata é, portanto, a unidade de todas as forças democráticas contra o inimigo comum, para conquistar a liberdade política e varrer a opressão e o terror da vida brasileira.

QUESTÃO DEMOCRÁTICA, QUESTÃO NACIONAL (*)

A revolução brasileira coloca, no seu estágio atual, a questão democrática em primeiro plano. A conquista e a defesa da democracia — compreendida como incorporação intensiva da massa do povo no processo das decisões sócio-políticas — não se apresenta como um momento isolado ou singular, uma etapa em si da revolução brasileira. Ao contrário: dados o desenvolvimento objetivo do nosso processo político, a especificidade das contradições contemporâneas da sociedade brasileira e a urgência de novos mecanismos de poder, as tarefas democráticas abrem imensas possibilidades e perspectivas para equacionar nossa questão nacional.

O papel e a funcionalidade das lutas democráticas, no Brasil de hoje, junto com o problema da unidade das forças antiditatoriais, contextualizam os dilemas do combate antiimperialista. É pela mediação das lutas democráticas que grandes setores da população alcançam a consciência antiimperialista. Um exemplo é eloqüente: ponderáveis segmentos das camadas médias manifestam-se em defesa dos nossos recursos naturais e da nossa soberania, contra o saque efetuado pelos monopólios internacionais, justamente quando mobilizados contra o arbítrio e pelos direitos cívicos. É no bojo das lutas democráticas que aparece corretamente enquadrada a reflexão sobre as relações espoliadoras do imperialismo com a Nação.

Em nosso entender, este fenômeno não é causal: ele indica, suficientemente, a estreita conexão entre a solução da questão democrática e a necessária via de uma revolução antiimperialista.

(*) **Voz da Unidade**, São Paulo, n.º 60, 13/20 de junho de 1981.

É precisamente em consequência desta conexão que a política elaborada a partir da classe operária pode garantir a unidade do processo revolucionário brasileiro em seus distintos estágios: centralizar hoje a questão democrática é viabilizar, simultaneamente, a superação dos laços de exploração e dependência tecidos pelo imperialismo e seus sócios internos. A perspectiva de classe do proletariado brasileiro vincula indissoluvelmente a democracia e a soberania nacional. Por isto mesmo, a defesa da democracia, pela classe operária e pelas massas trabalhadoras, significa, ao mesmo tempo, a defesa dos interesses de toda a Nação.

Não é necessário recordar, aqui, que somente a classe operária, no conjunto da nossa sociedade, pode apresentar e lutar por um projeto democrático pleno. Somente a ela, enquanto classe, interessa universalizar a tal ponto as liberdades democráticas que o aparelho de Estado deixe de ser um meio autocrático, a serviço de oligarquias para se transformar em instrumento para a intervenção efetiva de todas as forças progressistas.

Estas reflexões nos parecem extremamente oportunas, quando alguns setores do bloco de forças antiditatoriais questionam a relevância das exigências democráticas no interior de uma estratégia política que tenha o proletariado na sua vanguarda. É preciso dizer, então, com a máxima clareza, que não consideramos a luta pela democraria como uma tarefa "tática" ou "transitória": ela decorre dos interesses de classe do proletariado. E não se divorcia de uma postura contra a espoliação promovida pelos monopólios internacionais: no Brasil contemporâneo, é impossível descartar das conquistas democráticas o seu conteúdo antiimperialista.

Nesta ordem de idéias, torna-se evidente que constitui um grave erro introduzir no movimento operário, em nome de prioridades, distinções e fragmentações. O movimento operário é sempre e necessariamente político. Mas não deve ser objeto de instrumentalizações partidárias. Se a intervenção política da classe operária, através das suas organizações de massa (especialmente os sindicatos), é educativa para a vida democrática, sua inspiração partidária desune, enfraquece e divide. Isto é particularmente óbvio quando, a pretexto de posicionamento antiimperialista, relegam-se a planos secundários as reivindicações democráticas imediatas das massas.

Os comunistas, cuja estratégia antiimperialista é universalmente reconhecida, não vacilam quanto à posição a tomar neste confronto: insistem na unidade política das organizações da classe operária e recusam qualquer divisionismo, rechaçando táticas de manipulação ou tutela partidária de entidades e organizações.

Se a nossa hipótese básica é correta — e pensamos que de fato o é — a mais sólida unidade da classe operária e das massas trabalhadoras com os outros segmentos progressistas da sociedade conduzirá, sem dúvida, a um embate contra a exploração imperialista. Porque pretendemos que este embate seja exitoso para os trabalhadores, lutamos agora contra o divisionismo e o fracionismo — e estamos convencidos de que esta é a estratégia mais adequada para que o proletariado exerça sua vocação de sujeito histórico privilegiado.

A QUESTÃO MILITAR (*)

"Na história do exército se resume, com assombrosa clareza, toda a história da sociedade civil" (Karl Marx).

Neste momento, a conjuntura brasileira apresenta-se como um típico estágio de transição política. Falido o "milagre econômico", as forças políticas no poder procuram novas formas de viabilidade e legitimidade para a autocracia burguesa. Trata-se de um equilíbrio instável, cuja alteração, mais cedo ou mais tarde (mas, necessariamente, a curto prazo), redundará num quadro que vai configurar uma das seguintes alternativas: regressão política, auto-reforma do regime ou avanço no sentido da democracia.

É preciso salientar, contudo, que a centralidade do problema se joga no choque entre auto-reforma e avanço — a regressão se coloca menos como saída do que como chantagem contra o avanço.

Qualquer destas soluções, porém, envolverá — sobre o pano de fundo das lutas de classes e frações de classes — o comportamento da corporação militar. Por isto, não parece equivocado dizer que há uma *questão militar* na ordem do dia da sociedade brasileira.

Esta questão tem sido posta, freqüentemente, como o problema da ingerência ou não das forças armadas na vida política do país. As forças de direita — as que mais ressaltam o apoliticismo da corporação militar — insistem em fazer a demagogia que lhes é habitual — desenvolvem a ideologia do apoliticismo para instrumen-

(*) **Voz da Unidade, São Paulo, n.º 64, 10/16 de julho de 1981.**

talizar os militares e colocá-los a serviço de seus interesses antinacionais e antidemocráticos. Não é só a recente experiência chilena que mostra como é fácil transitar da defesa do apoliticismo para a intervenção fascista; a história brasileira pós-64 também é eloqüente a este respeito.

Por outro lado, o pensamento liberal tem sido incapaz para avançar além de seu vago civilismo. Acaba postulando um estatuto apolítico para a corporação militar e, nos momentos de crise sócio-política, termina por se render à retórica da direita. Entre nós, o liberalismo floresceu sempre, à sombra do poder discricionário.

Os comunistas estão conscientes da questão militar. Estão, sobretudo, convencidos de que é preciso encaminhar propostas que, partindo da realidade histórica brasileira, formulem alternativas que evitem qualquer tipo de instrumentalização das forças armadas. E recusam, as visões simplificadoras do problema.

Pensamos que a corporação militar não é um corpo estranho ou neutro em relação à sociedade. Especialmente no Brasil, onde o recrutamento abre oportunidade para elementos oriundos da massa do povo, as forças armadas estão também penetradas das tensões que percorrem a sociedade. Entre esta e aquelas não existe uma muralha chinesa. No interior da corporação se refletem os processos sociais mais amplos.

Nesta ótica, julgamos que o golpe de 1964 e os seus desdobramentos não definem as forças armadas como totalidade. Não são as forças armadas como um todo que respondem pela ditadura e pelo fascismo, mas pequenos grupos elitistas (vinculados às forças que mantém o país na dependência) que foram capazes de colocá-las a serviço de objetivos que lhes são alheios, porque alheios aos interesses da nacionalidade e da massa trabalhadora.

Nesta linha de reflexão, a questão militar não se põe, para nós, como simples problema da ingerência militar na vida política. Ao contrário: situamo-la como o problema de encontrar mecanismos institucionais e democráticos para a participação dos militares na vida sócio-política: à corporação militar cabem papéis no processo geral de desenvolvimento sócio-econômico, conseqüentemente, o problema consiste em criar mecanismos pelos quais estes papéis possam ser desempenhados em benefício da Nação e das massas trabalhadoras brasileiras.

Não combatemos o regime ditatorial porque ele contenha traços militares: combatemô-lo porque ele é antidemocrático. Não combatemos os militares: combatemos aqueles pequenos círculos elitistas que se servem dos militares. E não pensamos que o processo revolucionário brasileiro, cujas tarefas atuais são radicalmente democráticas, deva servir-se dos militares. É por isto que recusamos qualquer projeto golpista que busque apoio em frações militares, dividindo e manipulando. Somente a luta de massas, organizada, pode conduzir o país à plenitude democrática e abrir a via ao progresso social.

Desejamos uma nação livre, democrática e soberana. Para tanto é nececessário romper com o arbítrio. As forças armadas, acompanhando a tendência manifesta da sociedade em que se inserem e de que são parte, poderão contribuir nesta passagem da exceção rumo à democracia. E será neste processo que a questão militar vai se colocar em novos parâmetros: forças armadas modernas e comprometidas com as necessidades nacionais e populares não aceitarão mais a condição de tutores ou reservas repressivas.

ENTREVISTAS POLÍTICAS

"O golpismo só nos afasta das grandes massas"
A legalidade do Partido Comunista Brasileiro
Contra o arbítrio e a política de confronto
A ausência de Figueiredo
Uma alternativa para a crise
Queremos a legalidade

"O GOLPISMO SÓ NOS AFASTA DAS AMPLAS MASSAS" (*)

VOZ DA UNIDADE — O que muda entre os comunistas com sua eleição para a secretaria-geral e com a nova comissão executiva?

GIOCONDO DIAS — Não penso que as fileiras comunistas mudem só com isso. No entanto, acho que a mudança possibilitará um trabalho mais coletivo na luta para a aplicação da nossa linha política. Todo o esforço será feito no sentido de um trabalho coletivo e acho que a direção deve influir mais decisivamente para que a frente de luta pelas liberdades democráticas e contra a reação tome efetivamente forma e atue.

O que acontecia era que vivíamos uma situação singular. O secretário caminhava num sentido e a direção em outro. Havia um impasse uma ambigüidade, que levava à perplexidade. Com as mudanças isso se corrige, há maiores possibilidades de unidade de ação. Essa correção, porém, não ocorrerá a curto prazo, apesar das mudanças terem sido um avanço perante a perplexidade pelo fato de a direção preconizar uma orientação e o secretário-geral, outra, mais estreita, para a frente única. Agora, as possibilidades da unidade de ação nesse terreno aumentaram bastante. Isto é importante.

VU — De que maneira esta perplexidade se refletia na sociedade brasileira?

(*) Voz da Unidade, S. Paulo, n.º 9, 29 de maio a 4 de junho de 1980.

GD — Se os comunistas estão perplexos, se há dualidade de orientação, esta perplexidade se reflete na sociedade brasileira. A orientação torna-se ambígua, sem firmeza. Os dirigentes não orientam ou orientam pouco. Os comunistas não levam as coisas, não levam às massas a orientação política. Se há orientação dupla, o resultado é esse.

VU — E qual é a orientação, agora?

GD — É a do VI Congresso, levando em conta as resoluções aprovadas pelas instâncias dirigentes nos últimos 12 anos. O elemento central da estratégia do VI Congresso continua válido e aplicável. Nossa tática impõe como tarefa a luta pelas liberdades democráticas, pela revogação da Lei de Segurança Nacional e da lei antigreve, pela legalidade do PCB, pela convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte, garantindo-se eleições livres para sua formação, com a participação de todas as forças políticas. Estrategicamente, a linha não mudou: a luta é contra o latifúndio e o monopólio, particularmente o estrangeiro.

VU — Qual o instrumento para aplicar esta política?

GD — A frente única democrática, cujos objetivos reflitam os anseios da maioria da Nação, ao contrário do que ocorreu no governo Goulart, quando foram colocados objetivos que não correspondiam à correlação de forças e por isto isolaram a vanguarda, permitindo o golpe. Com a derrota do governo Goulart, os objetivos se tornaram outros, houve um retrocesso. Em conseqüência disto, a composição da frente se ampliou, pois os objetivos mudaram. É a partir desta constatação que nossa posição difere da do camarada Prestes, que diz defender a frente democrática, mas coloca agora os objetivos finais da etapa, os estratégicos, que implicariam na existência de outra correlação de forças. Nós não colocamos isso. Para avançarmos, temos de liquidar certos empecilhos decorrentes da instauração do regime para-fascista e fascista.

VU — Com a derrota do fascismo...

GD — Com a conquista das liberdades democráticas, a revogação das leis de exceção e a convocação de uma Constituinte, o elemento essencial do programa da frente vai depender da correlação de forças. Os aliados podem mudar. Se as tarefas mudarem, os aliados serão outros. O que não podemos é estar aquém do movimento e

também precisamos ter cuidado para não ir muito além. E isto precisa ser feito com habilidade e força.

VU — Em síntese

GD — Com a Constituinte, se a classe operária tiver força poderá se tornar hegemônica. Mas ela terá de lutar, precisará estar unida, organizada e ter uma política que mobilize os aliados, principalmente os camponeses e as camadas médias.

VU — O que dificulta a unidade da classe operária?

GD — Em primeiro lugar, a própria repressão. Em segundo, não se pode esquecer a própria formação da nossa classe operária. Ela já avançou, mas deixa muito a desejar.

VU — O PCB não se sente responsável por isto? Em que grau?

GD — O PCB, historicamente, tem responsabilidades. Muitas vezes, fez uma política que não correspondia aos anseios da classe operária. O Manifesto de Agosto de 1950, por exemplo, defendia uma política esquerdista e sectária, que nos isolou não só da classe operária, mas também de outros setores da população. Antes, em 1945, o partido adotou posições direitistas, recomendando aos trabalhadores que "apertassem o cinto". Mas, ao longo do tempo, foram os erros de "esquerda" que sobressairam e, mais ainda, a concepção golpista do processo revolucionário. Isto, inclusive, contribuiu para o golpe de 64. A concepção golpista, além de ignorar as massas, manifestava-se também nas esperanças que depositávamos nos acordos de cúpula, nos compromissos entre personalidades.

No governo Jango, estimulamos, por exemplo, a reforma da Constituição, em vez de concentrarmos nossos esforços no processo em curso, na realização das eleições, na acumulação de forças, na luta pela legalidade do partido. Nesta luta, teríamos conosco muitas forças sociais e não apenas aqueles interesses em objetivos mais avançados, os imediatistas, que achavam que a direita não tinha força.

VU — Hoje, a política da frente de esquerda não retoma certas concepções que levaram à derrota em 64?

GD — Há política da frente de esquerda, há elementos de golpismo que, se predominarem, levarão ao desastre. A sociedade brasileira mudou muito, há maior conscientização. Os que hoje preconizam

uma política radical acham que os objetivos estratégicos da atual etapa devem ser colocados na ordem do dia. Mas isto não corresponde à realidade, e só desune. A condução dessa política tem também muito de voluntarismo. No entanto, é preciso ficar claro que combater o esquerdismo não é não fazer nada. Os comunistas devem ter uma posição ofensiva.

VU — Depois de 64, a política dos comunistas manteve elementos de golpismo?

GD — Depois de 64, não. Depois das pancadas e dos prejuízos, e principalmente depois do VI Congresso, os comunistas mantiveram uma posição correta de luta contra a pressa pequeno-burguesa. A posição foi correta. Agora, de certo modo, no afã de querer dar uma conotação de esquerda à frente única, colocam-se objetivos mais avançados. Nisso há elementos de golpismo, mas esta não é a nossa posição.

Por exemplo, no caso da candidatura Euler Bentes, surgiram concepções de que deveríamos apoiar um golpe progressista. Mas a adesão à idéia foi de uma minoria, jamais referendada pela maioria dos dirigentes, que a rejeitou. Esta é uma das raízes, inclusive, da divergência com o camarada Prestes. Mas os comunistas enfrentaram bem a questão.

Hoje temos consciência de que foi a concepção golpista que nos afastou das massas. Por exemplo, em 1947, no momento em que cassaram o registro do partido, deveríamos ter lutado para reconquistar a legalidade, mas passamos a agir clandestinamente, a partir de uma visão golpista que nos fazia esperar que a revolução aparecesse no amanhecer. Este golpismo levou a que subestimássemos a questão da legalidade. No início dos anos 60, não nos preocupamos com a legalidade formal. Achamos que o processo estava mais avançado que na realidade. Subestimamos a direita e a reação. Fizemos uma falsa avaliação do nível atingido.

VU — Você acha que há perigo de retrocesso no processo político brasileiro?

GD — Na medida em que a mobilização se ampliar, a abertura vai se alargar. Tomemos como exemplo a anistia, que desde 1967, levantamos como bandeira.

O general Figueiredo, quando fazia "campanha eleitoral", afirmava que só iria rever os processos. O desenvolvimento da mobilização da sociedade foi tal que o próprio governo mandou ao Congresso o projeto de anistia, que, apesar de não amplo, geral e irrestrito, nos possibilita estar aqui agora.

Assim, o caminho é a mobilização, e não se pode inventar um processo paralelo. Existem condições para a ampliação da abertura, desde que saibamos nos conduzir com paciência e persistência. É evidente que a elite dirigente tentará conduzir o processo à maneira prussiana, conservando ou introduzindo aspectos de caráter conservador que garantam sua sobrevivência. Às vezes, realmente, reformar não significa mudar. Mas a sociedade mudou e criou condições para o avanço, a modificação.

A liquidação do regime ditatorial não será uma revolução social. Penso que poderá ser um enorme triunfo da luta das massas, mas ainda não será uma transformação social, isto é, uma revolução. Penso que, ao examinar esse problema, devemos levar em conta, primeiro, a teoria leninista do desenvolvimento do capitalismo à moda prussiana. Segundo, as modificações havidas no Brasil nos últimos 25 anos. Terceiro, a experiência de outros regimes fascistas. E, quarto, levar em conta que o que se passa no Brasil de hoje são elementos de uma movimentação de massa que tende a aumentar. Tudo isto, ao mesmo tempo, em que a economia continua a se desenvolver, apesar das inúmeras dificuldades.

A liquidação do arbítrio, aqui, provavelmente não estará ligada a nenhuma catástrofe nacional. O processo de desintegração do regime vem se produzindo gradualmente, num quadro de crescimento da economia. O motor deste processo são os movimentos de massas e as ações e manobras das forças burguesas.

Nesse sentido, as greves do ABC precisam ser examinadas seriamente. Elas fizeram com que inúmeros setores da sociedade se mobilizassem, o que não acontecia há 10 ou 15 anos. A capacidade de organização dos operários é singular. Em 41 dias, na última greve, com a repressão, a prisão dos líderes, não cairam na provocação. Mantiveram a serenidade, a tranqüilidade. Não conseguiram as reivindicações econômicas, mas a volta ao trabalho se deu de forma organizada e consciente, o que lhes permitiu continuar a luta em defesa dos seus empregos. Esta experiência trará desdobramentos

positivos para a organização do proletariado. Esta greve deve ser vista de três prismas: o econômico, o político e o ideológico. Político porque colocou a classe operária no cenário político; ideológico, dos mais sérios, porque revelou o potencial da classe operária para conduzir sua luta.

VU — Como conduzir a luta pela democracia?

GD — A luta está fadada a arrastar grandes massas. O instrumento para levar à vitória é a frente única democrática, que existe objetivamente. Uma frente política. E é errado se criar um caroço (a frente de esquerda) e injetá-lo nesse frente para se obrigar os liberais a se definirem.

Não somos donos da frente. E somos contra qualquer discriminação. Quem estiver contra a ditadura e a favor da democracia deve estar na frente. Não discriminamos e não queremos dar força aos que discriminam os comunistas. E seremos discriminados se tentarmos manipular a frente.

VU — Qual o peso da sociedade civil neste processo?

GD — A sociedade civil já está desempenhando e continuará a desempenhar um papel muito positivo. Ela começa a ter influência. O governo começa a querer ouvi-la e isso deve ser levado em conta. Mas, para que ela possa desempenhar seu papel, devemos respeitar a autonomia das organizações de massa que a compõem. Seria uma tolice tentar instrumentalizá-las e devemos lutar permanentemente para impedir qualquer tendência neste sentido. Não temos porque manipular. Se a força dos trabalhadores cresce e se suas idéias se demonstraram as mais justas, a hegemonia surgirá sem ser imposta. E essa hegemonia não é nossa, mas da classe operária que representamos. Se quisermos manipular, os excluídos seremos nós.

VU — E os militares?

GD — A instituição militar é uma instituição como outra qualquer. À medida em que a correlação de forças mudar, principalmente nas camadas médias, isto terá influência nos militares. Precisamos ter uma política correta com relação aos militares. Não sei porque carimbá-los. Eles têm o mesmo direito de participar da política que os civis. Como indivíduos, devem participar e ter direito de voto. Não têm o direito, porém, de colocar a Nação inteira sob seu tacão.

VU — E o próximo Encontro Nacional dos Comunistas?

GD — Acho que ele é imprescindível e tudo faremos para realizá-lo na legalidade. Ele é necessário para atualizarmos nossa linha política. Apesar do fundamental da linha do VI Congresso ainda persistir, a sociedade mudou, houve profundas transformações econômicas e sociais no país. Além disso, o Encontro é imprescindível para que se eleja um novo corpo dirigente. Acho que uma condição básica é todos nos comprometermos a nos subordinarmos ao que o Encontro decidir.

VU — E as eleições municipais?

GD — Somos contra o adiamento. Defendemos a realização das eleições e nossa participação nelas. Os comunistas devem participar, levando em conta as realidades locais e regionais.

VU — E a situação internacional? A paz está ameaçada?

GD — O mundo está atravessando talvez o momento de maior gravidade desde a II Guerra Mundial. Mas as forças que querem a guerra ou a volta da guerra fria não vão conseguir seus objetivos. Acredito que predominarão os interesses das forças que lutam pela paz.

Veja como a situação é singular: enquanto os Estados Unidos insistiam que haveria um levante no Afeganistão, estamos vendo o levante na Coréia do Sul, com características populares. Os Estados Unidos não têm o apoio que esperavam dos aliados em relação ao Irã e as suas divergências com a União Soviética. A OTAN enfrenta sérios problemas, e isto é um sinal dos tempos. Ao mesmo tempo, apesar de ser fundamental e decisiva a contradição entre as duas potências, o Terceiro Mundo está contra a solução guerreira. E existe um dado que chama a atenção, que é a reunião Giscard-Brejnev, apesar dos protestos de Carter. E Schmidt já está com viagem programada. A própria primeira-ministra britânica, com relação ao boicote ao Irã, prometido aos Estados Unidos, cumpriu as promessas restritamente. E, na América do Sul, os Estados Unidos não encontraram o apoio esperado, principalmente da Argentina e do Brasil.

VU — Em que o PCB, historicamente, contribuiu para o país?

GD — De muitas maneiras. Os comunistas levantaram uma série de bandeiras e estiveram na vanguarda dos movimentos populares desde sua fundação. E veja que somos mais velhos do que a universidade, como instituição. Somos pioneiros pela reforma agrária e pelas liber-

dades (aliás, sempre que deixamos de lutar pelas liberdades, fomos os primeiros a pagar). Estivemos sempre à frente na luta da classe operária pelos seus objetivos. Não é por acaso que uma das raízes da nossa fundação são os grandes movimentos e as greves da segunda década deste século pela conquista das oito horas de trabalho; assim como inscrevemos em nosso programa e lutamos por conquistas como o salário-mínimo e o direito a férias. Também fomos os primeiros a reclamar a autonomia para o movimento sindical.

As grandes causas nacionais, por sua vez, sempre encontraram o partido na vanguarda. Participamos da batalha da siderurgia, da industrialização, e nos anos 50 fomos às ruas lutar pelo petróleo. Nesse quadro também não se deve esquecer o esforço que fizemos, num período difícil para nós, como o dos anos 40, para incorporar nosso país à grande luta dos povos do mundo contra o nazi-fascismo. E, posteriormente, na fase de democratização do país, para a qual demos uma valiosa contribuição trazendo as grandes massas a participar do processo eleitoral. Em seguida, não podemos deixar de destacar a contribuição da bancada comunista na elaboração da Constituição de 1946. Finalmente, não se pode negar o papel pioneiro que tivemos nos esforços dos cientistas sociais, e não só, para estudar a realidade de nosso país e compreendê-la.

A LEGALIDADE DO PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO (*)

VOZ DA UNIDADE — O que representa a abertura para a atuação dos comunistas como corrente política?

GIOCONDO DIAS — A abertura é uma conquista das forças de oposição e para os comunistas é uma oportunidade de ir ao encontro destas forças. Mas só haverá, efetivamente, democracia quando todos os partidos tiverem condições de se organizar. Com o PCB legalizado, mais oportunidade teremos de levar às massas nossas proposições, sem nos sujeitarmos a falsas interpretações. Nosso desejo é nos ligarmos às massas e dirigi-las.

VU — É possível intensificar a luta pela legalidade do PCB? Como?

GD — Lutando pela justa aplicação de nossa orientação política, compreendendo que a legalização não depende exclusivamente dos comunistas, mas de toda a sociedade. No processo eleitoral, apoiando candidatos que lutem pela livre organização de todos os partidos, o que é uma luta democrática. Não é uma reivindicação de caráter comunista, é um direito da cidadania, uma premissa para a democracia. Na maioria dos países democráticos, como a Espanha, Itália e Portugal, o Partido Comunista é legal. Estou convencido de que nem todos os comunistas compreendem a importância da legalidade, nem percebem a sua relevância política. Mas a legalidade não será resultado da vontade de um, dois indivíduos e sim uma conseqüência do

(*) **Voz da Unidade, S. Paulo, n.º 77, 9/16 de outubro de 1981.**

esforço coletivo, do trabalho de massas e do êxito das nossas tarefas políticas na luta pela democracia.

VU — Quais são os fatores políticos indispensáveis à legalidade do PCB?

GD — A existência de democracia, o respeito aos direitos dos explorados, as liberdades sindicais... A cada conquista dos oprimidos, mais avançamos na luta pela legalização; caminhando para a legalidade, defendemos um dos direitos dos explorados. Porque enquanto existir classe operária, existirá o Partido Comunista. Enquanto existirem oprimidos, existirá o Partido. Não adianta a reação pretender liquidar o partido; é uma tarefa muito superior às suas forças.

VU — Os comunistas, como muitos argumentam, estão abrindo mão de posições de princípios para obter a legalidade?

GD — Os comunistas lutam pela justa aplicação dos seus princípios. Dizem que estamos conciliando com o governo; isto é uma calúnia. Não estamos fazendo concessões de princípios, como deixando de ser marxistas-leninistas ou entorpecendo a luta de classes; nem estamos dizendo que ela não existe ou que o proletariado chegará ao poder sem luta. Isto sim, seria a negação dos princípios. Afirmamos que há luta, porque, do contrário, estaríamos enganando as massas e dando as costas aos princípios. Lutamos pela legalidade sem concessões de princípios.

VU — O Encontro Nacional dos Comunistas que está sendo preparado representa um passo efetivo em direção à conquista da legalidade?

GD — Sim, representa, porque permitirá a discussão de nossos objetivos, proposições e propostas, bem como a participação de novos e velhos comunistas que colocarão suas opiniões para a sociedade. Ao mesmo tempo, vai dirimir ou encaminhar as diversas opiniões entre nós. Mostraremos às forças democráticas e à sociedade o que nós pensamos; realizaremos, publicamente, um exercício de democracia.

VU — Quais são as questões mais polêmicas a serem debatidas neste encontro?

GD — Tudo. Desde o caráter da revolução até a própria linha política dos comunistas, que alguns acham justa e outros não. Será um balanço, avaliaremos a ação das diferentes forças políticas que atuam

na sociedade e corrigiremos publicamente nossos erros, formulando de forma correta a política dos comunistas. Mas o principal é o exercício da democracia interna: depois de tudo discutido e resolvido, as decisões serão encaminhadas por todos os comunistas. Podemos não superar todos os problemas, mas o fundamental é que daremos uma prova de que nos regemos pelo princípio do centralismo democrático.

Este é o principal erro de Prestes — não se subordinar à decisão da maioria; os outros erros, de interpretação, nós também cometemos. Imaginem o que a reação gastaria em recursos materiais e humanos para fazer o que Prestes está fazendo! E de graça. Não podemos concordar com a falta de respeito ao princípio da direção coletiva que Prestes vem demonstrando, por ainda ter resquícios caudilhescos e manter as cinzas do culto à personalidade. Nós achamos que o justo, o correto, seria Prestes participar do debate e defender os pontos de vista dele. Poderia até convencer a maioria ou ser por ela convencido. Mas ele não aceita.

VU — Todos os comunistas têm o mesmo direito de participação no Encontro? Qual a importância dessa participação?

GD — Todo comunista, no gozo dos seus direitos, deve e pode participar do *Encontro*. Tem direito a escrever quatro artigos sobre qualquer assunto; pode eleger e ser eleito. Quanto maior o número de comunistas participando do *Encontro*, maior a possibilidade de decidir coletivamente a nossa política. Todos poderão cobrar dos novos dirigentes a aplicação das conclusões do *Encontro*. Este, sem dúvida, será uma conquista democrática, já que há 14 anos os comunistas não realizam atividade semelhante. É uma demonstração de nosso esforço para aplicar o centralismo democrático.

VU — Na realização do *Encontro* pretende-se superar as divergências existentes entre os comunistas? Ele será realizado abertamente?

GD — Pretendemos dirimir as divergências e, principalmente, respeitar a vontade do conjunto. Só a prática irá demonstrar quem está certo ou errado. É preciso que fique claro que nós não negamos o papel do indivíduo na história, negamos o culto ao indivíduo. Atualmente, com prejuízo para as nossas fileiras, se está liquidando com o prestígio, a personalidade de Prestes — até internacionalmente —, o que devemos lamentar. E a serviço de quem? Da classe operária? Não, a serviço de caprichos.

Todo nosso empenho, agora, é para que o debate seja amplo, aberto e legal, com a maior participação possível dos interessados. Nós não queremos a clandestinidade. Quando somos forçados a atuar na clandestinidade, não o fazemos para nos esconder, mas para continuar dirigindo o trabalho junto às massas, denunciar a perseguição aos comunistas, aplicar nossa política, mesmo em condições as mais adversas. A legalidade representa, porém, uma possibilidade muito maior de atuação dos comunistas, como ocorreu entre 1945 e 1947. Neste período, de poucos milhares chegamos a 200 mil. Obtivemos uma grande votação nas eleições, chegando a eleger a maior bancada de vereadores do Rio de Janeiro, para citar só esse exemplo.

CONTRA O ARBÍTRIO E A POLÍTICA DE CONFRONTO (*)

DIÁRIO MERCANTIL — O senhor é conhecido como "o grande mudo"; de todos os dirigentes comunistas, é o que menos faz intervenções públicas. A primeira questão, portanto, é a seguinte: nesta entrevista, que temas podemos abordar?

GIOCONDO DIAS — Veja bem — eu não me furto a intervenções públicas. Agora mesmo, tenho participado de debates em universidades e sindicatos, escrito artigos para jornais (e não só para *Voz da Unidade,* semanário dos comunistas), etc. O que se passa é que só me pronuncio quando é de fato preciso. Quanto a esta nossa conversa, você pode abordar os temas que quiser. Os comunistas nada têm de conspiradores misteriosos.

DM — Comecemos então pela situação nacional do PCB. O senhor sucedeu a Prestes na secretaria geral do partido. Em entrevista que nos concedeu, Prestes fez várias críticas à política atual do partido. Ele tem razão?

GD — A política dos comunistas é decidida por uma direção colegiada, que expressa a posição coletiva da organização na linha do seu último Congresso. Que, no caso, é aquela que os comunistas formularam no VI Congresso, realizado em 1967. Até recentemente, o companheiro Prestes considerava correta esta política. Quando co-

(*) **Voz da Unidade,** S. Paulo, n.º 88, 8/15 de janeiro de 1982, reproduzindo texto publicado dias antes no **Diário Mercantil,** de Juiz de Fora (MG).

meçou a manifestar estranhas divergências, a direção procurou discuti-las com ele. Prestes negou-se a isto e tomou atitudes que contrariam frontalmente a democracia e a disciplina dos comunistas, elementos que ele sempre reconheceu como indispensáveis na perspectiva leninista. Continuamos abertos ao debate, desde que sob as normas consensuais dos comunistas. E Prestes continua a recusar-se, preferindo atuar no exterior das fileiras comunistas.

DM — Então, o partido demitiu-o?

GD — Não foi exatamente isto o que ocorreu. A direção dos comunistas considera que o trabalho coletivo é a única forma correta para orientar a ação dos comunistas. Sem ele, não há debate, não há polêmica, não há democracia interna — há caudilhismo e personalismo. A direção não poderia funcionar com o secretário-geral recusando-se ao trabalho normal — reuniu-se e, pelo processo normal, eletivo, efetuou a substituição do secretário-geral. Entre nós, não há cargos perpétuos. Uma das características dos comunistas é que todos os postos de sua organização são preenchidos por eleições diretas.

DM — E quanto às divergências políticas?

GD — Prestes nega-se a discuti-las, de forma que os comunistas não conhecem precisamente as suas propostas. Quanto a nós, mantemos o eixo da linha política do VI Congresso.

DM — Em síntese, em que consiste esta linha?

GD — Os comunistas consideram que o caminho da transição socialista no Brasil passa necessariamente pela via democrática. A luta democrática implica a unidade, da base ao topo, de todas as forças antiditatoriais para derrotar e substituir o regime atual. É neste processo de reorganização democrática que se criarão os instrumentos de mobilização sócio-política para realizar a efetiva emancipação econômica e social do Brasil.

DM — Numa palavra: a proposta dos comunistas sugere alianças com a burguesia?

GD — Os comunistas não fazem política em cima da discriminação. Reconhecendo que, hoje, a questão central da vida brasileira é a questão democrática, trabalham para unificar todas as tendências e personalidades antiditatoriais, estejam onde estiverem. Desde 1964, a nossa prática política é a do estímulo e da participação na frente democrática.

DM — E os militares?

GD — Não dividimos a sociedade brasileira entre civis e militares. Achamos que esta simplificação é grosseira e falsa. Não temos preconceitos antimilitares, nem consideramos as Forças Armadas como um bloco homogêneo. Estamos convencidos de que este regime comprometeu as Forças Armadas, fazendo-as tutoras de um ordenamento político antipopular e antinacional. Mas a instituição militar não pode ser confundida com o regime em sua totalidade.

DM — No que o senhor chama de "reorganização democrática", como ficariam os militares?

GD — No mundo contemporâneo, é tolice discutir se devemos ou não ter Forças Armadas poderosas — é um dado objetivo que elas devem ser modernas e profissionais. Pensemos que a elas cabe desempenhar um papel na vida social. Mas defendemos que esta influência se opere de forma democrática, institucional e constitucional, sob o estrito controle da sociedade.

DM — O senhor resume a problemática brasileira na questão democrática?

GD — Absolutamente. A democracia não é uma panacéia. A democracia, por si só, não resolverá os históricos problemas econômico-sociais que acumulamos há séculos, nem será o remédio milagroso para os males que este regime agravou e engendrou em 17 anos. Afirmamos apenas que não há solução para os problemas brasileiros fora da democracia. Aliás, veja o balanço de 17 anos de ditadura...

DM — O senhor nega que o país cresceu nestes 17 anos?

GD — É claro que não. O "modelo econômico" que aí está desenvolveu as forças produtivas e modernizou o país. Mas como o fez? De forma antidemocrática e antinacional: hipotecou a Nação ao imperialismo e acentuou a marginalização da massa da população. Ao cabo de 17 anos, o regime oriundo do golpe de abril de 1964 não solucionou um único problema nacional — a corrupção (recorde o relatório do general Hugo de Abreu), a inflação (pense no seu salário), sem mencionar os desequilíbrios regionais, a questão fundiária, o pau-

perismo da população, etc. Este regime é a prova cabal de que sem democracia é impensável qualquer solução para o Brasil.

DM — Mas se a democracia não é panacéia...

GD — Vou resumir: nós afirmamos que a democracia é o pressuposto para a solução dos nossos problemas. A partir dela, as camadas populares poderão encontrar mecanismos de redirecionamento da economia para contemplar os seus interesses. A democracia, para nós, é a base de uma alternativa global para a sociedade brasileira. Neste final de século, pensamos que somente um projeto democrático macroscópico pode viabilizar um Brasil civilizado — e não o laboratório de experiências de tecnocratas que não têm nenhum compromisso com a massa da população.

DM — O PCB tem este projeto?

GD — Os comunistas não são dogmáticos: não nos acreditamos os donos da verdade. É claro que defendemos um projeto determinado para o nosso país: transformações estruturais que abram a via ao socialismo, única forma de organização social capaz de equacionar corretamente os problemas da vida econômica e social. Mas, consideramos que a alternativa global, que o país reclama, deve ser o produto dos mais amplos debates por parte de todos os segmentos da população e da sociedade. Sem a mobilização e a organização de todos os segmentos da sociedade brasileira será impensável a sustentação política de qualquer projeto. É por isto que a reivindicação democrática de uma Assembléia Nacional Constituinte, livremente eleita e soberana, adquire o peso que todos os democratas justamente lhe atribuem.

DM — Desde 1964, os comunistas vêm defendendo a necessidade da democracia. Muitos, porém, negam aos comunistas sinceridade neste propósito. Como o senhor vê a questão?

GD — Ao longo dos seus quase 60 anos de existência como corrente política, cometemos muitos erros. Nem sempre atribuímos à democracia política o seu valor real para a luta da classe operária. Atualmente, conquistamos a consciência de que a democracia não é uma questão tática — é uma questão estratégica. Mas vou responder-lhe com outra pergunta: desde 1922, houve alguma ditadura neste país que não perseguiu os comunistas? Também no Brasil, o anticomunismo só serve de pretexto aos maiores atentados aos direitos humanos e democráticos. Veja abril de 1964: um golpe apoiado no imperia-

lismo, na reação e com retórica anticomunista. A demagogia enganou a muitos. Hoje, todos sabem que, na seqüência de abril, não foram atingidos apenas os comunistas: foi a sociedade brasileira que perdeu os direitos cívicos. É por isto, inclusive, que os líderes políticos burgueses mais lúcidos sustentam hoje a luta pela plena liberdade de organização partidária. Advogando o direito à vida legal do PCB — eles sabem, de Tancredo Neves a Severo Gomes, que não pode haver democracia sem os comunistas, contra os comunistas.

DM — A abertura não é um caminho para a democracia?

GD — O projeto aberturista do regime nada tem a ver com a democracia. Recorde a repressão aos trabalhadores do ABC, o Riocentro e o "pacote" de novembro. A chamada abertura é uma tentativa de auto-reforma do regime: isolado, corroído por enormes contradições e repudiado abertamente pela massa da população (lembre-se das eleições de 1974 e 1978), o regime quer implementar um modelo político menos rígido, apto a integrar certo tipo de pressão, mas capaz de garantir a sua essência: um regime a serviço do imperialismo e dos monopólios (nacionais e estrangeiros). A chamada "abertura" do regime é um intento de neutralizar as aspirações democráticas da sociedade brasileira, articulando um sistema político que institucionalize o arbítrio. É evidente que o processo real de democratização que estamos vivendo desde 1977/1978 é algo objetivo, mas resulta do enfrentamento entre o projeto aberturista e o empenho concretamente democrático da classe operária e seus aliados, estruturais e eventuais. Este processo existe e pensamos que a tendência mais provável é a do seu aprofundamento, encurtando a sobrevida do regime. Mas este, que ainda dispõe de força, tem tomado a ofensiva — o "pacote" de novembro, que é uma monstruosidade, se insere na lógica da sua política. Quem confundiu abertura com democracia já se arrependeu. Nós, comunistas, não incorremos neste erro. A nossa estratégia de luta contra o regime é clara: contra o arbítrio e a política de confronto que ele deseja, a unidade de todos os democratas, a mobilização organizada dos trabalhadores nas suas entidades e a criação, ampliação e ocupação de todos os espaços democráticos. Para isto, aliás, o processo eleitoral de 1982, com todas as restrições que o regime certamente lhe imporá, será muito importante. Não há casuísmo que derrote o povo. E nós vamos participar ativamente de 1982.

DM — Mas o PCB é um partido ilegal...

GD — Porém, os comunistas atuam como cidadãos que são. É claro que a ilegalidade limita enormemente a nossa contribuição à luta democrática. Mas a reorganização democrática da sociedade brasileira inevitavelmente colocará na ordem do dia a legalidade do PCB. Nenhuma força política ou personalidade séria e honesta, neste país, discute a necessidade da vida legal para o PCB — veja, por exemplo, as posições de Afonso Arinos. Na legalidade que vamos conquistar, conquistando com o povo brasileiro os direitos cívicos mínimos, poderemos combater explicitamente pelo espaço que acreditamos ser o nosso — o de um partido proletário, historicamente enraizado na vida nacional, mais ágil e jovem, aberto a todas as camadas trabalhadoras, flexível e permeável à polêmica e à inovação, empenhado firmemente na construção do socialismo. Queremos a legalidade; queremos que a sociedade conheça, julgue e avalie o projeto e a prática dos comunistas. E a nossa legalidade será o indício seguro de que o país marcha para a normalidade democrática; sem a legalidade do PCB e de todas as correntes de pensamento e ação, todos os brasileiros serão cidadãos tutelados e pela metade.

A AUSÊNCIA DE FIGUEIREDO (*)

VOZ DA UNIDADE — Como os comunistas encaram a substituição, interinamente, por motivo de doença, do presidente João Figueiredo pelo seu vice-presidente Aureliano Chaves, na chefia do governo?

GIOCONDO DIAS — Como coisa normal. É o que deveria ter acontecido em 1968. O vice-presidente tomar posse é solução constitucional, do ponto de vista das próprias leis atuais. Outra coisa seria o golpe. Isso não significa que deposite minhas esperanças na atuação de Aureliano Chaves. No entanto, espero que ele ajude o país a se encaminhar para uma situação onde os direitos dos cidadãos sejam respeitados.

VU — Como no caso da substituição de Golberi por Leitão de Abreu, isto significa que a abertura continua existindo e o processo de liberação do regime segue seu curso?

GD — Acho que a tendência para a liberalização seguirá o seu curso porque a correlação de forças hoje existente no país tende para a concretização da abertura política. O principal empecilho para que essa abertura seja mais democrática é a falta de maior unidade entre as forças de oposição.

VU — No quadro político atual, o que representam para o movimento democrático a *Conclat* e suas resoluções?

(*) **Voz da Unidade, S. Paulo, n.º 75, 25 de setembro a 2 de outubro de 1981.**

GD — São elementos positivos. O principal agora é lutar pelo cumprimento das resoluções da Conclat, o que inevitavelmente levará a que o processo de unidade dos trabalhadores se realize com êxito. Todos nós devemos nos empenhar para que a realização das manifestações do dia primeiro de outubro expressem a opinião dos trabalhadores e sejam um acontecimento de caráter nacional.

VU — E a recente emergência do movimento popular, incluindo os "quebra-quebra" na Bahia e as invasões de terrenos em São Paulo?

GD — São manifestações que expressam, ainda de maneira espontânea, o descontentamento popular. O principal é que as forças de oposição saibam dar forma correta, justa e eficiente a esses movimentos. Ver nessas manifestações a ação exclusiva de grupos provocadores de direita ou esquerda é não viver e não sentir a realidade que o país atravessa, onde as condições de vida da população são agravadas pelo aumento do desemprego, pela carestia. Há, também, descontentamento e decepção com a ação dos políticos que estão no governo.

VU — Qual o significado da recente proposta de acordo político apresentada pelos comunistas às forças de oposição? Há possibilidades de negociações entre estas e o governo? A partir de que premissas?

GD — Os comunistas acham que as forças de oposição devem ter capacidade de se unirem e formularem uma plataforma comum. Fixadas as proposições das forças de oposição, as negociações entre estas e o governo têm possibilidade de êxito. Naturalmente as forças de oposição não vão negociar a manutenção da atual política econômica e financeira, nem do atual "status quo" político. Negociações deste tipo incluirão necessariamente a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte. Como uma das forças de oposição, e como é tradicional em nosso comportamento, estamos dispostos a empregar o máximo de esforços e colaboração para a unidade das forças democráticas e por negociações que visem à democratização do país e à orientação da economia. Não se trata dos interesses desta ou daquela força política, mas sim dos interesses do povo brasileiro.

VU — Como os comunistas encaram as recentes declarações do governo brasileiro em relação à situação internacional?

GD — Em geral são positivas, principalmente a que diz respeito à situação em Angola.

VU — É possível impedir a continuidade da política de "guerra fria" empreendida por Reagan?

GD — Nós achamos que sim, pois essa política representa uma ameaça para a paz mundial. Cresce no mundo inteiro o clamor da opinião pública contra essa política, principalmente contra a fabricação da bomba de nêutrons e as chantagens dela decorrentes. As posições da União Soviética e dos outros países socialistas, de todas as forças partidárias da paz, têm encontrado receptividade e apoio por parte da opinião pública mundial. A nós, brasileiros, o que interessa é a paz e não a política de guerra empreendida por Reagan e seus sócios.

VU — E a situação da Polônia?

GD — Inegavelmente, a situação polonesa é difícil. No entanto, crescem as possibilidades da derrota das forças interessadas em desestabilizar a vida daquela nação. Nós achamos que as dificuldades que a Polônia atravessa vêm sendo superadas pela classe operária e pelo próprio povo polonês, que contam com o apoio das forças do progresso, principalmente a União Soviética. As forças da reação não terão condições de fazer retroceder a marcha do povo polonês para o aperfeiçoamento de seu regime e fortalecimento do sistema socialista.

VU — Quais os objetivos do *Encontro Nacional de Comunistas pela Legalidade do PCB,* que ora está sendo preparado?

GD — Um deles, e talvez o principal, é a conquista da legalidade do partido. Outro objetivo é dirimir e resolver democraticamente as divergências e contradições que existem entre os comunistas e, deste modo, contribuir para o reforço do processo de unidade entre nós. Porque quem luta para dividir os comunistas serve aos desígnios das forças reacionárias nacionais e internacionais. Esperamos também que o encontro possibilite maior participação de milhares de jovens, brasileiros e brasileiras, na vida política do país. O debate que ora se realiza será, sem dúvida, um fator de primeira grandeza para a formulação dos objetivos políticos e programáticos dos comunistas brasileiros.

UMA ALTERNATIVA PARA A CRISE (*)

VOZ DA UNIDADE — As forças dèmocráticas devem encarar com otimismo os recentes pronunciamentos do Presidente Figueiredo?

GIOCONDO DIAS — Não deixa de ser animador o fato do Presidente anunciar que o processo de abertura política vai continuar, ingressando agora em uma segunda fase. Não faz muito tempo, ele o declarara completado, como se desse por cumprido seu compromisso de levar a termo a democratização do país. Outro fator auspicioso é a confissão de que o governo não se sente capaz de resolver sozinho a crise que varre o país. Na verdade, nunca o foi. Se a crise econômico-social chegou ao ponto em que se encontra, isto se deve, antes de tudo, à incapacidade do governo de enfrentá-la segundo os interesses nacionais. Seu apelo de agora a uma trégua política, se entendida como um propósito de favorecer soluções consensuais para a crise, deve ser tomado como outro elemento positivo da vida política brasileira. Esta é a avaliação geral que fazemos do apelo do Presidente Figueiredo, contido em sua mensagem de 1.º de março ao Congresso Nacional.

VU — A busca de uma solução política negociada para enfrentar a crise econômica e social corresponde a uma aspiração generalizada da sociedade brasileira hoje?

GD — Antes de mais nada, não falo da crise dentro da qual nosso país vem vivendo há décadas, como parte que é de um mundo capitalista em inexorável declínio histórico, crise agravada pela nossa

(*) **Voz da Unidade, S. Paulo, n.º 143, 10 de março de 1983.**

dependência ao capital financeiro e aos monopólios internacionais. Esta crise só terá solução através de transformações revolucionárias, que superem o capitalismo e criem condições para a construção de uma nova sociedade, socialista. Refiro-me apenas à crise econômica atual, que está levando o país a uma crescente recessão, ao desemprego em massa, à hiperinflação, ao rebaixamento violento do nível de vida do povo, a uma mais acentuada desnacionalização da economia e à possibilidade de transformação em sucata das fábricas e outros meios e materiais de produção. Se há uma coisa sobre a qual o Presidente Figueiredo encontrará facilmente o consenso nacional é a respeito das medidas fundamentais para enfrentar esta crise. Para isto, não necessitará de nenhum esforço de pesquisa e análise. A larga maioria de votos dados aos partidos de oposição no último pleito (como, igualmente, nos dois anteriores, em 1974 e 1978), os milhares de pronunciamentos públicos de entidades e personalidades representativas dos mais variados setores sociais estão aí para indicar, com impressionante unanimidade, que o país necessita urgentemente de uma nova política econômica, que expresse os interesses nacionais e populares, e do estabelecimento do Estado de direito democrático. O sentimento de necessidade de mudanças nos rumos da política institucional e da política econômica e social se estende, inclusive, a importantes áreas do próprio partido situacionista, do empresariado e de outros segmentos sociais que ainda apoiam o governo.

VU — Uma solução negociada é efetivamente possível no momento político em que estamos vivendo?

GD — Sem dúvida. A necessidade de uma ampla convergência com o fim de assegurar os interesses nacionais decorre do reconhecimento da dramaticidade da crise e de seus efeitos perniciosos para a Nação. Mas não cabe apenas ao governo o empenho nesta direção. Isolado, destituído de bandeiras e esvaziado de consenso, no quadro geral de um regime em visível declínio, não poderá o governo encaminhar sozinho qualquer medida positiva, mormente se insistir em atitudes imperiais e obstinar-se na política que vem impondo. Também cabe à oposição encontrar uma alternativa global, um conjunto de medidas imediatas contra a crise, que favoreça esta ampla convergência democrática e uma solução de consenso nacional. O governo tem, portanto, um vasto campo para futuras conversações com as forças políticas oposionistas e com um conjunto amplamente majoritário de representações da sociedade civil.

VU — As recentes declarações do porta-voz do governo não retiram a credibilidade da proposta de trégua política apresentada pelo Presidente Figueiredo?

GD — É bem verdade que a experiência passada sobre declarações do Presidente Figueiredo manifestando disposição para o diálogo com a oposição foi francamente decepcionante, para dizer o melhor. Sua amplamente badalada oferta de "mão estendida" não passou de uma tirada demagógica, quando não de um convite à adesão ao governo. Na prática, sempre recusou qualquer conversação de fato com as forças oposicionistas. E o anúncio posterior à mensagem, feito pelo porta-voz da Presidência, ao excluir dos temas que o governo se dispõe a discutir questões como a política econômico-financeira, a Constituinte e a Lei de Segurança Nacional, demonstra como o governo ainda está distante de se dar perfeita conta das exigências nacionais neste contexto grave de nossa história. Estes precedentes negativos não devem, contudo, levar a que as forças oposicionistas rejeitem o debate com o governo. O quadro político brasileiro experimenta importantes mudanças como o resultado das eleições de novembro passado, a política econômico-financeira e seus mentores perderam credibilidade nacional; levantou-se um verdadeiro clamor nacional contra esta política e pelo direito de debater os problemas políticos e econômicos nos foros representativos da sociedade brasileira, retirando-os da exclusividade dos gabinetes ministeriais. As pressões político-parlamentares do empresariado e das massas trabalhadoras podem levar o governo a ceder, como de resto já ocorreu em outras ocasiões, ao longo do processo de abertura política. Além disso, devemos levar em conta também que o governo vai pechinchar, oferecer o mínimo, inicialmente, para depois negociar outras questões, em troca de concessões da parte das oposições. Em todo caso, as forças oposicionistas devem estar precavidas para impedir possíveis manobras do governo, tentando utilizar-se das dificuldades e desacordos nas conversações e explorá-las dizendo que as oposições não querem o diálogo. Devemos ser realistas quanto às condições concretas em que travamos a luta democrática neste momento, quando as forças oposicionistas em geral estão divididas e ainda são fracas a organização e mobilização popular. Lutando por objetivos mais avançados, como a completa democratização da vida política do país e uma política econômico-social que responda aos interesses nacionais e populares, não devemos desprezar a oportunidade de importantes conquistas parciais, que servirão de patamar para novos avanços.

VU — Mas não há contradição entre a trégua proposta pelo Presidente e a insistência do governo em manter a atual orientação econômico-financeira e o perfil autoritário da legislação vigente?

GD — Não podemos deixar de assinalar a clamorosa incoerência do Presidente Figueiredo no tocante à política econômica. Em seu discurso na ONU, ele fez uma vigorosa denúncia da política das potências imperialistas, dirigida claramente ao estrangulamento da vida econômica dos países dependentes, entre eles o Brasil. Era de se esperar que, em sua mensagem ao Congresso e, mais ainda, no pronunciamento especial realizado na véspera, desse conseqüência à denúncia e anunciasse mudanças capazes de proteger a economia nacional dos estragos causados por sua subordinação ao capital financeiro e aos monopólios internacionais. Mas, ao contrário desta expectativa, o governo, pura e simplesmente, capitulou diante das exigências do capital financeiro internacional, provocando a onda de indignação e decepção que varreu o país. Em nossa opinião, uma política econômico-social que responde aos interesses nacionais deve assumir, antes de tudo, a atitude política soberana de subordinar o pagamento da dívida externa à satisfação prévia das necessidades nacionais, de modo a evitar a recessão. Não se trata de negar a dívida externa, mas de subordinar o seu pagamento a prazos e condições condizentes com as necessidades sociais e políticas do país, com o prosseguimento do desenvolvimento econômico. Uma política econômica e social que corresponda aos interesses nacionais e populares deve excluir totalmente qualquer orientação recessionista. Se o Presidente Figueiredo se dispõe a mudar de rumo, a dar este passo, terá percorrido o meio caminho para um amplo acordo político capaz de superar essa difícil fase da vida nacional. Mas esse acordo depende também da superação dos atuais obstáculos que se opõem à afirmação de uma vida política democrática em nosso país, representados principalmente pela Constituição atual, pela Lei de Segurança Nacional vigente, pela subordinação legal das organizações sindicais ao Estado, pelo autoritarismo do Executivo em relação ao Legislativo e ao Judiciário e da União em face dos Estados e Municípios.

VU — E a questão comunista? De que depende a legalidade do PCB, neste momento em que os comunistas estão sendo indiciados na Lei de Segurança Nacional?

GD — A agressão ao seminário promovido pela *Voz da Unidade* confirma o que acabo de dizer sobre a Lei de Segurança Nacional, um obstáculo ao desenvolvimento de uma vida democrática em nosso país. Em que se baseou a Polícia Federal para prender e processar os convidados ao seminário, que sequer havia começado, acusados de infringir o Art. 40 da LSN, que qualifica como crime contra a segurança do Estado a tentativa dos comunistas se organizarem em partido político? À parte a inconsistência da acusação, fica claro o absurdo da sobrevivência, em um país que diz caminhar para a democracia, de uma tal discriminação aos comunistas, hoje só encontrada nos países de regimes políticos mais retrógados. Casos anteriores, como os da condenação de jornalistas e religiosos ou o processo movido contra o diretor de *O Estado de S. Paulo,* podem corroborar o que digo sobre o absurdo dessa lei. E isso se torna mais uma vez evidente com o caso mais recente, do processo contra o jornalista da *Folha de S. Paulo,* que trouxe a público o escândalo da Capemi. Quanto ao processo contra nós, comunistas, ele começou com uma clara derrota política do governo, tais foram as suas repercussões negativas. Estamos certos que, na Justiça Militar, ele será mandado arquivar, por não haver crime a julgar. O reconhecimento do direito dos comunistas de se organizar em um partido político, direito por nós permanentemente reivindicado, não depende da opinião do atual porta-voz presidencial, nem sequer da opinião atual do governo. Nossa legalidade será conseqüência do avanço e do fortalecimento da democracia em nosso país, sobretudo do avanço e do fortalecimento da classe operária e das massas na vida política nacional. Quando chegarmos a este ponto, o próprio governo mudará de opinião a respeito de nosso direito à existência legal.

QUEREMOS A LEGALIDADE (*)

P — Quais as ações que estão sendo tomadas para efetivar a legalização do Partido Comunista Brasileiro?

R — Por ora, nós estamos formulando os documentos de acordo com o que o tribunal exige. Todo o nosso esforço é o de adequar o nosso comportamento político à exigência da lei eleitoral. Essa foi uma das razões pelas quais nos reunimos num seminário, no dia 13 de dezembro passado, em São Paulo. Queríamos discutir esta questão, mas a polícia não deixou nem a reunião iniciar. Invadiu a reunião como se fosse uma ação de guerra, armada de metralhadoras, revólveres, gritando afobadíssima. Felizmente, não houve uma carnificina, porque os camaradas que estavam na reunião se comportaram com muita tranqüilidade. Mas nós vamos fazer isso a não ser que haja algum imprevisto aí para nós, que nos imobilize.

P — Mas o que o PCB já fez até agora com a preocupação da legalização?

R — Primeiro, o nosso comportamento legal desde que regressamos do exílio. Nossa atividade tem sido legal porque não temos nada a esconder. Em compensação, nenhum arreganho, nenhuma ameaça nos fará ir para a clandestinidade, diferentemente das vezes passadas.

P — Que diferença é esta?

R — Uma diferença completa. Na luta pela existência legal dos comunistas na sociedade brasileira, à primeira ameaça da reação, de

(*) Entrevista concedida a Maurício Dias e publicada na revista **Senhor**, S. Paulo, 18-5-83.

prisão todos nós procurávamos viver clandestinamente, para poder continuar a atuar politicamente, dirigir politicamente nosso trabalho. Agora, nós acreditamos que uma das maneiras que temos para ajudar a ampliar o espaço democrático que vem sendo criado é a de permanecer legal, mesmo que isto nos leve para a prisão. Há 50 anos que estou no movimento comunista e, para mim, esta agora é uma experiência inteiramente nova, porque toda a minha experiência anterior, face a qualquer ameaça, era a da clandestinidade imediata.

P — Nestes 50 anos, quantos anos de atividade legal o sr. teve?

R — Eu fui legal de 1945 a 1947 e ilegal em toda oportunidade que o partido teve de viver nessa situação. Nos governos de Juscelino e Jango, eu sempre atuei recuado. Agora não. No dia 12 de outubro, completo quatro anos seguidos de vida legal. Sou um cidadão que procura usufruir os direitos que as leis existentes neste país me dão.

P — O sr. acha que a polícia o segue?

R — Não. Eu vivo como qualquer cidadão e não faço nada escuso, nada que fira as leis. Vivo dentro das minhas posses dos meus recursos. Saio de casa, tomo o metrô e vou à cidade. Nunca percebi que estivesse sendo seguido.

P — Desde a sua volta, quantas vezes já foi depor?

R — A primeira vez foi agora, depois de 13 de dezembro. Antes disso a polícia não me incomodou. De 13 de dezembro para cá, eu depus uma... duas... três, quatro vezes.

P — Mas após este episódio de dezembro, em São Paulo, não houve um recuo? Um receio de continuar agindo com tanta naturalidade?

R — Ah. . . se o governo está pensando que, com o encaminhamento deste processo, dessa ação policial contra nós, vai-nos fazer ir para a clandestinidade, está enganado. Não, não. Nós vamos para a Justiça. Vamos responder ao chamamento da Justiça como qualquer cidadão faria. Vamos nos defender e, naturalmente, nossa defesa vai ser uma acusação, não tenha dúvida.

P — Quer dizer que não há mais preocupação com o aparelho clandestino?

R — Não, nós não cuidamos da parte clandestina.

P — Há críticas ao PCB quanto a esta obstinada perseguição da legalidade. O partido estaria excessivamente moderado e teria abandonado suas características revolucionárias. É isto?

R — Naturalmente, se fosse possível agradar a todos, satisfazer a todos, seria ótimo. Mas, geralmente, a posição que nós tomamos é a que se aproxima mais dos interesses da classe operária, das forças que querem ver o Brasil ser governado de uma maneira séria. Então, o que acontece é que pessoas à nossa esquerda acham que a posição é moderada, pessoas à nossa direita acham até que a gente não deve existir. Portanto, não é surpresa para nós que digam isto ou aquilo, mesmo porque é uma maneira de impedir que lutemos pelo êxito da orientação que nós objetivamos. Nosso desejo não é só o de que os comunistas tenham uma atividade legal de fato, nós queremos ter uma atividade legal de direito e, para isto, temos de levar em consideração a existência das leis e a existência dos órgãos de governo que cuidam disso. Então, nós queremos encaminhar um requerimento para que os tribunais julguem nossos direitos. Nós não podemos encaminhá-los de maneira que choque as diretrizes desses tribunais.

P — Mas o ex-secretário Luis Carlos Prestes diz que a direção do partido coloca a legalidade jurídica acima de tudo.

R — Uma pessoa como o Prestes, em luta contra nós, em luta para desorientar o movimento, para dividir o movimento, diz isto mas não é verdade. Nós não colocamos em primeiro lugar a legalidade jurídica, porque nós lutamos à base de fatos, atitudes, dos entendimentos, dos nossos pronunciamentos. No momento em que eu dou esta entrevista, isso é uma maneira que eu tenho de lutar pela minha legalidade, pela legalidade dos comunistas. Esta é uma revista que não é do proletariado, é uma revista que tem como preocupação levar informações para os setores empresariais, entendeu? Eu estou procurando legalizar a vida política dos comunistas perante esses setores.

P — O que significa esta tentativa de legalização na trajetória dos comunistas no Brasil?

R — Eu não creio que haja uma mudança fundamental, porque desde a sua fundação que o Partido Comunista luta para ser legal. Quem impede o Partido Comunista de ser legal são as autoridades,

a polícia. Mas também a culpa não é da polícia diretamente. A culpa é do atraso, do caráter retrógado, profundamente retrógado, da elite dirigente brasileira.

P — É este o principal obstáculo?

R — Acho que sim, porque a polícia brasileira não é pior ou melhor do que a polícia francesa, do que a polícia americana e inglesa e, nesses países, o Partido Comunista é legal, porque a elite dirigente sabe que é uma aberração esta ilegalidade e que é uma coisa contrária aos seus próprios interesses de classe. Aqui não. Aqui eles acham que o Partido Comunista tem que ser clandestino e agem nesse sentido. A polícia, naturalmente, exorbita, porque o papel da polícia é cumprir o que os dirigentes do país mandam. Anteriormente, eles nem discutiam, nem interrogavam, davam logo uma quantidade de porrada e massacravam. Hoje eles procuram ouvir.

P — Mas, além destes fatores, o sr. acredita que haja erros cometidos pelo próprio partido, que dificultam a legalização?

R — Não há dúvida que nós cometemos erros. Efetivamente, não creio que esses erros sejam a causa básica. A causa básica é o conceito reacionário que a elite dirigente brasileira, as classes dominantes brasileiras, têm do processo político e do processo social. É natural isso, porque os homens que nos governam, na sua maioria, e os grandes proprietários de terras e da indústria, são filhos ou netos de senhores de escravos. Eles têm uma concepção do processo social em que pesa muito a tradição escravista. Reivindicar aumento de salários, para eles, é um insulto, porque eles se julgam bons patrões, paternalistas. Então, pedir aumento de salários é uma ingratidão e eles agem ferozmente contra os "ingratos". Greve é a insurreição dos escravos que lutavam, deixavam de trabalhar. Isto pesa na consciência deles. Eu tenho idéia de que isto vai acabar e está acabando.

P — E o peso da reação militar contra os comunistas, como o sr. avalia?

R — Eu vejo como uma decorrência, como um reflexo disto e, também, em decorrência da ação dos interesses internacionais. Aí o problema da luta entre o capitalismo e o socialismo se reflete nas corporações militares, principalmente naqueles países que se dizem parte do chamado mundo ocidental e cristão.

P — Um exemplo concreto: o sr. acha que o movimento de 35 pode ser considerado um erro que pesa nesta balança?

R — É, eu tenho considerações sobre isto. Eu acho que o problema de 35 é um problema que se coloca sempre na situação do Brasil, devido à ação da reação. Se a reação não falasse de 35, não se falava mais no assunto, ou se falava pouco. Mas violando as leis — porque 35 é um fato anistiado —, colocando as coisas num plano estritamente ideológico, de caráter reacionário, as autoridades brasileiras todo ano violam as leis e fazem a comemoração de 35.

P — O que mostra que o acontecimento é um dado importante para a análise da situação, não?

R — Nós podíamos situar se foi um erro ou um acerto. Os comunistas devem continuar analisando isso de forma autocrítica, porque os próprios fatos mostram que foi uma precipitação. Há indícios de erros sérios. A revolução não pode ser feita partindo dos quartéis, a revolução tem que ser feita partindo de um grande movimento de massas. Nós temos que examinar se o nosso comportamento político em 35 era o mais correto. Podemos argumentar que a palavra de ordem básica da Aliança Nacional Libertadora continua atuante, justa, mas a maneira como lutar por isto é um problema que deve ser continuamente examinado pelas forças revolucionárias, pelo partido, pelos comunistas. A reação se aproveita deste aspecto, do erro, para violar a própria lei. Isto tem que cessar, é um abuso. No momento em que as autoridades desrespeitam as leis, criam condições, com o seu exemplo, para que a sociedade coloque em dúvida outras leis. Isto não contribui para a unidade dos brasileiros.

P — Quais os elementos de avaliação em 35 que continuam atuais?

R — Nós achamos que devia haver pão, que se devia acabar com a fome. De 35 para cá, a fome aumentou e isso os empresários podem constatar. Tem gente passando fome no Brasil e, agora, o desemprego é algo muito sério. Outra coisa é que até hoje não se faz reforma agrária, porque reforma agrária aqui é sinônimo de comunismo. É uma estupidez, porque reforma agrária é uma reivindicação democrática-burguesa. A França fez a reforma agrária há 200 anos. O problema da terra continua sem ser resolvido. Agora, parece que o governo está procurando se antecipar para fazer uma reforma para não mudar, criando o Ministério para Assuntos Fundiários, do Venturini.

P — Qual a análise que o sr. faz da abertura?

R — A democracia que nós vivemos é uma democracia relativa. O objetivo da abertura do governo é, efetivamente, encontrar uma maneira de constitucionalizar os aspectos essenciais do regime autoritário, doando ao Brasil um regime liberal-conservador. Aí cabe às outras forças políticas lutarem para ampliar os espaços e, como conseqüência, por uma democracia mais ampla que possibilite uma participação de todos os setores da população e não só de um setor restrito. Parece que agora quem manda mesmo são os banqueiros, porque nem os industriais estão satisfeitos. Mas eu não sei se a questão sobre 35 ficou clara, ficou?

P — Parece que sim. Mas, voltando à questão da legalização, que é um tema na ordem do dia: os comunistas pretendem requerer a legalidade ainda este ano?

R — Este ano. Mas nós queremos fazer isso, dar conhecimento às forças políticas, aos partidos políticos, ao governo, à oposição, à Igreja, à ABI, das nossas pretensões. Vamos encaminhar esses documentos que estamos preparando, a todas as instituições, para quem quiser colaborar. Quem quiser dar opiniões que o faça. Depois disso, nós vamos para a justiça eleitoral.

P — O obstáculo legal é a justiça eleitoral?

R — O obstáculo legal é político. Esse é o principal. No momento em que os homens que mandam se convencerem que a legalidade não é um perigo e, sim, a satisfação de um direito, esse obstáculo desaparece, mesmo que aspectos da lei o impeçam.

P — Mas quanto aos aspectos específicos da lei?

R — Nós vamos testar agora, ao enviar ao tribunal. Uns dizem que a legalização é um problema de ordem institucional, outros dizem que é um problema de ordem eleitoral. É o que dizem os juristas. Quando fecharam o partido, por decisão do tribunal, a alegação foi a de que o partido era uma corrente do movimento comunista internacional. Isso é um negócio tão inatural, tão desatualizado, que não tem lei que possa dar suporte político a isso. O governador do Rio de Janeiro diz franca e abertamente que ele é pelo socialismo.

P — Como seria a questão democrática num Brasil socialista?

R — Eu tenho idéia que, se houver socialismo neste país, a democracia se ampliará. Ampliará no seu sentido mais essencial. Eu não creio que haja condições imediatas de socialismo no Brasil. Por isso, nós devemos lutar para que haja um regime democrático, porém um regime democrático sério, onde se leve em conta o interesse das grandes massas. Isto é um elemento de democracia muito sério e nele está a diferença: o socialismo não pode, apenas, levar em conta os interesses das grandes massas, ele tem que existir em função dos interesses das grandes massas. Qualquer trabalhador não vai ter grande preocupação com o dia de amanhã, porque ele tem certeza que tem emprego. Coisa que ele não tem no capitalismo. Ele vai ter certeza de que seus filhos vão ter direito a ser educados e instruídos sem pagar um tostão, ele tem certeza que terá atendimento médico e que vai poder participar do governo por intermédio das comissões de seus bairros, elegendo o seu representante. Ele tem a garantia que a propriedade privada dos meios de produção não voltará. Esses são os elementos essenciais da democracia e da ampliação da democracia, que se refletirão no seu aspecto formal — e cada vez mais intensamente — quanto mais o imperialismo mande menos e ameace menos. Como tem que se defender das ameaças do imperialismo, o Estado então tem que ser forte.

P — Como na Polônia, por exemplo?

R — A Polônia, aí, é um caso de exceção. Ou seja, foram cometidos erros, erros sérios, que afetaram os interesses sociais. Se tivesse sido aplicada de maneira correta a orientação socialista, esses erros não seriam tão graves que o partido polonês, a sociedade polonesa, está procurando corrigir. Mas, naturalmente, o imperialismo aproveita.

P — O sr. acha, então, que o movimento encabeçado por Lech Walesa é um movimento anti-socialista?

R — Não tenho elementos para avaliação de indivíduos. Eu tenho elementos para julgamento do Solidariedade que, originalmente, teve início como um movimento de reivindicação, de protesto, como conseqüência de erros mas que, depois, com a influência de forças estranhas, passou a ser uma ameaça ao Estado Socialista.

P — As medidas de repressão ao movimento foram corretas?

R — Eu acho que aquelas providências, tomadas pelo partido e pelo Exército polonês, foram providências que impediram que a situação

se agravasse. Era preferível que não tivesse havido necessidade delas, mas eu acho que chegaram a tempo. Já pensou se há uma situação de convulsão na Polônia, como seria perigoso para a paz?

P — A propósito de convulsão, o governo Montoro foi acusado de não ter sido mais enérgico naqueles incidentes de agora. O sr. concorda?

R — Eu estava fora do país, mas não me recuso a falar. Eu não sei qual é a opinião dos meus companheiros, mas penso que a provocação, naquele caso, foi possível. Que alguém tivesse tentado se utilizar, tivesse se infiltrado. Mas eu acho que a causa de tudo isso tanto o governo quanto a oposição devem levar em consideração. A situação de desemprego, de inflação, de carestia e da falta de habitação, etc. Depois das eleições, as massas sempre pensam que seus problemas vão ser resolvidos imediatamente. Mas, aí, elas não vêem solução para sua fome, para o filho doente sem assistência médica, para o seu desemprego. Então, a base foi essa. E não foi um descontentamento igual ao do Nordeste, não. No Nordeste, a massa faminta, flagelada, vai para a cidade, onde as autoridades e pessoas de posse se reúnem e dão a cada um deles um quilo de feijão, farinha, e eles voltam para casa. Esse descontentamento de São Paulo é um descontentamento de pessoas que já tiveram alguma coisa. Que já tiveram casa alugada, televisão e adquiriram um mínimo de conhecimento de suas necessidades. Então, elas sentem a necessidade de liberdade para readquirir uma situação que possibilite enfrentar suas necessidades.

P — Mas o que mais se discutiu sobre aqueles acontecimentos foi a infiltração. Acusaram o PC do B de comandar os protestos.

R — Eu não sei, eu não acredito. Eu acho que todo movimento tem sua ação espontânea. O máximo que as forças políticas podem fazer, se tiverem capacidade, é dar forma. O problema está no acerto político desta forma. Mas culpar a massa por isso, achar que o movimento foi fruto de determinados grupos, ou do pulso da esquerda, não é possível. Acho que os grupos de provocação, que estão interessados na desestabilização, que não estão de acordo com essa abertura do Figueiredo, tinham interesse também. De forma que eu não acredito que o PC do B tenha sido nem pai nem mãe disso. É possível que um militante ou outro, dessa ou daquela organização, tenha tomado parte saliente, mas só isso.

P — Olhando um pouco a política externa, como o sr. vê a ação do governo Figueiredo?

R — A política externa brasileira tem aspectos positivos. A gente tem que ser realista. No momento em que o governo toma uma posição de não-intervenção nos assuntos dos outros, é uma medida acertada. Por que o povo da Nicarágua, para decidir seu destino, tem que pedir licença ao governo dos Estados Unidos? Não cabe na cabeça de ninguém que a Nicarágua ameace a segurança americana. Os interesses da economia brasileira estão de acordo com a política de não-intervenção e nós achamos positivo. Nós achamos correta a política brasileira na África. Esta política contraria os interesses de quem? Dos comunistas? Claro que não. Contraria interesses norte-americanos. A política do governo brasileiro de ir contra o apartheid, contra a intervenção da África do Sul na vida de Angola ou Moçambique, é correta, justa e tem o nosso apoio.

P — O que significa este apoio? Que força política têm os comunistas hoje no Brasil?

R — Eu não acredito que os comunistas tenham a força que a polícia diz. Isso é um exagero da polícia e do anticomunismo, para justificar o anticomunismo, que é uma indústria rendosa. Por outro lado, do ponto de vista da influência política, da influência das idéias, que são idéias para a política atual e não, necessariamente, idéias comunistas, a influência do partido é grande. Se não fosse assim, não seríamos procurados por políticos e o próprio governo não nos daria tanta atenção. Quisera eu que a nossa força fosse a que eles dizem. Um diabo de uma organização, que foi perseguida a vida inteira, massacrada, no momento que tem um mínimo de legalidade recebe a afluência de quase 200 mil pessoas? Com a ilegalidade, estes efetivos decrescem. O sujeito admira, gosta, às vezes vota, mas não quer arriscar-se a perder o emprego, a ser discriminado e que a discriminação atinja a família. Enfim, não acredito que a nossa influência seja o que eles dizem, mas também não é, assim, desprezível.

P — Qual foi o saldo das eleições?

R — Eu não posso quantificar por questões óbvias. Nós sofremos uma derrota no Rio, no resto, não. Do ponto de vista do nosso objetivo, fomos muito bem em todo o país. O PMDB ganhou uma grande parte dos Estados e, de certa maneira, nós apoiamos o PMDB.

P — Mas, no caso específico do Rio de Janeiro, o partido foi derrotado.

R — No Rio, sempre marchamos aliados ao PMDB e, naturalmente foi conseqüência de nossa posição em todo o país. Se fôssemos manobreiros políticos, de interesses políticos imediatos, poderíamos ter apoiado o Brizola ou o PT. O programa do PMDB tem o que nós queremos agora: a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte, a revogação da Lei de Segurança Nacional e que se faça uma política econômico-financeira que não leve só em conta os setores exportadores e os banqueiros.

P — Como funciona esta aliança com o PMDB?

R — Nós não trabalhamos e nem atuamos no sentido eleitoral do PMDB como corrente, integrados ao partido. Lá existem companheiros nossos, que trabalham e atuam, que apoiam determinado candidato, que querem tornar vitoriosas aquelas palavras de ordem. Nós não temos nenhuma ilusão de que os dirigentes do PMDB são pelo socialismo. Esta questão do apoio ao Montoro, por exemplo. Eu nunca estive com o Montoro, eu não o conheço pessoalmente e não há nenhum acordo entre nós. O apoio a Montoro foi decorrente das posições que ele assumiu como parlamentar e como candidato e, para isso, não íamos pedir licença ao Montoro. De forma que não tem por que o sr . Montoro se assustar. Eu nunca estive com ele e não pretendo estar. E ainda tem mais. Não tenho nada a pedir a ele. Não tenho conhecimento da participação de nenhum comunista no governo Montoro. Mas, por outro lado, acho que o comunista, como qualquer outro cidadão, tem direito de exercer uma função política.

P — A derrota do Rio refletiu a fragilidade do candidato Miro Teixeira?

R — Não, não creio. Naturalmente o fato dele ser vinculado ao governo do Estado prejudicou. O que a massa vê é o imediato, mas o Miro não podia estar desculpando o Chagas por erros que não eram seus. O governo Chagas Freitas era um governo fechado, de um homem que não levava muito em consideração os problemas das massas, no sentido geral, e que só veio a anunciar suas realizações no fim da campanha. Não era um governo popular e nem simpático. Isso deve ter contribuído para o Brizola ganhar. O Miro, a meu ver, se esforçou como um democrata para ver se ganhava a confiança das massas. O que pode ter prejudicado a campanha dele foi o fato dele não ter assumido claramente a condição de chaguista. O homem da massa não vai nessa. O sujeito que, na campanha eleitoral, age com ambigüidade está sujeito a isto. Eu acho que o Miro Teixeira é um dos políticos de mais futuro, porque é um homem de muita visão. Não o vejo como um político esquerdista, mas, sim, como um político dos melhores no quadro que está aí.

P — Como o sr. analisa o papel de figuras da oposição como os governadores Tancredo Neves, de Minas Gerais e Leonel Brizola, do Rio?

R — O dr. Tancredo desempenha um papel importantíssimo. Ele é, ainda hoje, uma das figuras mais expressivas da oposição e do mundo político brasileiro. É um homem que deve ser ouvido. Eu, por exemplo, estou sempre atento ao que ele diz. Quanto ao papel do Brizola, acho que tanto pode ser positivo, quanto negativo. Se ele não se precipitar, não for com muita sede ao pote, pode contribuir para estabilizar a situação democrática no Brasil. Acredito que a tendência natural dele será para a moderação.

P — Mas o espaço moderado já não está ocupado pelo dr. Tancredo?

R — Brizola é um governador de um Estado poderoso. Ele tem propostas que eu não acredito que o dr. Tancredo aceite. Propostas que são uma saída para o capitalismo brasileiro.

P — O sr. vê possibilidade de apoiar uma eventual candidatura do governador Leonel Brizola para a Presidência da República?

R — Qualquer coisa nesse sentido seria sacar. Nós apoiaremos aquele candidato que se propuser a defender determinadas questões que nós defendemos.

P — E a força do candidato Paulo Maluf, no Congresso, o que representa?

R — Ele representa setores empresariais de São Paulo.

P — Os mesmos empresários que criticam a política econômica do governo e que chegaram a assinar manifesto pela redemocratização?

R — Acredito que sim. Os empresários, aliás, emergiram aí com uma timidez muito grande. De qualquer maneira, já é um bom sinal. Eu vejo como um dado muito positivo o Ermírio de Moraes, que não

conheço, mas sei que é filho do velho Ermírio, e as declarações corajosas deles, que refletem seus interesses de classe. Ele está sempre gritando contra os juros e contra o capital financeiro, que está com hegemonia neste processo.

P — Até 64, ainda na ilegalidade, os comunistas tinham o PTB como referência partidária. O que o sr. acha do papel do PTB neste acordo com o governo?

R — É uma coisa curiosa. Pelo que tenho lido nos jornais, acho que as propostas do PTB são corretas. Se o governo aceitar, vai estar cedendo muito. Não se pode chamar a dona Ivete de adesista. Afinal, ela negociou com o Montoro e pode negociar com o Brizola. Isto é do próprio PTB, que nunca foi outra coisa na vida. Eu acho que a dona Ivete está agindo com a cabeça. Os pontos que ela coloca para negociar são de interesse imediato dos trabalhadores. Do ponto de vista geral, a Constituinte é mais importante para a sociedade brasileira. O que eu não sei é se o governo vai ceder aos pontos justos que a dona Ivete reivindica.

P — Mas o tema da Constituinte, já ensaiado, parece que não encontra muito apoio social. Por que?

R — Ainda não houve uma campanha de esclarecimento. Ainda não foi colocado como centro da propaganda e da agitação. Por outro lado, há problemas tão imediatos, tão cruciantes, que muitas vezes explicar a um homem que tem fome, que precisa de emprego, o problema da Assembléia Nacional Constituinte, ele não vai entender.

P — Por hipótese: se fosse o sr. a negociar com o governo, o que o sr. punha na mesa, estes temas de interesse imediato do trabalhador ou a Constituinte?

R — A Constituinte. A revogação do Decreto-lei n.º 2012 pode resolver o problema de parte das massas, mas só a Constituinte acaba com essa situação ilegal que existe aí. Só a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte possibilitará a criação de um clima de confiança no Brasil.

P — A Constituinte não sensibiliza o país. A sociedade assiste com perplexidade às negociações com o FMI e nada acontece. Qual a sua explicação?

R — Eu acho que as massas ainda não se conscientizaram e as forças políticas não estão suficientemente voltadas para a questão.

Efetivamente, o país ficou perplexo porque quem negava a ida ao FMI era o próprio governo. Quer dizer, houve um engodo. A ida ao FMI foi um diploma de falência da política econômico-financeira. Uma política estúpida, que força a se exportar mais para um mundo que está comprando menos. Querem que se importe menos, num país que precisa de, pelo menos, nove produtos para movimentar sua agricultura e sua indústria.

P — Os comunistas são a favor de uma moratória?

R — Eu sou. Com toda a certeza ela virá. Em 1935, nós lutávamos para que o Brasil não pagasse a dívida externa. Uma dívida externa que era pequena. De certa maneira, eu não estou com a posição extremada de 1935. Para o Brasil não pagar a dívida externa, hoje, é preciso ter muita força, embora eu ache que não haja outra saída. Nas condições que os bancos estão impondo, nós vamos trabalhar para os banqueiros internacionais. A moratória não significa o "não-pagamento" mas, sim, que vamos pagar a dívida de acordo com os meios e os recursos que o país dispõe. Eu acho que, se o governo agir sensatamente, vai acabar indo para a moratória e já está indo.

P — E a figura do presidente Figueiredo em tudo isso?

R — Ele está lutando para haver democracia. Temos que levar em consideração que o problema da política financeira depende menos dele do que do processo político.

P — Esta desmobilização da sociedade, do movimento estudantil, parece refletir com muita intensidade. O que está havendo?

R — O que está acontecendo com o movimento estudantil é, exatamente, o que está acontecendo com toda a sociedade. Mas, de qualquer maneira, eles estão se articulando. O que há, também, é a propria divisão das forças de esquerda. Mas eu não creio que a divisão entre os comunistas seja a razão principal. Naturalmente que, se o partido tivesse um líder, não tivesse havido divergência, essa divisão teria sido menor. Há nomes de grupos de esquerda por aí que eu nem sabia que existiam. O que desorienta as massas é a posição do Prestes, devido à sua força e seu prestígio. Ele influiu de maneira negativa. Aliás, isto foi uma das coisas mais negativas acontecidas no movimento revolucionário brasileiro. Isto vai pesar na biografia dele.

UM DEPOIMENTO POLÍTICO

1935, novembro: o levante de Natal

1935, NOVEMBRO: O LEVANTE DE NATAL (*)

VOZ DA UNIDADE —A primeira pergunta, Dias: como você avalia a posição segundo a qual a "ANL foi instrumento do PCB, desde a sua origem, para conduzir ao novembro de 1935"?

GIOCONDO DIAS — Não concordo com ela. A Aliança Nacional Libertadora foi um movimento de frente única, de caráter nacional-libertador. Foi produto do ascenso de massas das décadas de 20 a 30.

VU — Mas depois da decretação de sua ilegalidade, ela não teria se restringido apenas ao partido?

GD — Também discordo. Como toda organização de massas que é ilegalizada, que é colocada na clandestinidade, seus quadros restringiram-se. Mas, mesmo no período mais crítico de perseguição policial, seu caráter não deixou de ser frentista.

VU — Como é que os membros não comunistas da *ANL* viram o novembro de 1935, qual foi a posição deles?

GD — Não sei exatamente: são pessoas com as quais nunca tive muita ligação. Mas posso dizer que eles tiveram uma participação muito efetiva na *ANL*. Homens como Roberto Sisson, Abel Chermont, Campos da Paz, Hercolino Cascardo, Castro Filhado que, ao

(*) Este depoimento é um extrato de uma longa entrevista, para a **Voz da Unidade** ainda inédita, concedida, em S. Paulo, em dezembro de 1981, a José Paulo Netto, Luiz Arturo Obojes e Regis Frati.

que eu saiba, não eram comunistas... Porém, acho mais importante é analisarmos o Brasil da época para dirimirmos algumas dúvidas. A revolução de 30 foi um acontecimento da máxima importância para o Brasil. Bem ou mal, ela surgiu de contradições reais, do latifúndio, da dependência, do controle da política pelas oligarquias. Corretamente observadas, as questões levantadas pelos revolucionários são aquelas em torno das quais travaram-se todas as grandes batalhas políticas dos últimos 50 anos.

Pois bem, o Brasil era um até 30 e, mesmo não dando resolução às questões estruturais, o país mudou. Criou-se uma situação onde os setores que preponderavam no aparelho de Estado foram afastados, outros subiram. E estes processos nunca se dão de forma pacífica, sempre ocorre algum tipo de quebra da hierarquia, sempre os "de baixo" encontram alguma fenda para a sua ação.

VU — Explique melhor.

GD — Vejam bem: a Revolução de 30 trouxe consigo uma situação de tumulto, de caos, não só no aparelho de Estado mas, principalmente, nas Forças Armadas. Se não prestarmos atenção a estes aparentes detalhes, vamos pensar que o movimento de 35 foi fruto da vontade e da ação de uns poucos indivíduos, ou da *ANL*, ou mesmo do partido. Para ilustrar melhor, vou dar alguns exemplos lá do Rio Grande do Norte, cujo processo acompanhei de perto.

VU — Quantos anos de PCB você tinha, na época?

GD — Eu tinha cerca de um ano e meio de partido — ainda não era marxista, não tinha lido nenhum livro marxista. Bem, retomemos: a Revolução de 30 trouxe para as Forças Armadas uma situação caótica. No processo da conspiração, cabos, sargentos e tenentes passaram a exercer funções nos quadros das Forças Armadas, muito acima de sua graduação real. Houve cabos promovidos, comissionados a sargento, segundo-tenente e outros postos. Sargentos foram guindados ao posto de capitão e houve casos até de capitães promovidos a general de brigada, como, por exemplo, o Juarez Távora, que praticamente passou a ser "vice-rei" do Nordeste. Ele decidia sobre os destinos dos coronéis, dos generais — tudo, lá no Nordeste, era ele que decidia...

VU — Isto alterou completamente a estrutura de comando das Forças Armadas...

GD — É. Por outro lado, a Revolução de 30 era a esperança de grandes parcelas da população...

VU — Você está dizendo que era com uma grande participação popular?

GD — Exatamente. Ela teve no seu desenvolvimento uma forte componente popular, que depois não se refletiu em seus efeitos. Isso trouxe uma grande decepção para a massa e desencanto aos que participaram diretamente do processo. Isto tem a ver com o que eu coloquei antes, a respeito da hierarquia. No processo de estabilização do poder oriundo de 30, houve a tentativa de voltar à situação anterior, em particular no Exército. Imaginem: o indivíduo participa, atinge o grau de capitão e depois da vitória o máximo que consegue — e com grande esforço — é tornar-se tenente comissionado.

VU — As pessoas foram rebaixadas, perderam as comissões?

GD — Foram. Exatamente esta parte da história não é contada. Afinal é mais fácil propagar o anticomunismo do que explicar a base real do descontentamento na corporação...

Vou fazer um pequeno relato, embora superficial, do que eu via, como cabo. Após a Revolução de 30, progressivamente, a elite dirigente foi recuperando, retomando o poder, mesmo que não pudesse fazer as coisas retrocederem à situação de antes de 30. Uma de suas principais "frentes de restauração" eram as Forças Armadas. Esta situação de mudança/restauração foi criando uma instabilidade, uma quebra de hierarquia, já citada por mim anteriormente. Por outro lado, os homens que haviam se destacado em 30 passaram, em muitos casos, a serem pessoas de prestígio em seus estados. Juarez Távora, como mencionei, passou a mandar no Nordeste; Sergipe foi entregue a Mainard Gomes, tenente, que foi um dos chefes do movimento. Pernambuco, vejam vocês, ficou sob a influência de Carlos de Lima Cavalcanti, que era usineiro, um dos corifeus de 30. Mas, por outro lado, o que é que aconteceu? Aqueles cabos e sargentos que participaram como oficiais, quando se tentou restabelecer a hierarquia, chegaram, no máximo, à situação de segundos-tenentes comissionados no batalhão. Resultado: imediatamente desentenderam-se com o Carlos de Lima e surgiu o movimento do 21.º Batalhão de Caçadores, de 1931.

VU — Este é um problema pouco conhecido...

GD — De fato. No Recife, em 1931, o 21.º Batalhão de Caçadores — comandado por tenentes comissionados, pelo Tenente Passos e pelo Tenente Hélio Coutinho, além de vários outros —, levantou-se contra o Carlos de Lima Cavalcanti. Foram derrotados e deportados para Fernando de Noronha.

VU — Ninguém conta estas histórias.

GD — Mas há outras. No Piauí, por exemplo, os cabos se levantaram, tomaram conta do batalhão e do governo do Estado. Isso entre 31 e 32, não sei precisar bem a data. Mas eu sei o nome dos cabos que comandaram o movimento e governaram o Piauí durante alguns dias: Cabo Aluísio e Cabo Amador. O batalhão de Manaus levantou-se neste mesmo período.

Todos estes dados são escamoteados, faz-se questão de apagá-los da História do Brasil. Não se fala da situação do Exército de 30 a 35, das fissuras e da agitação no aparelho militar. Se estes dados são ocultados, fica mais fácil tentar descaracterizar o Novembro de 35...

VU — Mas esta agitação era fruto apenas da quebra da hierarquia?

GD — Não. O pano de fundo era a insatisfação econômico-social, a decepção profunda com os rumos globais tomados pelo movimento de 30. Por exemplo, o Agildo Barata foi um dos comandantes de 30. Ele — com outros combatentes — acabou vindo para a *ANL*; antes disso, havia participado do movimento constitucionalista de 1932. Este é um caso, mas há outros. A decepção com os rumos que a coisa havia tomado levou estes homens a quê? A procurar uma outra saída, uma saída que, efetivamente, enfrentasse os problemas que o processo de 30 não tinha resolvido: a dependência ao imperialismo, a questão agrária, etc. Estes homens não eram comunistas.

VU — Você poderia falar-nos da situação do Rio Grande do Norte, na época?

GD — No Rio Grande do Norte, entre 30 e 35 — ou melhor, até a eleição do governador, em 34 — passaram cerca de 8 interventores. Lembro-me do nome de alguns: Hercolino Cascardo, Irineu Jofily, Aluísio Moura, Bertino Dutra e Mário Câmara.

VU — Uma média de um a cada nove meses...

GD — É. Além disto, no caso do Rio Grande do Norte, há uma característica interessante: as forças civis que participaram do movimento do 30 tinham uma forte base popular. O Café Filho, vejam vocês, era um homem bastante popular, talvez dos mais radicais.

VU — E qual foi a posição dele em 1935?

GD — Ele, pessoalmente, não aderiu ao movimento de 35, mas os *cafeístas* foram a grande base de massas da insurreição de Natal. Isto tem uma explicação: por exemplo, quando subia um interventor ligado às forças que dominavam antes de 30, os *perréis*...

VU — O que é isto?

GD — *Perréis* vem de Partido Republicano. Essa gente, que vinha de antes de 30, passou a disputar com o Café Filho a liderança do Estado. Chegado o momento em que o Café Filho era alijado, a conseqüência era a mudança de toda a oficialidade da polícia. Então criava-se a seguinte situação: a polícia do Rio Grande do Norte tinha duas oficialidades, uma para quando subiam os *perréis*, outra para os *cafeístas*. Outro exemplo é a Guarda Civil. Quando o Mário Câmara, interventor ligado às forças *cafeístas*, é substituído pelo Rafael Fernandes, que foi eleito governador, passaram a dominar as forças ligadas ao latifúndio, à elite dirigente do Rio Grande do Norte, aos *perréis*, ao pessoal de Mossoró, donos das salinas, das fazendas de algodão lá dos Seridós. Aí dissolveram a Guarda Civil, que era *cafeísta* e mudou toda a oficialidade da polícia.

VU — Um festival...

GD — Claro. Havia uma grande instabilidade, permanente. E o que acontecia? Os políticos, tanto os *cafeístas* como os *perréis*, trabalhavam a oficialidade do batalhão. Por exemplo, o capitão Everardo Barros deVasconcelos, que depois foi general, era homem ligado aos *perréis*. Aluísio Moura, outro capitão, era ora ligado aos *perréis*, ora aos *cafeístas*, e assim por diante. Por outro lado, o Café Filho, ao lado do apoio popular, era apoiado também pelos Saldanha, pelo Benedito Saldanha, pelo Aristides Saldanha, que eram verdadeiros senhores feudais. Tinham um autêntico exército, forças que giravam em torno de 500 jagunços, à disposição deles. Conseguiram manter este *status quo* exatamente na medida em que apoiaram a Revolução de 30.

VU — Fale mais sobre o assédio dos políticos aos militares.

GD — Vou contar-lhes uma história. Nós, cabos, que já estávamos no movimento da *ANL*, abortamos um movimento da oficialidade para depor o Mário Câmara, que era interventor. Daí decorreu que tiveram de intervir no batalhão. Foi para lá um Major, Veríssimo, saber dos oficiais quais os que respeitavam a autoridade do interventor. Os que não respeitavam foram transferidos. Havia uma situação na qual a hierarquia não funcionava. E no caso específico do batalhão, a coisa era mais séria ainda.

VU — Por que?

GD — Pelo seguinte: o 21.º Batalhão de Caçadores era de Pernambuco...

VU — Ah, sim, o desterro para Fernando de Noronha...

GD — Isto. Como eu disse, com o movimento de 31 ele foi praticamente dissolvido. Quase todo seu efetivo foi para Fernando de Noronha. Depois disto, ele foi reorganizado, e foi aí que eu entrei nele. Quando cheguei lá, o que eu vi nas paredes foi "viva o comunismo", "viva Luis Carlos Prestes" e outras coisas do tipo. Vejam bem, nós, recrutas entrando num ambiente deste tipo.

Com o movimento de 32, a chamada Revolução Constitucionalista, nós fomos para São Paulo. Os antigos elementos do 21.º BC foram anistiados e enviados para a frente, não no nosso, mas em outros batalhões. Nós fomos; tomamos parte no combate aos paulistas. E quando íamos voltar para o Recife, o Carlos de Lima Cavalcanti vetou. Ora, este batalhão não tinha nada a ver com o antigo 21.º, mas mesmo assim ele vetou. E o que foi que aconteceu? Depois de termos feito toda a campanha em São Paulo, ido para o Mato Grosso, voltado para o Rio de Janeiro, nos mandaram para Recife — passamos lá oito dias —, e fomos enviados para a fronteira da Colômbia. Isto criou no batalhão um estado de ânimo muito sério...

VU — Quantos homens tinha um batalhão, nessa época?

GD — O efetivo regimental de um batalhão devia ser de pouco mais de 800 homens, mas nunca chegou a isso.

VU — De qualquer jeito era uma força ponderável, não era?

GD — Era. E o que é que acontecia? O batalhão foi para [illegible] na Foz do Içá, no Amazonas, por ocasião daquele conflito que houve entre a Colômbia e o Peru. Eu, por exemplo, fiquei lá no rio Içá, lá em Porto Ipiranga, por 120 dias. Era um contingente de cerca de 120 homens, que em quatro meses ficou reduzido a 6. Adoeceram todos, de béribéri, maleita e uma série de outras doenças. Eu sobrevivi porque era atleta, jovem e forte e não me socorria da cachaça, como os outros. Bem, mas isto é secundário: o caso é que este batalhão foi retirado da fronteira e o Carlos de Lima Cavalcanti persistiu na posição de que ele não devia voltar para Pernambuco. O que fizeram foi o seguinte: o 29.º BC, de Natal, foi mandado para Recife e o 21.º foi para Natal. Vejam bem, um batalhão escaldado por uma participação na luta paulista de 32, sobrevivente da selva amazônica... Nós eramos elementos efetivamente dispostos a qualquer ação que se voltasse contra o *status quo*. Em Manaus, nós chegamos a nos reunir e conspirar para não saltar em Natal. Quando o navio chegasse ao porto nós nos levantaríamos, jogaríamos a oficialidade ao mar...

VU — Mas isto não chegou a acontecer...

GD — O que aconteceu foi que na hora "H" foi dada a última forma e nós desembarcamos. Agora vocês imaginem: chega a tropa em Natal, revoltada, e encontra um ambiente político onde as várias facções procuram influir na vida do batalhão e utilizar a oficialidade para seus objetivos. E, como eu disse, isto vinha desde 30: se o interventor tinha o apoio do batalhão; ficava, se não tinha, saía. E isto tudo, como eu caracterizei anteriormente, combinava-se a uma total desestabilização da hierarquia. Estava formado o caldo de cultura para 35.

VU — Como chegou no Rio Grande do Norte a idéia da *ANL?*

GD — No contexto desta efervescência, surge em todo o Brasil a Aliança Nacional Libertadora, um movimento de massa, com grande conteúdo popular. No Rio Grande do Norte, as forças que apoiavam o Café Filho passaram-se para o lado da *ANL*, que conseguiu, inclusive, o apoio de certos setores da situação. Nós mesmos tínhamos contato com oficiais da polícia que eram simpáticos à *ANL*.

VU — E o integralismo, chegou a ter influência junto à tropa, naquela época?

GD — Não, junto à tropa não. Talvez um pouco na oficialidade. Havia uma coisa: o integralista era caracterizado no batalhão como homossexual, e isso tinha grande importância na época. Mas voltando à *ANL* e às relações do 21.º BC com a polícia, mesmo no batalhão da polícia havia *cafeístas* e adeptos da *ANL*. Colocada esta na ilegalidade, a coisa passou para o terreno conspirativo.

VU — Fala um pouco sobre isto.

GD — O primeiro convite que me fizeram, ainda em Manaus, foi para participar de um movimento que visasse o estabelecimento de uma ditadura militar — para acabar com a corrupção — a ser estabelecida pelos elementos descontentes com o movimento de 30. Na verdade, a gente não tinha a mínima noção do que significaria uma ditadura militar. Quando surge a *ANL*, fomos convocados para uma reunião na casa de um companheiro chamado Euclides, que era primeiro-sargento. Naquela ocasião, o capitão Otacílio de Lima fez uma exposição sobre a Aliança Nacional Libertadora. Quando ficaram sabendo das ligações com os comunistas, todos pularam fora, menos eu. Eu disse na hora que era comunista e que estava de acordo com a coisa...

VU — E de onde é que você tirou isso?

GD — Quando eu trabalhava, conheci um cidadão que vinha do Rio de Janeiro, que tinha ido à Bahia para tratar-se de uma tuberculose: Aluísio Campos. Esse homem era do partido e foi candidato a deputado federal, na Bahia, pelo *Bloco Operário e Camponês*. Foi dele que recebi as primeiras noções — bem vagas, aliás — sobre o comunismo. Ele defendia a criação da União das Repúblicas Socialistas da América do Sul, com a capital em La Paz. Se havia a URSS, com a capital em Moscou, no nosso caso a capital deveria ser em La Paz, o centro da América, o coração do continente — era a loucura total. Este camarada conversava muito comigo. Por outro lado, nessa época, o partido imprimia um jornal diário, *A Nação*.

VU — Um jornal do Rio, do Leonidas Rezende.

GD — Sim. Este jornal vinha pelos navios Ita e pelo Lóide, chegava com um ou dois dias de atraso. O Aluísio Campos, que o recebia, me dava o jornal — trabalhávamos no mesmo escritório — para vender — o que eu ganhasse, ficava para mim. Só que ninguém queria comprar o jornal, aliás não o queriam nem de graça, de puro medo... De qualquer modo, a coisa foi ficando na minha cabeça. O Aluísio conversava comigo, eu ía aos comícios dele. Eram comícios pequenos, no máximo quinze pessoas ouvindo a sua vozinha fraca. Foi com ele que fui ao primeiro sindicato da minha vida, o dos padeiros. Não tinha nem móveis... Os sindicatos desta época não recolhiam o imposto sindical. Eu já me julgava comunista e, naturalmente, fui um dos entusiastas da revolução da Aliança Liberal. Quando surgiu, depois, um cidadão dizendo que a *ANL* era contra o imperialismo, contra o pagamento da dívida externa, pela distribuição das terras...

VU — Você embarcou logo...

GD — Eu achei formidável. Aí começamos o trabalho de recrutamento do pessoal, dos cabos e sargentos para o movimento da *ANL*. Nesta época, entrei formalmente no partido: deram-me uma ficha, eu assinei. Para vocês verem como era a coisa, nós recrutamos todos os cabos do batalhão, menos dois, um porque era ex-integralista e o outro porque era o cabo do rancho...

VU — O que significava ser o cabo do rancho?

GD — O cabo responsável pela alimentação, que sempre é odiado por todo mundo, pois a alimentação era a pior possível. E toda a nossa agitação concentrava-se na denúncia das péssimas condições de alimentação...

VU — Partir da necessidade sentida pelas massas...

GD — Exatamente. Além disso, eu era admirado porque era branco, louro, de olhos azuis e não tinha luxo. Eu fazia tudo o que os outros faziam. Para aqueles homens, em sua maioria vindos do campo, humildes, aquilo era algo extraordinário. Por outro lado, eu sabia ler e escrever.

VU — Isto não era comum entre os cabos?

GD — O analfabetismo não era comum entre os cabos, mas grassava nos praças. Vocês podem imaginar o que era o analfabetismo no Brasil, naquela época.

VU — E então?

GD — Naquele período foi organizado o partido no batalhão. Quem dirigia o trabalho era o Quintino Clementino de Barros, músico de primeira classe do exército. Tinha 42 anos e era um intelectual, contador e velho conspirador. Era o único que tinha contato com a direção do partido. O trabalho político — como já disse — foi concentrado nos quartéis e não podia dar outra coisa do que deu, na medida em que fazer trabalho político, agitar um quartel é bem diferente do que fazer o mesmo em uma fábrica.

VU — Mas os companheiros que estavam trabalhando na cidade de Natal não estavam investindo no trabalho de massa?

GD — Estavam, mas isso é muito relativo. Vocês têm de levar em conta que a indústria de Natal era constituída de uma fábrica de cigarros e uma de sabão. Logo, todas as esperanças dos civis voltavam-se para o quartel. A agitação ligada às reivindicações mais sentidas dos praças...

VU — Quais eram elas?

GD — Melhor bóia, acesso dos cabos e sargentos ao oficialato, direito de voto para os praças, direito de permanecer, de reengajar...

VU — O que significava esta reivindicação?

GD — O cabo, depois de cinco anos no exército, era obrigado a dar baixa, a massa voltava-se contra isto, principalmente porque o desemprego na época era grande. Então, a conspiração, a movimentação cresceu em torno destas e de outras reivindicações.

VU — E na oficialidade, vocês não conseguiram adeptos?

GD — Nós não tínhamos trabalho entre a oficialidade. Era orientação, e acredito que correta do ponto de vista conspirativo, esta linha de separar os praças da oficialidade. Só que, na hora do levante, nós prendemos todos os oficiais, inclusive os que eram da *ANL*.

VU — Vocês não sabiam quais eram?

GD — Pelo menos a grande massa não sabia. Eu, por exemplo, sabia — havia um oficial na *ANL* que estava preso, mas de combinação com ele, preferimos que ficasse preso, para não dar na vista.

VU — Mudando um pouco de assunto, queremos que você se detenha nos aspectos militares, operacionais. Além disso, qual é a sua

opinião sobre a idéia de que talvez tenha sido o próprio governo que tenha precipitado o levante a 23 de novembro?

GD — Não creio. Acredito, como já disse, que a explosividade da situação era grande. Houve, então, uma tentativa de desmobilização, de desarmamento do batalhão, e daí...

VU — ...o batalhão levantou-se...

GD — Nós reunimos com a direção da *ANL* e eles achavam que deveríamos levantar o batalhão às duas horas da tarde. Nós discordamos disto. Tinha de ser às sete horas. E, efetivamente, não foi necessário um tiro sequer para tomarmos o batalhão. Nós éramos de tal forma organizados que a coisa não levou mais de 20 minutos.

VU — Mas esta orientação da direção da *ANL* era só em função do clima local ou tinha ligação com uma conspiração a nível nacional? Isto é importante para a análise do fenômeno. Veja bem: Natal levantou-se, depois foram Recife e Rio de Janeiro, entre os dias 23 e 27. Por que é que Natal sai na frente dos outros, sem uma coordenação nacional?

GD — O Gregório Bezerra, no livro dele, aborda direito esta questão. Havia uma apreciação exagerada em relação às possibilidades do movimento. A concepção era a da fagulha que incendeia, que gera a chama, até hoje utilizada pelos agrupamentos de ultra-esquerda. Isto é: levantando-se um setor ou batalhão, todos os outros se levantariam. E também nos diziam que havia outros batalhões em situação bem melhor que o nosso, no que se referia ao levante. E não era verdade. Nós éramos, efetivamente, um dos poucos batalhões onde havia trabalho. O 22.º Batalhão de Caçadores da Paraíba, por exemplo, foi imediatamente mobilizado contra nós e acabou por nos abafar.

VU — E as mortes, Dias?

GD — Antes de tudo, o seguinte: no batalhão não houve resistência, nós o tomamos sem um tiro. Tínhamos organizado a coisa de modo a que as autoridades fossem presas no teatro da cidade. Estavam todos lá, em uma comemoração: o governador, comandante do batalhão, da polícia, todos. Depois que nós tomássemos o batalhão, sairia um agrupamento para tomar o quartel da polícia, onde nós já tínhamos apoio no cabo da guarda. Aí também não seria necessário dar um tiro sequer. Em seguida, este agrupamento iria para o teatro, liberando os presentes, com exceção das autoridades. Ocorre que houve

vacilação no grupo que deveria realizar a tomada do teatro. Aí me disseram: por que é que você não vai tomar o teatro? E eu fui. No caminho houve um tiroteio, um dos recrutas que ia conosco atirou num soldado da polícia, na Delegacia da Rua São Tomé. No tiroteio fui ferido, levei três tiros e tive de ir ao hospital. O restante dos camaradas ainda foi realizar a missão, mas com o tiroteio as autoridades foram alertadas e fugiram do teatro.

VU — Está bem, mas e o quartel de polícia?

GD — Esperem aí... os oficiais que estavam no teatro foram ao quartel da polícia, os da polícia e do exército. O sargento Amaro, comandante do grupo que ia tomar o quartel, começou a atirar antes de chegar lá, o que não fazia parte das instruções. Pelo contrário, ele devia ter ido calmamente e ocupado, pois teria o apoio do cabo da guarda. Com o ocorrido, houve tempo para que os oficiais no teatro — em número de 19 — fossem para o quartel de polícia e para que o Governador se refugiasse no Consulado Chileno, indo após para um navio de guerra mexicano que estava no porto. Estes dezenove oficiais, o comandante da polícia e muitos oficiais do exército comandaram a resistência no quartel da polícia, durante dezenove horas. Isto não estava previsto nos nossos planos. E eu no hospital...

VU — E como você conseguiu sair de lá?

GD — De manhã cedo, quando os médicos me examinaram e verificaram que os ferimentos não tinham a gravidade que se pensava, caí fora do hospital. Vi que podia andar e fui para o quartel.

VU — Você lembra o nome de alguns dos oficiais que resistiram, e que depois tenham prosseguido na carreira militar?

GD — Depois eu falo sobre este assunto. Voltando à resistência no quartel, nós nos defrontávamos com alguns problemas. Não tínhamos munição para os morteiros e muito pouca para as metralhadoras. Começamos a assediar o quartel da polícia. Mas ele estava numa espécie de "ângulo morto": as balas das metralhadoras não atingiam o alvo.

Foi aí que eu discuti com o cabo Valverde — um dos homens mais valentes que eu conheci na minha vida, dois anos mais novo que eu —, e resolvemos cercar o quartel pelos fundos, pois tínhamos certeza que pela frente eles não poderiam fugir. A única possibilidade deles fugirem era pelos fundos, pelo esgoto que dava para o mar, para o mangue. Quando eles foram saindo, fomos prendendo. Daí esperamos: oficial de um lado, praça de outro. Estes últimos aderiram em massa ao movimento.

VU — E o que vocês fizeram com a oficialidade?

GD — Levamos para o nosso quartel e prendemos no cassino dos oficiais. Nenhum dos que nós prendemos foi morto; aliás, *nenhum oficial foi morto durante o movimento*. Só soldados, alguns, dos dois lados, em combate. Este negócio de dizer que alguém morreu dormindo, isto é mentira. Por outra parte, nós éramos tão ingênuos que abordávamos a coisa apenas pelo lado humano. Os presos estavam apavorados e eu fui ao cassino falar com eles. O Chefe de Polícia, que estava preso, João Medeiros, veio a mim e disse: — "Estão ameaçando nossas vidas". Respondi que todos eles estavam com a vida garantida, que seriam julgados por um Tribunal Popular, e quem não tivesse culpa no cartório não precisava se preocupar.

VU — Pois bem: então você virou o Cabo Dias, o único cidadão que montou por aqui uma República Democrática Popular. Quanto tempo durou isto?

GD — Três dias, de sábado à noite até terça-feira. A Junta Governativa era composta pelo Lauro Cortez Lago, diretor da Casa de Detenção, João Batista Galvão, advogado, José Macedo, tesoureiro dos Correios e por um sapateiro que não me recordo o nome, além do Quintino, que representava as Forças Armadas na Junta.

VU — Este Quintino era do partido?

GD — Era.

VU — Que medidas que a Junta tomou nestes três dias?

GD — Decretou a Reforma Agrária. Foi editado um jornal "A Liberdade", além de uma série de medidas que constavam no programa da *ANL*. Em relação à população, é preciso dizer o seguinte: não foi violado um único lar, não houve uma só prisão de civis. Houve o máximo respeito às liberdades democráticas.

VU — E a vida da cidade, como é que ficou?

GD — Continuou normal. Na primeira noite, a massa foi para a praça pública, houve comícios. Depois a vida continuou normal, sendo que nós passamos a organizar o envio de colunas, por exemplo, no sentido do Ceará, para pegar os operários de Mossoró, Areia Branca, que era o maior núcleo operário do Rio Grande do Norte, os salineiros. Organizamos também uma outra, no sentido do interior do Rio Grande do Norte, além de uma terceira, para ajudar o pessoal de Pernambuco.

VU — Houve reação civil ao levante?

GD — Não, não houve. Os representantes mais notórios da oligarquia sumiram do mapa.

VU — Mas vocês cercaram a cidade, fizeram barreiras para impedir a fuga de usineiros?

GD — Não, não houve nada disso... Nossa preocupação era avançar, pois sabíamos que Natal, sozinha, não resolveria o problema. Vejam bem a situação: queríamos mandar tropas para Pernambuco e não pudemos, pois o maquinista do trem sumira. Isto é exemplo da fraqueza de nossa organização.

VU — Conte algo sobre as reações dos vários setores da cidade...

GD — Aconteceram coisas folclóricas. Um dia, por exemplo, estou lá no batalhão e me aparece um cidadão, grã-finíssimo — chamavam-no de Visconde — que eu não conhecia. Dispôs-se a ajudar na manutenção dos carros que havíamos requisitado na cidade. Ele disse que os veículos estavam mal cuidados, sem lubrificação, que dentro em pouco quebrariam. Logo descobri: os dois carros dele estavam lá... Nós aceitamos a ajuda do sujeito. Em outra ocasião apareceram fornecedores, de pão e outras coisas, dispostos a regularizar o fornecimento. Como vocês vêem, a coisa estava legitimada.

VU — E em relação ao poder de decisão no quartel, como é que ficou?

GD — Nós assumimos o controle. A maioria do batalhão era de recrutas, e da pior espécie: recrutas sorteados. O camarada vem do interior, a contragosto. A preocupação central dele é voltar, o mais cedo possível. Às vezes não sabe distinguir o pé direito do esquerdo. No momento em que fui ferido e abriu-se uma brecha, desertaram oitenta, logo na primeira noite. Minha mulher, já falecida, quando

veio para o centro da cidade, encontrou dois ou três soldados e perguntou o que é que tinha havido; responderam que o batalhão tinha se levantado e eles estavam caindo fora. Ela perguntou por mim: "Ah, esse daí levou uns tiros..."; ela passou-lhes uma descompostura...

VU — Ela estava sabendo do levante?

GD — Que nada. Ainda teve o azar de perder a irmã na história. Quando a coitada foi avisá-la da coisa, passou em frente ao quartel e levou um tiro na cabeça. Minha cunhada foi uma das vítimas de 35; uma menina de 16 anos de idade.

VU — E violações de lares, expropriações?

GD — Não houve, nem uma coisa nem outra. No caso do banco — todo governo tem poder sobre o tesouro — a Junta pediu ao gerente do Banco do Brasil a chave do cofre. Apesar dele não ter dado, eles abriram-no e retiraram uma quantia que, para a época, era grande. O Gregório Bezerra conta isto nas memórias dele(**): um dos erros principais foi ter distribuído este dinheiro para parte dos participantes. No momento em que o sujeito sentiu-se dono de uma parcela de dinheiro, já foi começando a pensar na vida. Foi realmente um grande equívoco.

VU — E as tentativas de difamação do movimento em Natal?

GD — Difundiram que tínhamos deflorado as filhas dos fazendeiros, que estudavam na Escola Doméstica. Os próprios pais das moças trataram de desmentir, e rápido. A verdade é que ninguém tinha passado nem perto do local. Outra coisa: o único carro que nós não requisitamos foi o do bispo, Dom Marcelino Dantas. Por sinal, ele não se prestou a servir na luta contra nós, apesar da reação ter insistido. O único que prendemos foi o chefe de polícia...

VU — E a Igreja? Ela não tentou mobilizar-se contra o processo?

GD — Não, que eu saiba não, apesar do bispo não ter nenhuma simpatia por nós. Depois da derrota ele deu, por outro lado, declarações anticomunistas: sabem como é que é, na hora da baixa todo mundo põe a boca no trombone...

VU — Veja bem: Em jornais da época, lemos que, depois da retomada do poder na cidade, a Irmandade do Santíssimo Sacramento

(**) Gregório Bezerra, Memórias, ed. C. Brasileira, Rio de Janeiro, 1979.

já estaria coordenando uma marcha de agradecimento a Deus "pela derrota fragorosa do comunismo". Reuniu-se o equivalente a um quilômetro de fiéis, com seus terços à mão, orando e praguejando contra o bolchevismo, sob o comando de Dom Marcolino Dantas. Ouviam-se — tudo contado pela imprensa da época — "pesadas maldições contra os vermelhos", com senhoras pedindo a fôrca para Luiz Carlos Prestes, implorando a Cristo que a "Rússia Soviética se transformasse em um montão de cinzas". Exaltou-se, na passagem, "a coragem cívica do Governador, do Papa, do clero em geral". O que você diz sobre isto?

GD — Isto é natural que tenha acontecido, a partir da derrota do movimento. Agora, o que eu tenho certeza é que não conseguiram arrancar do Bispo nenhuma declaração de que nós teríamos cometido arbitrariedades ou tentado coagí-lo. Diferente de outras pessoas, com as quais nem sequer havíamos tido contato, e que passaram a posar de vítimas, a alardear sofrimentos inexistentes...

VU — Embora as comunicações na época devessem ser bem difíceis, Natal já estava derrotada quando o Rio de Janeiro sublevou-se, não é verdade?

GD — Acredito que sim. Nós sabíamos — reafirmo — que Natal sozinha não resistiria. Por isso, procuramos espraiar nossa ajuda para outros estados. Nós tínhamos consciência de que o que decidia era Recife, coisa que a reação também sabia. Antes de nos atacar, ela fez convergirem as forças sobre Recife.

VU — E depois que vocês foram derrotados, o que aconteceu com os 19 oficiais que foram capturados na tomada do quartel da polícia?

GD — Quando tivemos que nos retirar da cidade, providenciamos suas transferências para os navios mexicanos atracados no porto. Matamos dois coelhos com uma só cajadada: não poderiam nos perseguir e, ao mesmo tempo, estavam garantidos contra qualquer coisa que se tentasse fazer contra eles. Eles estavam apavoradíssimos, certos de que íam ser massacrados. Alguém deve tê-los ameaçado. Depois que foram soltos, saíram a caçar comunistas. Aliás, a coisa mais fácil que tinha depois da derrota do levante era acusar um sujeito de comunista e passar a perseguí-lo... Por outro lado, pelo fato deles terem permitido que a coisa acontecesse bem no batalhão deles, passaram o restante de suas carreiras tendo que carregar nas costas a pecha de incompetentes, por mais que se esforçassem em ser bons

anticomunistas... É só vocês imaginarem a moral que pode ter uma oficialidade que teve seu batalhão tomado pelos cabos...

VU — Relate coisas interessantes sobre o levante.

GD — Algo muito divulgado foi a difamação de que teríamos executado fuzilamentos. O que aconteceu foi o seguinte: quando eu resolvi sair do hospital e cheguei ao quartel, o Cabo Carneiro, que era uma das pessoas mais ativas, um homenzarrão forte e violento, chegou para mim e disse: — O quartel de polícia está resistindo, eu vou desertar...

VU — Avisou que ia desertar!

GD — É, avisou que ia cair fora, com fulano e sicrano. Eu disse: — Não faça uma coisa dessas. Logo após, fui ao Quintino, que era um homem muito bonachão, e falei: — Olhe, o Carneiro disse que vai desertar, com fulano, sicrano, etc... É melhor você prender ele logo. O Quintino foi ao Carneiro: — Vê se larga desta idéia de deserção porque o homem (era eu) levou um tiro na cabeça e manda lhe fuzilar. Foi aí que ele desertou mesmo. Ele foi até bom, podia ter me matado, eu estava desarmado... Ele desertou com os outros. Minha atividade foi a de passar um telegrama para um sargento que estava em Panelas, município perto de Natal, dizendo: Prenda, fulano, sicrano e beltrano e fuzilem-nos. E assinei. Ora, este telegrama serviu de pretexto para dizerem que eu tinha ordenado fuzilamentos em geral...

VU — E depois da derrota?

GD — A primeira coisa interessante a colocar é o seguinte: o governador reassume e passa a perseguir os *cafeístas* (ele era do partido dos *perréis*). Ora, os *cafeístas* participaram, como massa, do movimento. Nos municípios do interior, as autoridades que assumiram, durante o levante, a direção das municipalidades em lugar dos situacionistas, eram os *cafeístas*. Isto ocorreu em quase dois terços do Estado. Mas vejam bem, isto não foi uma decorrência do crescimento da influência da *ANL*, mas sim da agudização das contradições ao nível da polícia local. Então aconteceram coisas do tipo: o sujeito chega em um município qualquer; o cidadão que ocupou a prefeitura era *cafeísta* e vai preso. Daí ocorre que *cafeístas* e comunistas passam a ser companheiros de cela...

VU — Você está dizendo que a repressão se deu de forma indiscriminada?

GD — É, ela se deu de modo a golpear todos que fossem contra a política do governo. Quiseram aproveitar-se da situação para liquidar com toda a oposição. Na detenção de Natal, por exemplo, cerca de 80 dos presos eram *cafeístas*.

VU — Fale um pouco sobre uma coisa importante, uma idéia que você mesmo já colocou: como explicar que 1935 tenha sido o último momento em que há uma movimentação revolucionária insurrecional nas bases do Exército?

GD — Ora, houve o tenentismo, 30, 32. Mas após 1935 o problema das rebeliões militares passa a ser uma questão de "segurança nacional". Devido à sua conotação de classe, a coisa passou a um outro plano. O anticomunismo passou a ser uma indústria rendosa, aproveitando-se exatamente do evento. A partir desta época, o anticomunismo passa a fazer parte do currículo das escolas militares. Em resumo, a classe dominante sentiu-se ameaçada em um patamar qualitativamente superior em relação a outras ocasiões.

VU — Mas vocês tinham noção deste caráter de classe, vocês lá no batalhão?

GD — Não.

VU — Mas então, como é que isto aparece para a classe dominante?

GD — Pelo caráter da ação que foi realizada, principalmente do programa defendido. Ora, nós pregávamos a Reforma Agrária, o não pagamento da dívida externa. Vejam bem, não era moratória, era não pagamento... Isto para não falar na expropriação das empresas imperialistas. Ora, enquanto tudo isto estivesse no papel, não havia muito problema. Eles pensavam que bastava colocar a *ANL* na ilegalidade e a questão estaria resolvida. Quando ocorre o levante armado, eles percebem que o aparelho estava bichado. A conseqüência é uma ação que redunda no Estado Novo. Cresce a vigilância ideológica, o movimento é conscientemente deformado, com o intuito de eludir as contradições que, já na época, grassavam nas Forças Armadas, em particular no Exército.

VU — Não teria havido também, Dias — para diversificar um pouco a nossa discussão —, uma subestimação do integralismo, do fascismo neste processo?

GD — Acho que houve este problema. Faltou um pouco mais de análise, de observação acerca do crescimento do fascismo e da necessidade de aglutinar todas as forças no combate a ele. Uma coisa que circulava muito na época era: "já estão dadas as condições objetivas, faltam apenas as condições subjetivas, é preciso organizar...". O Prestes dizia isto até há bem pouco tempo. Não sei se ainda diz...

VU — E sobre a influência da *Internacional Comunista*, Dias, o que você tem a dizer?

GD — Não gostaria de abordar esta questão de forma superficial, mesmo porque tenho carência de informações a respeito. O que posso dizer é que o *Comintern* passava por uma transição na sua política, da orientação do VI para a do VII Congresso, que definiu de forma mais precisa a linha de combate ao fascismo. Mas, de qualquer forma, acredito que o preponderante tenham sido as condições internas, às quais venho me referindo desde o início desta conversa.

VU — Mas houve outros levantes em países da América Latina.

GD — Houve: por exemplo, no Chile, com a Marinha se rebelando. O que ocorre é que aqui no Brasil, pela amplitude que a coisa adquiriu, pelo peso das personalidades envolvidas, por tudo isto o levante tomou uma proporção avantajada.

VU — Como se pode combater a indústria da desinformação, como se pode fazer a verdade chegar aos jovens e não-jovens que são atingidos pela propaganda, dentro e fora das Forças Armadas?

GD — Fazendo isto que estamos fazendo agora. Escrevendo sobre o assunto, procurando resgatar a verdade história. Agora, não tenham dúvidas: enquanto não houver democracia, garantias para a livre exposição das idéias prevalecerá a desinformação...

VU — Em artigo publicado na *Voz da Unidade*, você diz, com clareza, que o Exército, aqui no Brasil, é sensível às transformações da sociedade. Você acredita que este anticomunismo está sendo vencido, está em declínio?

GD — Apesar da permanência de um forte sentimento anticomunista na corporação militar, à medida em que um soldado ou oficial vai percebendo que os destinos do mundo dependem também de um campo socialista cada vez mais forte; e que sente — principalmente a nível da oficialidade — que o real empecilho para que o país se

desenvolva e se firme no conceito das nações, não é o comunismo ou o socialismo; a partir deste momento, se ele for um homem honesto, um patriota, ele vai ver que o anticomunismo não serve aos interesses nacionais, mas sim aos de potências imperialistas.

VU — Os comunistas são contra os militares?

GD — Não, nós não somos contra os militares. Esta é uma posição equivocada, antimarxista. Nós somos contra a que a corporação militar seja colocada no papel de mentora da Nação, acima dos poderes e das instituições constituídas, acima da sociedade. Em relação a isto, não tenham dúvida, somos contra.

VU — E o caráter contraditório do Exército?

GD — Olha, eu passei pouco tempo na corporação, apenas três anos...

VU — Mas o que é que você acha, não apenas em função da sua própria experiência?

GD — Olha, este caráter contraditório poderia ser entendido da seguinte forma: o Exército, digamos assim, democratiza as relações entre as pessoas. De uma certa forma, pessoas que procedem de classes sociais diferentes, de raças diferentes, dormem no mesmo alojamento, comem da mesma comida. No plano dos praças não há discriminação racial. Por outro lado, a vida castrense como existe hoje, impõe uma noção de disciplina incompatível com uma democratização da política. Por exemplo, se um oficial vem para a vida pública, ele traz naturalmente, elementos de sua formação. Vejam só, de acordo com o regulamento militar, o oficial não mente, o superior não mente. Você tem de chegar ao oficial, se você é subordinado a ele, pedir licença para se queixar dele.

Resumindo, as Forças Armadas têm uma função histórica, que é de garantir o *status quo*, mas, apesar disso, são permeáveis às influências da sociedade, pela própria origem de massa que as compõe. As camadas populares e médias dão o grosso do contingente, inclusive no plano da oficialidade. Não se pode dizer que no Exército brasileiro os oficiais sejam provenientes das camadas mais favorecidas. Outra coisa que eu acho importante é fazer uma periodização da história das Forças Armadas, não pegar a coisa de forma global, como se a história fosse homogênea, um bloco monolítico. O Exército evoluiu, acompanhou — com maiores ou menores resistências — as mudanças nas relações sociais. Isto é importante para que compreendamos o seguinte: se é verdade que em geral ele foi e é um instrumento das classes dominantes, muitas vezes adotou comportamentos condizentes com os interesses da maioria da população brasileira. Isto é que pode ser salientado como seu caráter contraditório. Se não trabalharmos nesta perspectiva, tendo claro esta contradição, cometeremos sérios erros. A linha divisória entre as forças do progresso e seus opositores não opõe, mecanicamente, civis e militares, mas sim partidários da democracia e da independência, de um lado, e os seus inimigos, de outro, sejam eles militares ou civis.

VU — Vamos voltar a 35. Além de ter sido importante para a história política do país, para a história do Exército brasileiro, foi também importante para o partido...

GD — Foi importante para o movimento revolucionário...

VU — Como assim?

GD — Além de ter sido uma manifestação dos anseios de liberdade do povo, foi também importante pelos seus erros. Poderia citar alguns, entre eles o golpismo, a predominância do trabalho nos quartéis, o estreitamento da frente única, todas estas coisas interligadas. É importante notar que, à medida que o fascismo cresceu, a tática não se adaptou a este fato. Não houve a compreensão de que a questão central era impedir o ascenso fascista. A política é uma coisa muito dinâmica. Em determinado momento as forças que você tem de vencer são estas, então a tática e a estratégia são estas. Se, em dado instante, surge um fato novo significativo, de caráter "desnorteante" — como diziam os isebianos — você tem de ser realista. Determinadas coisas que eram imediatas passam a ser mediatas e vice-versa. Estou dizendo com isso que houve uma subestimação do fascismo, do integralismo. Não que este não fosse combatido, mas o fato é que este combate tinha um caráter secundário, além de, em muitas ocasiões, ser travado de forma equivocada. Muitas vezes, o confronto se dava entre nós e eles, o que estreitava, não permitia incorporar todas as forças possíveis de serem ganhas para a luta.

VU — Isto se refletiu em 1935?

GD — De certa forma. Por exemplo, quando a *ANL* foi colocada na ilegalidade, não entendemos direito que o caminho certo era tentar

ampliar, tentar reconquistá-la, tendo como centro a luta contra o fascismo.

VU — Existe uma questão que é complicada, mas ao mesmo tempo muito importante. Pessoas como Astrojildo Pereira e Cristiano Cordeiro, que eram ligadas ao partido que existia anteriormente, com mais peso específico de classe operária, tinham um tipo de liderança e sensibilidade que não foi a predominante, pelo contrário, na concepção geradora de novembro de 1935. Qual é a sua opinião?

GD — Não tenham dúvidas a respeito: o partido era uma coisa até 30, 31, passando depois a ter outra conotação. Este período marca um grande afluxo de elementos originários das camadas médias e do meio militar. Tal acréscimo no peso específico destes setores é um dos grandes responsáveis pelo crescimento da influência do golpismo, da visão centrada no trabalho nos quartéis. O radicalismo pequeno-burguês e militarista influiu poderosamente no partido, disto não pode restar dúvida. O comportamento na época não foi condizente com uma perspectiva operária. Aliás, uma coisa é necessário que fique bem clara: um partido se afirma como operário, como comprometido com um projeto histórico da classe operária, também, na medida em que sabe reconhecer seus erros e não tem nenhuma complacência com eles. O que não se pode confundir é o erro com o partido, as distorções do marxismo com o marxismo. O correto é, baseados no marxismo, apoiados no partido, corrigirmos os erros do partido, as distorções.

VU — Você parece ser uma pessoa que dá grande valor à verdade histórica...

GD — Sou mesmo...

VU — Pois bem: cinqüenta anos depois, o que é que o novembro de 35 deixou em você, o que é que você aprendeu com isso?

GD — Em primeiro lugar, eu pude comprovar na prática algo que Lênin já tinha dito, ou seja, que com a insurreição não se brinca. Eu entendo isto da seguinte forma: você só pode levar o processo ao patamar da insurreição quando a correlação de forças permite uma perspectiva de sucesso, vejam bem, *uma perspectiva*. Com a revolução não se brinca. E a verdade deve ser sempre respeitada, mesmo porque, mais dia ou menos dia ela aparece, vencendo todas as dificuldades. E o que convém ao movimento revolucionário é a verdade

histórica, que os fatos sejam relatados ou mencionados em sua inteireza.

VU — Se não houvesse 35, você seria o militante comunista que se revelou depois, não só você como tantos outros?

GD — Quanto aos outros, não sei. Quando a mim, eu tenho idéia de que a perseguição desenvolvida, a discriminação, devem ter influído bastante para que eu me dedicasse à causa revolucionária, à atividade revolucionária. O fundamental foi que me convenci de que tinha de mudar o que estava aí. Mas não há dúvida de que a perseguição influenciou bastante.

VU — Você foi deputado em 46. É fato público que você prestou à Constituição baiana e ao próprio Estado da Bahia serviços importantes — até os reacionários reconhecem isso. A nossa pergunta é a seguinte: alguém em 1946 levantou contra você, em debate público, a questão de 1935?

GD — Levantaram sim: foi nas comemorações de 27 de novembro, na Assembléia Legislativa Baiana. Um cidadão fez um discurso prenhe de calúnias. Eu, como participante do movimento de 1935, prestei meu depoimento e, diferentemente dele, disse: — Eu homenageio os mortos, os que lutaram do nosso lado e todos aqueles que lutaram do outro lado, que também sofreu baixas. Tenho uma posição diferente do ilustre deputado, que está baseando-se em inverdades, em mentiras até, no intuito de nos excluir da vida pública, exagerando nossos erros...

VU — E como é que a Câmara ouviu isso de você?

GD — Ouviram em silêncio e depois vieram cumprimentar-me.

VU — E como você observa, todos os anos, as "comemorações" do 27 de novembro de 1933?

GD — É claro que se trata de uma absurda falsificação histórica, mais um elemento da indústria do anticomunismo. Quanto à falsificação dos fatos, já há um enorme material produzido por historiadores — como é o caso de Hélio Silva —, insuspeito, inclusive, porque não tem nenhuma simpatia para com os comunistas. Mas o importante é notar o caráter revanchista dos promotores dessas "comemorações" — no seu ódio anticomunista, eles violam sistematicamente

as leis: se 1935 é um fato anistiado, por que sempre retornar a ele? Volta-se a ele para justificar a antidemocracia, a repressão, a exclusão. E, com este procedimento, dão-se as mãos a calúnia e a desobediência à lei — afinal, desde então, decretaram-se duas anistias neste país. E não se diz que anistia é esquecimento? Não se argumentou, recentemente, que anistia é "para os dois lados"?

VU — Há mais alguma coisa ou fato interessante que você gostaria de colocar a respeito de 1935?

GD — Estou lembrando do caso do combate — que não houve — na Serra do Doutor, no Rio Grande do Norte. Uma coluna nossa marchava em direção a Caicó, que fica logo após a zona do Seridó. A coluna estava sendo comandada por um 3.º Sargento, Sebastião dos Santos. O Dinarte Mariz, que na época era ligado aos fazendeiros...

VU — Só na época? Até hoje ele é.

GD — Hoje ele é fazendeiro. Bem, o Dinarte Mariz tinha caminhões que transportavam algodão para as usinas de beneficiamento. Naquela época, o sujeito ter dois caminhões Chevrolet era uma grande coisa. Ele mobilizou alguns camponeses e formou uma pequena coluna para nos combater. E este contingente encontrou-se com o do Sargento Santos na Serra do Doutor. Aos primeiros tiros, houve um recuo geral: da parte das forças do Mariz em direção a Caicó e das nossas em direção a Natal. Não houve combate. Naturalmente, depois que o movimento foi derrotado, o Dinarte com certeza formou um regimento e hoje é um dos heróis nacionais... De qualquer modo, ele foi um dos poucos homens das classes dominantes que arregimentou gente para combater o movimento de 1935. Enquanto os outros acovardavam-se ou omitiam-se, para ver no que é que dava, ele se definiu. E correu risco, pois podia até ser morto. Ele foi uma exceção.

Impresso em Off-Set por:
EDITORA GRÁFICA NAGY LTDA.
Tels.: 291-8799 - 93-6859 - CEP 03175
Rua Serra de Jairé, 889 - Água Rasa - S.P.

gurança pessoal do então secretário-geral do PCB, Luis Carlos Prestes. Em 1957 é eleito para compor o secretariado e a Comissão Executiva do CC do PCB. Em 1958 participa do movimento renovador que dá origem à **"Declaração de Março"**, documento decisivo na reversão das tendências dogmáticas e mecanicistas reveladas no "Manifesto de Agosto" e nas resoluções do IV Congresso.

Com a eclosão do golpe de 1964, vai para a clandestinidade e é condenado — novamente à revelia — a 7 anos de prisão pela 1.ª Auditoria Militar de São Paulo, no famoso processo das "cadernetas de Prestes". Com a dura repressão imposta pela ditadura aos comunistas, é chamado em 1976 a compor o Comitê Central do PCB no exterior, fato que ocorre pela primeira vez na história do partido.

Anistiado, retorna ao país em 1980, ano no qual é eleito secretário-geral do Coletivo Nacional de Dirigentes Comunistas.

GIOCONDO DIAS · OS OBJETIVOS DOS COMUNISTAS

Uma leitura necessária

No exato momento em que o país debate-se na mais profunda crise do pós-guerra, maior é a necessidade de uma ampla convergência democrática e nacional para a superação da dependência e para a construção de uma real e efetiva democracia no Brasil.
É neste instante que se torna mais fundamental a leitura d'**Os Objetivos dos Comunistas.** Esta compilação de artigos, entrevistas e escritos vários de **Giocondo Dias** — espaçados num período que vai de 1980 até nossos dias — oferece ao leitor a oportunidade de tomar contato com o pensamento e as propostas dos comunistas, que apontam exatamente no sentido da superação dos grandes impasses nacionais.